

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE APOIO A PESQUISA
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA**

**A REPRESENTAÇÃO JORNALÍSTICA DO MST NOS
LIVROSREPORTAGENS “ROMPENDO A CERCA” E “PIONEIROS DO MST”**

Bolsista: Hanne Cristhine Assimen Caldas, Fapeam

**PARINTINS
2014**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE APOIO A PESQUISA
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA**

RELATÓRIO FINAL

PIB-SA/0097/2013

**A REPRESENTAÇÃO JORNALÍSTICA DO MST NOS
LIVROSREPORTAGENS “ROMPENDO A CERCA” E “PIONEIROS DO MST”**

**Bolsista: Hanne Cristhine Assimen Caldas, Fapeam
Orientador: Profº Dr. Rafael Bellan Rodrigues de Souza**

**PARINTINS
2014**

Esta pesquisa é financiada pela Fundação
de Amparo à Pesquisa no Amazonas –
FAPEAM, através do Programa
Institucional de Bolsas de Iniciação
Científica da Universidade Federal do
Amazonas.

RESUMO

Este trabalho analisa os livrosreportagens *Rompendo a Cerca* e *Pioneiros do MST* sob a ótica da construção da representação jornalística do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O MST é um movimento social que perdura há 30 anos na luta pela terra, pela reforma agrária e por mudanças sociais no país. O movimento se mostra divergente e em constante duelo com o sistema hegemônico vigente, principalmente no que diz respeito à mídia. Nesse sentido, percebemos que a representação jornalística não só reflete, mas também constrói a realidade, nesse caso a do MST, perante a sociedade, por meio dos livrosreportagens analisados. No mesmo contexto é relevante a presença da ideologia e hegemonia, fatores de forte influência na construção da produção jornalística e conseqüentemente na representação jornalística, visto que se trata de uma forma de apreender a realidade social. Para a fundamentação desses conceitos utilizam-se os estudos de Murilo Soares (2009), György Lukács (2010), Michael Löwy (2010), Leandro Konder (2002), Luciano Gruppi (1978), Rodrigo Dantas (2008) e Adelmo Genro Filho (1987), entre outros, que ajudam a nortear o debate sobre a construção da realidade social pela mídia.

Palavras-chave: MST; Livroreportagem; Representação Jornalística; Ideologia; Hegemonia.

ABSTRACT

This paper analyzes the non-fiction novels *Rompendo a Cerca* and *Pioneiros do MST* from the perspective of the construction of journalistic representation of the *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra* (MST). The MST is a social movement that has endured for 30 years in the struggle for land, agrarian reform and social change in the country. The movement shows divergent and constantly dueling with the current hegemonic system, especially with regard to the media. In this sense, we realize that journalistic representation not only reflects, but also constructs reality, then the MST, to society, through non-fiction novels analyzed. In the same context it is relevant to the presence of ideology and hegemony, factors strongly influenced the construction of journalistic production and consequently in journalistic representation, since it is a way of understanding social reality. For the foundation of these concepts are used studies of Murilo Soares (2009), György Lukács (2010), Michael Löwy (2010), Leandro Konder (2002), Luciano Gruppi (1978), Rodrigo Dantas (2008) and Adelmo Genro Filho (1987), among others, that help guide the discussion about the construction of social reality by the media.

Keywords: MST; Non-fiction novels; Journalistic Representation; ideology; Hegemony.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Formato da estrutura da notícia proposta por Genro Filho (1987).....	46
---	----

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	08
2. MST: Princípios e Gênese.....	11
2.1. MST versus Planos de Reforma Agrária.....	14
2.2. MST: para além da luta pela terra.....	13
3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	20
3.1. Ideologia.....	20
3.1.1. Ideologia e comunicação.....	24
3.2. Hegemonia.....	28
3.2.1. Hegemonia e comunicação.....	34
3.3. Representação Jornalística.....	39
3.4. Jornalismo: uma prática e forma social de conhecimento.....	45
4. O QUE TRAZEM O <i>CORPUS</i> ?.....	53
4.1. Pioneiros do MST.....	53
4.2. Rompendo a Cerca.....	56
5. A REPRESENTAÇÃO JORNALÍSTICA DO MST NOS LIVOSREPORTAGENS “ROMPENDO A CERCA” E “PIONEIROS DO MST”.....	60
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	91
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	93
CRONOGRAMA	96

1. INTRODUÇÃO

A influência das mídias na construção da realidade e das visões de mundo da sociedade em geral traz à tona a necessidade de que haja uma leitura quanto a atu(ação) desses veículos midiáticos. Os conteúdos difundidos pelos veículos de comunicação demonstram os conflitos e contradições sociais, e ao mesmo tempo, possuem o potencial de ampliar a visibilidade dos conteúdos que são tratados, delimitar a importância de haver questionamentos e traçar caminhos a serem percorridos pelo público consumidor.

Com isso, o presente trabalho tem o intuito de entender o processo da construção da representação jornalística do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) nos livrosreportagens *Rompendo a Cerca* e *Pioneiros do MST*. Diferente da imprensa periódica, os livrosreportagens trazem por diversas vezes um assunto atemporal, mas da mesma forma relevante.

Produzido pelo jornalista Eduardo Scolese e publicado pela editora Record, *Pioneiros do MST* remonta a história de 14 personagens que foram os primeiros dirigentes nacionais do movimento. A obra está disposta em 350 páginas e foi lançada no ano de 2008. Scolese passou três anos em busca desses pioneiros. Dos 20 integrantes iniciais, o jornalista conseguiu identificar 17, sendo que dois já estavam falecidos e um se rejeitou. Entrevistou somente 14 dos integrantes iniciais, sendo 12 homens e duas mulheres. A entrevista com os personagens ocorreu em 2007 e a viagem para apuração durou 45 dias, passando por 11 estados e percorridos 11 mil quilômetros.

Enquanto que o livroreportagem *Rompendo a Cerca* foi produzido pelas jornalistas Sue Branford e Jan Rocha e publicado pela editora Casa Amarela, trazendo uma abordagem macrossociológica do movimento. As jornalistas são estrangeiras, mas adotaram o Brasil para morar e trabalhar por um tempo e aproveitaram para escrever este livro. A obra está disposta em 398 páginas e foi lançada no ano de 2004. O livroreportagem está desenvolvido em quatro partes: 1) trajetória e expansão do MST; 2) estratégia do movimento para conquista de terra e o que realizou com relação à agricultura e educação após a conquista da terra; 3) o movimento e seus obstáculos; 4) resposta do MST aos desafios encontrados.

A prática jornalística se configura como um importante instrumento de narrativa do cotidiano sobre os mais diversos aspectos da sociedade. Assim, o jornalismo se constitui como um mediador entre o mundo e a população, mas desenvolvida e

transpassada pela lógica do capital. Nesse contexto, se encontra a produção dos livrosreportagens, sendo esses meios de comunicação uma das ferramentas dessa prática, ou seja, também envolvidos e imersos na ideologia hegemônica do sistema capitalista.

No mesmo contexto da ideologia hegemônica encontra-se o MST, mas do outro lado da balança. Um movimento social que durante os últimos 30 anos tem crescido e se consolidado em busca de mudanças da realidade por meio de vários segmentos no cerne do contexto da sociedade, tendo como bandeira principal a luta pela terra e pela reforma agrária. Além disso, o MST também é hoje o maior movimento social da América Latina, com isso conseguindo agregar diversas bandeiras de outros movimentos sociais.

A partir do panorama exposto, devido a expressiva relevância desse movimento no contexto social e levando em consideração os livrosreportagens serem meios de comunicação de massa que se mostram como ferramentas de aprendizagem coletiva é importante verificar como se dá o processo da construção da representação jornalística desse movimento em ambos os livros.

Com a finalidade de verificar este procedimento da representação jornalística é fundamental compreendê-la por meio de conceitos atrelados a sua construção, formado pelo tripé: enquadramento, ideologia e hegemonia. O que é importante para entender como esses elementos se relacionam entre si, a forma como são empregados pelas empresas de comunicação, nesse caso os autores dos livros e suas respectivas editoras, e como isso influencia no conteúdo que chega ao meio social.

Desse modo, os objetivos específicos que compõem a devida pesquisa são: identificar como os livrosreportagens abordam os princípios políticos e o ideário deste movimento social; esclarecer por qual vertente, hegemônica ou contra hegemônica, estes livrosreportagens traçam a representação jornalística do MST; e verificar a reportagem à luz da teoria marxista do jornalismo, ou seja, como uma prática social e forma de conhecimento.

No sentido da composição da representação jornalística, é utilizado o enquadramento, pois se faz presente em todas as produções jornalísticas, é o meio em que autores e empresas realizam determinadas escolhas de ângulos para mostrar a realidade, o que influencia diretamente na forma como o conteúdo é absorvido pela sociedade.

A ideologia, por sua vez, influencia tanto o enquadramento quanto ao que diz respeito na condução do modo de agir da sociedade, são as formas do bloco histórico dominante agir nos mais diversos segmentos sociais a fim de manter a hegemonia por

meio da cooptação da subjetividade dos indivíduos. Hegemonia essa que traduzida de forma reduzida é a direção moral e intelectual que o bloco histórico dominante realiza sobre o contexto social a fim de se manter imperialista.

Esses princípios estão atrelados ao contexto da comunicação, especialmente a produção jornalística, que também é influenciada pela ideologia que tem o intento de manter a hegemonia. A ideologia e hegemonia andam lado a lado na comunicação, com a finalidade de manter grupos no poder e principalmente alimentar o sistema do capital.

Isto é, o MST possui uma ideologia que vai de encontro a lógica de mercado do capitalismo (hegemonia), assim se mostrando como contra hegemônico. Por isso, os meios de comunicação de massa mais tradicionais, conservadores e influenciados pelo poder tem mostrado o movimento do ângulo criminalizador, pois provocam a desordem, fazem reivindicações ultrapassadas - a luta pela terra por exemplo - e se mascaram como um movimento social. Isso mostra o poder exercido pela comunicação, um dos braços do bloco histórico dominante.

Pelos fatores apontados, analisamos os dois livrosreportagens a fim de verificar, compreender e descrever se há consonância ou dissonância entre o cerne ideológico do que é o MST e o que é construído na narrativa de ambos os livrosreportagens.

Para a fundamentação teórica, são empregadas as definições de alguns autores como Murilo Soares (2009) que trabalha a representação jornalística e respectivamente o enquadramento e hegemonia. Sobre o entendimento de ideologia utilizam-se os estudos de György Lukács (2010), Michael Löwy (2010) e Leandro Konder (2002). Para melhor compreender e delinear hegemonia foram utilizadas as leituras de Luciano Gruppi (1978) e Rodrigo Dantas (2008). E Adelmo Genro Filho (1987) foi fundamental para compreender a reportagem como forma e prática social de conhecimento. Além dessas, outras referências são utilizadas, onde atuam em conjunto e exercem apoio na análise dos livrosreportagens.

Assim, percebe-se ser relevante estudar como ocorre o processo da construção da representação jornalística do MST nos livrosreportagens, entendendo a ideologia e hegemonia, atreladas ao sistema capitalista, serem princípios que influenciam e muitas vezes se tornam determinantes ao que tange ao modo de produção jornalística e como certa realidade é dada a conhecer.

2. MST: Princípios e Gênese

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, mais conhecido como MST, possui três principais objetivos que o movem, são eles: “lutar pela terra, lutar pela reforma agrária e lutar por mudanças sociais no país” (REVISTA MST, 2010, p. 7). Contudo, muitas outras também são suas bandeiras de luta, como a cultura, combate a violência sexista, democratização da comunicação, saúde pública, desenvolvimento econômico, diversidade étnica, sistema político, soberania nacional e popular (In <http://www.mst.org.br/taxonomy/term/329>). Estas são bandeiras que o MST vem incorporando no rol de seus objetivos almejados ao longo de seus 30 anos de construção e amadurecimento.

Quanto a sua gênese, o movimento busca a democratização da terra, mas também da sociedade de modo geral e utiliza como principal ferramenta de luta as ocupações.

Por meio da luta pela reforma agrária, queremos contribuir com a superação da gritante e imoral desigualdade social existente em nosso país e perpetuada por todos os governos. Queremos uma agricultura voltada prioritariamente para a produção de alimentos e que assegure a preservação ambiental. Queremos que a população rural permaneça no campo, em condições dignas de vida, com acesso à educação e ao conhecimento, construtora do seu próprio destino (REVISTA MST, 2010, p. 4).

Quanto ao método de ocupação é possível afirmar que vem sendo utilizado muito antes de se consolidar propriamente o MST com a configuração que tem atualmente. Segundo Pinassi (2009) nasce em 1978, em Ronda Alta, Rio Grande do Sul, o que se poderia chamar de o embrião do MST.

Por outro lado, há também a afirmação que essa fase embrionária começou em 7 de setembro de 1979, em plena ditadura militar, quando aconteceu a ocupação da Fazenda Macali, em Ronda Alta, Rio Grande do Sul (MORISSAWA, 2001).

De qualquer modo, isso significa dizer que o movimento preexistia com características semelhantes em diversos pontos de todo o território nacional, principalmente nos estados da região Centro-Sul. Sem dúvida, muitas foram as experiências de ocupações, em que os militantes encontraram derrotas, mas também vitórias durante essas formas embrionárias do movimento.

O resultado mais importante desse início de organização dos sem-terra foi que, em seguida, começaram a discutir, realizar assembleias em cada acampamento e analisar quais seriam as saídas. Nesse processo de conscientização, eles se juntaram aos acampados militantes da CPT e da reforma agrária, passando a buscar soluções coletivas. Esses grupos de discussão e conscientização foram a semente de um novo movimento social (MORISSAWA, 2001, p. 124).

Isso porque ao decorrer da história, o acesso a terra se concentrou nas mãos de poucos, desse modo deixando muitos com a sede de conquistar e ter terras para suprir a necessidade de moradia e trabalho. Fato que ainda hoje “constitui não somente uma das mais prementes necessidades sociais do Brasil como, e principalmente, a sua mais antiga dívida histórica” (PINASSI, p. 61, 2009).

Além disso, é importante ressaltar que a maioria dessas mobilizações teve contribuição direta e apoio fundamental da Comissão Pastoral da Terra (CPT), um braço da Igreja Católica, que desde as primeiras ocupações, realizadas bem antes de 1984, ajudou na atuação e tempos depois na origem do MST.

Porém, foi especialmente na época do regime militar que surgiram as maiores ocorrências das ocupações pelo país, pois além de todo o contexto vivenciado de repressão, o MST traduz o significado da ditadura em relação à terra:

[...] a ditadura implantou um modelo agrário mais concentrador e excludente, instalando uma modernização agrícola seletiva, que excluía a pequena agricultura, impulsionando o êxodo rural, a exportação da produção, o uso intensivo de venenos e concentrando não apenas a terra, mas os subsídios financeiros para a agricultura (REVISTA MST, 2010, p.7).

Sem dúvida, o profundo descontentamento de pessoas que não possuíam terra ou acesso a ela para morar, cultivar a agricultura ou mesmo para trabalhar, influenciou de modo decisivo a origem das ocupações por centenas de sem-terra em diferentes lugares do país.

Nesse período de ditadura, novamente a CPT esteve presente, pois (MORISSAWA, 2001) afirma ter sido esta organização fundamental nesse período de repressão e que sem ela talvez o movimento nem teria surgido. Segundo a autora, a CPT foi de fundamental importância para que houvessem os chamados “desmascaramento das políticas e projetos dos militares, e permanece sendo espaço central na organização e projeção das lutas pela conquista da terra” (p.105).

Desse modo fica explícito a forte contribuição dessa extensão da Igreja Católica que é a CPT para alavancar o nascimento e progresso do MST dentro de um contexto social que em nada colaborava para haver mudanças radicais, os quais transpassavam desde o modo de pensar a prática vivenciada de Ditadura Militar.

Dentro desse contexto, o que se percebe também é o fato de que os grandes proprietários de terras aproveitaram o momento propício de repressão contra a sociedade civil e se aliaram ao governo para realizar a concentração fundiária, a chamada Lei de Terras. Esta se trata de uma lei instituída pelo Império em 1850 e facilitou a prática da grilagem, que desde então vem prejudicando intensamente a população que não possui acesso a terra no Brasil.

Assim como ainda ocorre hoje, estas concentrações de terras muitas vezes permaneciam improdutivas ou eram exploradas de forma desordenada com agricultura de grande porte para que houvesse o escoamento da produção. Mas, o que se queria naquele momento era um regime democrático da sociedade civil. Ou seja, para combater essa prática, o método do MST de utilizar as ocupações de terra se tornou um instrumento fundamental como marca da insatisfação camponesa e de rebeldia contra o autoritarismo dos que estavam no poder (REVISTA MST, 2010).

Foi a partir de 1981 que foram dados os primeiros passos da organização do movimento, quando a CPT passou a realizar debates e encontros entre as mais diversas lideranças da luta pela terra no país. Os principais eventos que contribuíram para a formação do MST foram: Encontro Regional do Sul e o Seminário em Goiânia, os quais se tornaram os principais pilares que impulsionaram a realização do 1º Encontro Nacional dos Sem-Terra, realizado em 1984.

Somente em 1984, quando já haviam sido realizados vários encontros, ocupações e manifestações em razão de lutar para todos terem o devido acesso à terra, tanto para morar quanto para produzir, que os principais personagens dessas lutas, os trabalhadores rurais, se organizaram no I Encontro Nacional no Paraná para debater e finalmente fundar o MST, a fim de se unirem para defender seus objetivos.

Foi também no I Encontro Nacional do movimento que ficaram decididos os princípios, formas de organização, as reivindicações, estrutura e formas de luta. Segundo Stedile; Fernandes (2001) os princípios organizativos do MST são: direção coletiva; divisão de tarefas; disciplina; formação de quadros; a luta pela terra e pela reforma agrária só avançará se houver luta de massas; e vinculação com a base.

Um outro objetivo que definimos foi o de que lutar pela reforma agrária nas terras das multinacionais. Aparecia nesse objetivo o caráter anti-imperialista do movimento. Era a consciência de que estrangeiro não poderia ter terra aqui enquanto houvesse brasileiro sem terra. Esse é o resumo do I Encontro Nacional (STEDILE; FERNANDES, 2001, p. 51).

Um ano após, em 1985, novamente reuniram-se em Curitiba, mas dessa vez para realizar o 1º Congresso Nacional dos Sem-Terra. Neste estiveram presentes 1600 delegados de todo o país. Já era fim da Ditadura e o novo presidente era Tancredo Neves. Mas, a decisão do evento era marcante: “não fazer pacto com o novo governo, com a convicção maior de que a reforma agrária só avançaria se houvesse ocupações, lutas de massa. Daí a palavra de ordem: ‘Ocupação é a solução’” (MORISSAWA, 2001, p.141).

Com o passar dos anos muitas foram as experiências de lutas, derrotas e conquistas para o movimento. Em 2014 o MST completa 30 anos de caminhada e para comemorar e avançar nessa empreitada, em fevereiro deste ano foi realizado o 6º Congresso Nacional do movimento. Atualmente, aquela máxima de 1985 “Ocupação é a solução”, dentre as outras construídas nos demais congressos, já estão internalizadas e com isso foram substituída por outra mais emergente e esclarecedora do que objetiva o MST. Agora a palavra de ordem para os próximos anos é: “Lutar, Construir Reforma Agrária Popular!”¹. Tema contemporâneo que possui raízes históricas na ausência de um plano de reforma agrária real.

2.1 MST versus Planos de Reforma Agrária

À época, a esperança que todos tinham era de haver a efetivação do Plano Nacional da Reforma Agrária previsto para iniciar em 1985 por meio do primeiro presidente civil, Tancredo Neves, após 21 anos de regime militar. O Plano previa assentar 1,4 milhão de famílias. Porém, “até 1989, apenas 82.690 famílias haviam sido assentadas, ou seja, 6% do total previsto pelo plano” (REVISTA MST, 2010, p. 7). E consta ainda nos registros do MST que até 1993, ano em que a Lei Agrária foi regularizada no governo de Itamar Franco, não foram realizadas desapropriações de terras para a reforma agrária.

¹ <http://www.mst.org.br/node/16008>

Com isso, percebe-se que foi realmente a partir do período militar que houve a efetivação das maiores concentrações de terra. E mesmo com o período de redemocratização da política, o qual passou de militar para civil, a maioria dos agricultores, camponeses, meeiros, dentre todos os considerados sem-terra, criaram a expectativa de melhorias de vida, tanto na busca por moradia quanto por trabalho. Era um momento de expectativa de mudança pra melhor para esses povos.

Com a redemocratização política, esperava-se que houvesse também a redemocratização de acesso à terra ou mais conhecida como reforma agrária. Mas, o acesso a terra não ocorreu, pois passados vários mandatos de presidentes do Brasil, desde Tancredo Neves a Luiz Inácio (Lula), e atualmente a presidente Dilma Rousseff, o plano da reforma agrária cada vez mais não passou de ser plena teoria tão esperada durante décadas.

Houve ainda a propaganda de que Fernando Henrique Cardoso realizou a maior reforma agrária em toda a trajetória de luta pela terra no Brasil. Mas, o que realmente aconteceu foi que a maioria dos assentamentos foi resultado de ocupações e não de um plano real de reforma agrária.

[...] o governo Sarney, que havia anunciado o assentamento de 1,4 milhão de famílias, assentou, de fato, apenas 90.000; Collor e seu vice, Itamar Franco, – que assumiu a presidência após a o impeachment de Collor – assentaram 35.600 famílias; nos dois governos de FHC os números oficiais registram 584.655 famílias (*In <http://www.espacoacademico.com.br/031/31andrioli.htm>*).

Apesar desse cenário, ainda havia expressiva expectativa de se ter a reforma agrária com a eleição de Lula em 2002, com posse em janeiro de 2003, devido à época demonstrar ser forte defensor da reforma.

A primeira gestão do governo Lula começou com uma grande esperança pela realização da reforma agrária. Os movimentos camponeses realizaram o maior número de ocupações de terras e de família da história da luta pela terra no Brasil. Ao contrário da segunda gestão do governo FHC, que criminalizou as ocupações, o governo Lula sempre dialogou com os movimentos camponeses (FERNANDES, 2008 apud SANTOS, p.03, 2011).

Porém, novamente essa esperança entrou em profunda depressão, pois o incentivo ao agronegócio sobressaiu à simples preocupação com a questão dos sem-terra.

Incentivado pelo governo, o agronegócio tem como lógica a exploração da terra, dos recursos naturais e do trabalho, por meio do financiamento público. Não produz alimentos para o povo brasileiro, deteriora o ambiente, gera poucos empregos e utiliza grandes extensões de terra para a monocultura de exportação, baseada em baixos salários, no uso intensivo de agrotóxicos e de sementes transgênicas. Num contexto de crise econômica mundial, não tem condições de produzir alimentos para a população ou criar postos de trabalho para os agricultores (REVISTA MST, 2010, p. 8).

Mesmo com forte incentivo ao agronegócio, ainda assim no mandato de Lula ocorreu a propaganda de ter havido o maior número de assentamentos em toda a história de luta pela terra já vivenciada pelo MST. Mas, que não chegou nem próximo de ser considerado o suficiente para atenuar a necessidade da luta pela terra. Em entrevista à página do MST, o professor de Geografia Agrária da Universidade de São Paulo (USP) Ariovaldo Umbelino, considerado um dos principais especialistas da questão agrária por toda a esquerda, apresenta dados sobre o assunto:

No primeiro mandato, por pressão social dos movimentos sociais, foi elaborado o 2º Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), em que a proposta de assentamento era de um total de 520 mil famílias. Na realidade, assentou-se em torno de 220 mil famílias apenas, embora o governo divulgasse dados de mais de 500 mil. Esses dados não correspondem à realidade porque eles somaram como assentamentos novos áreas de regularização fundiária, áreas de reconhecimento de assentamentos antigos e reassentamentos de atingidos por barragens (In <http://www.mst.org.br/Politica-agraria-do-governo-Lula-valorizou-o-agronegocio>).

No entanto, para suprir essa dívida histórica da questão agrária no país, o governo Lula investiu pesado em planos assistencialistas, como Bolsa Família, Territórios da Cidadania, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), abertura de linhas de crédito, dentre outros. Mas, o apoio ao agronegócio foi mais expressivo. No artigo intitulado “O que teve de reforma agrária no governo Lula?” de Rafael dos Santos, pesquisador do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA), ele apresenta Raquel Rigoto que é professora e pesquisadora do Departamento de Saúde Comunitária da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará, a qual afirma:

O governo Lula teve um papel muito importante na expansão do agronegócio no Brasil. Para dar dados bem sintéticos, o financiamento que o governo disponibilizou para o agronegócio anualmente foi em

torno de 100 bilhões de reais e para a agricultura familiar foi em torno de 16 bilhões de reais. Então há um desnível muito grande (SANTOS, 2011, p. 66).

Portanto, sendo estes alguns dos obstáculos enfrentados pelo movimento durante sua trajetória e que a cada ano se agrava devido às políticas investidas pelo Estado para proteger o setor do agronegócio. Por o agronegócio ser o protagonista de toda essa trajetória de entraves e ter afetado diretamente o movimento, como com a questão do uso exploratório do trabalho humano, da terra, dos recursos naturais e do dinheiro público, é que o MST vem com o intuito de superar ao longo de 30 anos e alcançar benefícios para a população que está inserida no contexto dos sem-terra.

Para combater essas atitudes, o MST também lança mão de mobilizações em nível nacional para manter o movimento na pauta de discussão da sociedade e do Estado, a fim de que a realidade social possa mudar cada vez mais. Devido a estas atitudes o MST já alcançou resultados importantes no campo social no que diz respeito a suprimir a mortalidade infantil, a amortização da fome e a produção nos assentamentos (REVISTA MST, 2010). Ou seja, “rebeldia” que tem surtido efeitos positivos para este movimento que busca a mudança radical da realidade social e por um Brasil com qualidade de vida mais justo.

2.2 MST: para além da luta pela terra

Mais do que conhecer os princípios e a gênese desse movimento, é fundamental entender as bases ideológicas do MST, indo além de somente lutar pelo direito de ter acesso a terra, mais que isso Souza (2012) afirma que atualmente o contexto situacional do movimento está da seguinte forma:

A conjuntura atual que o MST enfrenta está marcada pela criminalização de suas frentes combativas. O poder da mídia em demarcar ideias ligadas a uma conservadora direção moral e intelectual hegemônica – por não considerar os sujeitos do MST como portadores de direitos básicos - serve de garantia para a violência contra o movimento (p.15).

Violência essa que parte diretamente dos segmentos de poder social, seja da mídia, do Estado, ou grandes proprietários de terras e empresários das grandes empresas, que são na realidade a hegemonia. Isto é, as ações dos trabalhadores rurais

sem-terra e suas reivindicações são tomadas como golpes desferidos contra o Estado, o que é traduzido de forma mais devastadora pela mídia e conseqüentemente a sociedade.

Essa mesma mídia junto ao Estado, também cria uma realidade sobre o movimento, e com plena convicção de estar mostrando a “realidade”, apresentam as ações do MST como sendo contra a lei, que fere a “ordem” e por isso devem ser sanadas (excluídas do convívio social), mesmo que seja por meios repressivos.

O processo de “criminalização” dos movimentos sociais não é um fenômeno recente na América Latina, e menos ainda no Brasil. Ao contrário, o jornalismo moderno brasileiro, por exemplo, foi marcado, desde a sua origem, por uma demonstração explícita de hostilidade para com as organizações populares. Basta mencionar a revolta de Canudos, liderada por Antônio Conselheiro, o primeiro grande evento nacional para cuja cobertura foram enviados correspondentes dos grandes jornais da época, situados principalmente na capital da nascente república e, secundariamente, em São Paulo (ARBEX JR, 2003 apud SOUZA, 2012, p. 16).

Mesmo impregnado dos mais diversos títulos que negativam sua imagem, o MST permanece na luta durante esses 30 anos e cada vez mais fortalecido. Luta que tem ficado cada vez mais complexa, tendo em vista o poder da alienação que coopta a subjetividade de nossa sociedade, imposta pela mídia como espetáculo e amarrada pelas necessidades forjadas pelo mercado consumista. Ficando assim as minguas as necessidades mais profundas do contexto social.

Apesar desses obstáculos o MST tem conseguido pautar a necessidade de haver as lutas sociais, mais que isso também trazido à tona o debate da concentração fundiária; do mercado brasileiro investir na agricultura para exportação, principalmente em *comodities*; o cultivo da monocultura (como soja, laranja, cana, milho, eucalipto, etc.) ocupando grandes espaços de terras; a mecanização da produção agrícola, o que tem gerado o desemprego e conseqüentemente o êxodo rural; as sementes híbridas; os adubos químicos; a utilização de agrotóxicos; enfim contra o avanço do capital no campo que conseqüentemente impede a realização da reforma agrária e a volta do trabalhador sem-terra ao seu habitat natural.

[...] hoje, o Brasil apresenta um dos mais altos índices de concentração e desperdício de terras do planeta. Assim demonstram os dados: somando-se 35.083 propriedades, ou 1% do total dos imóveis cadastrados, os latifúndios ocupam 153 milhões de hectares, quase a metade da área de todas as propriedades rurais somadas. [...] Além do mais, plantam-se em somente 14% da área agricultável e 48% têm criação de gado (PINASSI, 2009, p.63).

Diante desse cenário e de “tantas reivindicações” agora é possível entender porque a mídia classista intitula ser o MST um mais novo adversário, pois é notório que se trata de um movimento que vai no sentido contrário a ideologia hegemônica que defende ser o agronegócio o salvador que está trazendo “desenvolvimento” para o país.

Com isso o MST dá destaque para a contemporaneidade de seu novo tema proposto no 6º Congresso Nacional: “Lutar, Construir Reforma Agrária Popular!” e mostra que a luta pela terra está tão em pauta quanto as novidades tecnológicas surgidas nos últimos anos. Só que a diferença entre ambos é que a luta pela terra não traz fascínio a grande parte da sociedade como faz as tecnologias, talvez seja um reflexo da construção da mídia, e outra que se trata de uma dívida histórica, 5 séculos, além de mostrar alternativas de sociabilização.

O MST não faz somente crítica ao sistema vigente, mas também aponta para possíveis soluções. Mesmo seu eixo sendo a inigualável defesa pela reforma agrária, na mesma ordem o movimento direciona para a alternativa da soberania alimentar, defendida pelo argumento que a reforma agrária é capaz de erradicar a fome.

Pesquisas apontam que cerca de 70% dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros são produzidos por pequenos agricultores (MST, 2010). Mais alarmante ainda são os dados de investimento apresentados pela professora e pesquisadora Raquel Rigotto, onde afirma que durante o governo Lula foram aplicados anualmente cerca de 100 bilhões de reais para o agronegócio e somente 16 bilhões de reais para a agricultura familiar (apud SANTOS, 2011). Outro dado de mesma ordem verificável e importante é:

O grosso da produção agropecuária do país depende das pequenas e médias propriedades. No entanto, o maior volume de crédito ainda é absorvido pelas grandes propriedades. Os produtos de exportação são isentos de ICMS na produção, na comercialização e na importação de insumos agrícolas. Eis a prova de como o Estado brasileiro e, a reboque, o governo, ainda são reféns do grande capital (BETTO, 2005 apud SANTOS, 2011, p.66).

A frente desse cenário, o MST se mantém erguido e realizando ações concretas contra essas empresas, principalmente as transnacionais, que tem acarretado sérios problemas tanto para o meio ambiente quanto para os trabalhadores rurais. O que mostra

ser o capital o grande protagonista dessa supraestrutura que a cada ano alavanca problemas de toda ordem social.

O que os assentamentos do MST buscam é a solução das necessidades das famílias sem-terra, proporcionando condições de trabalho, produção, moradia. Tudo isso por meio da agricultura familiar e sem degradar o meio ambiente. Enfim, sua demanda já é mais do que pela simples conquista da terra, o MST cresceu e alcançou a maioria.

Hoje, além de maduro é o maior movimento da América Latina, mas mais do que isso entende que a luta contra a ideologia hegemônica do capital é árdua, porém não impossível de ser driblada e concretizada, afinal o movimento já perdura por 30 anos e as táticas tem sido suas melhores armas ao combate do capital. Mas, o movimento sabe que acima de tudo, o mais importante pra se combater algo é conhecendo-o em sua raiz, logo entender o que forma a base do capital (ideologia e hegemonia) é fundamental.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 Ideologia

A ideologia tem sua premissa fundante na propriedade privada. Desde muito cedo, ainda no século XIX, Marx percebeu que o proletariado, ou classe trabalhadora, estava sendo excluída do sistema da propriedade privada e que a burguesia era quem monopolizava as formas econômicas da propriedade e impedia os trabalhadores, seus subordinados, a ter acesso à posse dos meios de produção, denominando esse processo de alienação, ou estranhamento.

Assim Marx apud Konder (2002) apontou que havia um problema maior instaurado na sociedade: o trabalho humano, realizado por uma classe desfavorecida que era o proletariado, estava alimentando a burguesia, classe que explora o trabalho humano somente a seu favor. Desse modo se delineava a divisão social do trabalho.

Porém, os seres humanos precisam viver em liberdade e alcançar a emancipação, ou também chamada como a categoria da universalidade que é o ser humano vivendo em sua plenitude. Em outras palavras é quebrar esse sistema de poder e alcançar a desalienação. Para isso precisa chegar à raiz da alienação: a propriedade privada, a burguesia e conseqüentemente o Estado.

Por outro lado, o que sustenta esse contexto existente é o trabalho. Baseado no movimento operário de sua época, Marx elaborou uma filosofia do trabalho, e Konder (2002, p.35) a resume da seguinte forma:

O trabalho é a primeira atividade do ser humano como ser humano. É pelo trabalho que passa a existir a contraposição sujeito/objeto. [...] O trabalho é a atividade pela qual o ser humano se criou a si mesmo; pelo trabalho ele transforma o mundo e se transforma.

Ou seja, é por meio do trabalho que o homem se realiza e transforma tudo a seu redor, inclusive ele próprio. O trabalho é inerente ao ser humano e com isso essencial ao seu desenvolvimento. Entendimento este que mantém relação íntima para compreender os rumos tomados pela ideologia dominante no mundo atual.

Com isso também se percebeu que o sistema capitalista com seu poder passou a transformar tudo, inclusive a força de trabalho humano, em mercadoria. E inerente a isso, há também o valor de troca e o valor de uso, onde o primeiro é qualitativo e o segundo quantitativo.

Em tais condições, com a vida posta sob o comando quase incontestado do valor de troca, as mercadorias assumem “sutilezas metafísicas e elogios teológicos”. Surge o que Marx chamou de “o fetichismo da mercadoria” (MEW apud KONDER, 2002, p. 47).

Neste sentido, Lukács complementa e intitula ser a reificação ou coisificação da mercadoria e reafirma a ideia primeira que Marx traz acerca desse contexto.

Na sociedade capitalista, que gira em torno do mercado e se baseia na generalização da produção de mercadorias, o movimento dos objetos começa a invadir todas as esferas da vida humana e passa a camuflar todos os movimentos subjetivos, quando a própria força humana de trabalho é vendida em troca de um salário e se torna uma mercadoria igual às outras (KONDER, 2002, p.60).

A força de trabalho também se torna mera mercadoria, uma coisa com valor de troca, na qual o sujeito passa a sentir uma necessidade que não é sua, mas que é imposta por um objetivo exterior, que é dado pela ideologia dominante da burguesia.

As mercadorias passam a impressão de ter vida própria. Os seres humanos passam a enxergar objetos que são independentes de tudo e todos, quando na verdade os seres que promovem tudo isso, não conseguem se visualizar nos bastidores daquela produção, ou seja, excluem a presença do essencial: a subjetividade.

Passa a ser muito mais difícil para os seres humanos realizar avanços na compreensão de suas ações. “Seu próprio movimento social possui para eles a forma de um movimento de coisas, sob cujo controle se acham, ao invés de controlá-las” [...]. São impelidos a agir sem poder ter plena consciência da ação que empreendem. É no contexto dessa reflexão que Marx escreve uma de suas frases mais conhecidas [...] como caracterização da situação criada pela ideologia [...] “Não sabem o que estão fazendo, mas fazem-no” [...] (KONDER, 2002, p.47-8).

Interpretando Marx seria afirmar: tudo passa a ser feito de forma mecânica. E tudo isso passa a fazer parte do senso comum, do cotidiano dos seres humanos imersos nesse contexto da ideologia dominante. Mas, essa ideologia não é considerada pelos marxistas como apocalíptica, ou seja, há grande chance de haver uma revolução, e esta mudança só será possível através da classe trabalhadora, a mantenedora de todo esse sistema. Lukács “associa a possibilidade do pensamento dialético, crítico, desmistificador, a uma superação das distorções ideológicas que depende do proletariado” (KONDER, 2002, p. 62).

Para isso, Lukács traz a tona uma reflexão acerca do cotidiano. Afirma ser de fundamental importância o indivíduo se perceber dentro do cotidiano, pois sem ele não se terá a noção da totalidade, no qual compreendendo essa última é possível haver a transformação real e completa da humanidade. Assim, acredita que é por meio da arte e da ciência que se torna possível alcançar o conhecimento, e conseqüentemente a emancipação, que é a superação da ideologia.

Por outro lado, Gramsci complementa e reforça a ideia do cotidiano, pois considera ser possível o indivíduo formar um espírito crítico mesmo inserido no senso comum. Isto é, leva em consideração que adentra na formação diária e da cultura, onde a percepção dos trabalhadores vai ser empírica, imediata com auxílio da ciência e da arte, mas também em sua maioria ocorre por meio do senso comum.

Por isso a importância do cotidiano, tendo em vista que nele tudo é unificado. Apesar de estar implícita, camuflada no cotidiano do senso comum, a ideologia e a hegemonia estão presentes, portanto, são cotidianas. É neste contexto que está implícito a distorção do conhecimento. Isto é, a burguesia sabe que o trabalho humano, ou a classe trabalhadora, não precisa ser utilizado na escala de exploração como é atualmente, como valor de troca, onde tudo se transforma em mercadoria e tem valor quantitativo.

Em outras palavras, essa distorção do conhecimento é também o ser humano não conseguir se visualizar dentro do processo histórico-sociológico da humanidade. É este não se perceber presente na construção da história, nos processos de mudanças dos caminhos percorridos pela humanidade.

A classe trabalhadora que emprega seu “dom natural”, que é a força de trabalho, na conservação e otimização do valor da matéria-prima, mas a qual devido estar alienada não se enxerga como parte subjetiva desta criação e com isso não percebe que a mudança para a revolução está ao seu alcance.

Porém, por isso mesmo mantém esse sistema da forma como é regido e cria a sua maneira particular mecanismos de manutenção, seja pela cultura, ideologia, sistema religioso, ou seja, como estruturas da hegemonia ideológica e repressora. Marx; Engels (2001) apontam que:

As idéias da classe dominante [...] são, em cada época, as idéias dominantes. Quer dizer: a classe que possui o poder *material* na sociedade possui ao mesmo tempo o poder *espiritual*. A classe que dispõe dos meios de produção material também dispõe dos meios de produção espiritual. [...] (apud KONDER, 2002, p. 42).

É como Gramsci bem ressalta, a ideologia não pode ser encarada de forma fragmentada, ou somente como um fenômeno, pois ela está impregnada em todo o contexto da supra-estrutura, na qual são mecanismos utilizados para manter a estrutura ideológica burguesa existente, não sendo possível, por exemplo, fragmentar a ideologia da ciência. Konder (2002, p.107) bem explicita a noção do filósofo italiano acerca do tema e coloca que “A concepção de ideologia adotada por Gramsci está ligada a uma certa unificação das supra-estruturas em torno dos valores históricos do conhecimento e da cultura”.

Isto é, a ideologia é orgânica, pois compõe e mantém toda a estrutura tal como ela está regida. Ela permeia todas as esferas da sociedade, como a cultura, religião, e até o modelo de ciência instaurado em nossa sociedade. Pois a ciência faz parte da supra-estrutura, logo também é a ideologia.

Porém, do ponto de vista dialético, não se pode observar somente o lado negativo, mas que é capaz de haver a consciência possível, a qual proporciona para a classe operária o processo de totalização permitindo apreender a história como processo com unidade e assim para superar essa distorção ideológica estabelecida.

Além disso, Lukács relembra também que é na ontologia do ser social que é possível alcançar a universalidade, ou seja, mesmo o indivíduo estando imerso na ideologia do sistema capitalista, ainda assim ele não irá perder a sua essência, que é ser um sujeito transformador e construtor da própria história, a plenitude do ser, a qual esta pode ser facilmente alcançada por meio da arte e da ciência.

Portanto, a supra-estrutura são mecanismos utilizados para consolidar a estrutura. Na supra-estrutura podemos apontar a própria ideologia, a ciência como exemplo, e até mesmo uma realidade próxima de nossos estudos, o próprio Jornalismo. Neste processo ambos são utilizados como base para manter a estrutura, nos quais os meios de produção e a propriedade privada podem servir como exemplo.

3.1.1 Ideologia e comunicação

Nesse contexto se torna mais fácil perceber a atuação da supra-estrutura em função de confirmar a estrutura se utilizarmos o exemplo prático a partir da comunicação, mais especificamente do Jornalismo.

A fim de compreendermos melhor a realização desse processo é importante verificarmos o panorama dos proprietários das maiores empresas de comunicação do Brasil para termos subsídios com finalidade de comprovação de nossa premissa maior.

Com base em diversas pesquisas acerca da comunicação, estudos comprovam a existência de oligopólios das mídias em âmbito nacional e monopólio em âmbito regional, nos quais essas práticas são realizadas por grupos ligados a redes de TV aberta.

Atualmente, o número de mandatários da grande mídia de abrangência nacional encolheu para seis grupos apenas. Isso porque foram retiradas da lista as tradicionais famílias Bloch, Levy, Nascimento Brito e Mesquita, que não exercem mais controle direto sobre seus veículos de comunicação. Civita, Marinho, Frias, Saad e Abravanel - além dos Sirotsky, à frente da Rede Brasil Sul (RBS) nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul - são os clãs que comandam o oligopólio midiático no Brasil (VIEIRA JR *In* Observatório do direito à comunicação², s/d, p.01).

² Disponível em

http://www.direitoacomunicacao.org.br/content.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=342&Itemid=99999999

Isto é, como não encontram barreiras, estas que podemos chamar de famílias da comunicação brasileira passam a expandir seus negócios por meio da comunicação de massa, e conseqüentemente conseguem isso através da rede de televisão aberta, que é o caso da Globo, SBT e Bandeirantes. Mas, seus campos de poder e persuasão não se restringe somente a rede de televisão aberta, os mesmos também detêm as demais mídias, como mostra uma pesquisa realizada pelo Instituto de Estudos e Pesquisas em Comunicação (Epcom).

Um importante estudo feito em 2002 pelo Instituto de Estudos e Pesquisas em Comunicação (Epcom), intitulado *Os donos da Mídia*, sobre os meios de comunicação no Brasil mostra que a essas três redes nacionais, além de Record, Rede TV! e CNT, estão aglutinados 668 veículos em todo o país. São 309 canais de televisão, 308 canais de rádio e 50 jornais diários. Os chamados “donos da mídia” no Brasil, então, são as famílias que controlam as redes privadas nacionais de TV aberta e seus 138 grupos regionais afiliados, que são os principais grupos de mídia nacionais (VIEIRA JR, s/d, p. 01).

Mas, esse cenário de controle sobre a comunicação não se encerra por aqui, pois ainda consegue ser mais agravante. A Rede Globo, da família Marinho, consegue ser um conglomerado midiático em nível nacional, utilizando as palavras do jornalista Vieira.

Retomando os dados da concentração da mídia no país, segundo o jornalista Vieira (s/d) em seu artigo *Oligopólio da comunicação: um Brasil de poucos*, a Rede Globo possui a mídia em números assim distribuídos: “33,4% do total de veículos ligados às redes privadas nacionais de TV e controla o maior número de veículos em todas as modalidades de mídia: 61,5% de TVs UHF; 40,7% dos jornais; 31,8% de TVs VHF; 30,1% das emissoras de rádio AM e 28% das FM” (p. 02).

Além disso, ainda segundo Vieira (s/d) “um seleto grupo composto pelas Organizações Globo, Grupo Folha, Grupo Estado, Rede Brasil Sul (RBS) e Companhia Brasileira Multimídia (CBM) é o responsável pela concentração de maior parte de toda a circulação diária de notícias impressas em todo o Brasil, algo em torno de 56% de tudo o que é veiculado de informação impressa no país” (p. 03).

Diante deste cenário de concentração da comunicação social no país, é possível perceber que nem a Constituição Federal e as legislações referentes a este setor conseguem impedir a prática desses “donos da mídia” e, conseqüentemente, não se tendo espaço, torna-se mais difícil haver a concretização da democratização da comunicação, da informação e até mesmo a liberdade de expressão. Ou seja, essas

concentrações das mídias são um reflexo do poder da propriedade privada, onde o domínio está nas mãos de uma minoria a qual consegue ditar parâmetros para a grande massa.

Desse modo a mídia está na raiz da manutenção do *status quo*, ou seja, da propriedade privada e consequentemente da ideologia burguesa. Conseguindo por meio de mecanismos persuasivos construir uma realidade do *cotidiano* com a finalidade de manipular e afirmar a ideologia predominante, pois a ideologia reforça esse *cotidiano*, o que envolve os indivíduos num contexto fragmentado e que consequentemente não conseguem se perceber dentro de uma totalidade onde tudo se relaciona organicamente. É a supra-estrutura mídia a serviço da consolidação da estrutura propriedade privada e meios de produção da ideologia burguesa.

Para Marx, então, a distorção ideológica não se reduzia a uma racionalização cínica, grosseira, tosca, bisonha ou canhestra dos interesses de uma determinada classe ou de um determinado grupo. Muitas vezes ela falseia as proporções na visão do conjunto ou deforma o sentido global do movimento de uma totalidade, no entanto respeita a riqueza dos fenômenos que aparecem nos pormenores (KONDER, 2002, p. 43).

Com isso é perceptível que não se trata de um sujeito movido apenas por uma *falsa consciência*, mas que a ideologia é maior do que isso, pois em seu processo agrega conhecimentos verdadeiros (KONDER, 2002), o que traz a reflexão de que o próprio sujeito que está inserido neste contexto também tem a possibilidade de realizar outras leituras acerca do mundo. A ideologia aceita outras leituras, mas tem como princípio conquistar a direção das ideias que predominem na sociedade.

Se agora e mais tarde falarmos de ideologias em contextos mais amplos, estas não devem ser entendidas no enganoso uso atual da palavra (como uma consciência de antemão falsa da realidade), mas, assim como Marx determinou no prefácio da Crítica à economia política, como formas “nas quais os seres humanos se conscientizam desse conflito” (isto é, daqueles que emergem dos fundamentos do ser social) “e o combatem” (LUKÁCS, 2010, p.34).

Com base no autor a ideologia se trata de uma forma de elaboração ideal da realidade, onde os seres humanos projetam um mundo, um ambiente ideal e essas expressões e reações que podem vir a orientar a prática social, podem também se tornar ideologia. Isto é, existem várias ideologias, tanto aquelas que predominam no contexto social e são tomadas pelos indivíduos como se fossem suas quanto as que existem, mas que não se sobressaem e ficam num âmbito minoritário.

De mesmo modo acontece com as mídias, ou seja, aquelas de maior poder aquisitivo e que se encontram atreladas com o bloco histórico dominante, composto pelas classes e grupos com interesses econômicos em comum, conseguem projetar um determinado mundo ideal e difundir essas ideias a ponto de operacionalizar a prática social e de essas se tornarem escolhas “naturais” das massas. Enquanto que do outro lado é possível encontrar um bloco histórico que discorda desse mundo ideal e que não dispõem do mesmo apoio do bloco dominante, com isso projetam outra realidade ideal, mas que na maioria das vezes por não ter forte expressão no contexto social, acaba se tornando uma ideologia sufocada e marginalizada.

Neste sentido podemos voltar um pouco ao passado para constatar alguns fatos e discordar de outros. De fato a imprensa nasce atrelada ao bojo do desenvolvimento do capitalismo, mas não é por isso que o jornalismo deve ser corrompido pelo sentimento que tudo tem valor de troca.

No capitalismo, o jornalismo é atravessado pela ideologia burguesa como uma fruta é passada por uma espada – se me permite João Cabral. Ou seja, de modo flagrante, evidente e doloroso. Nem por isso fruta será sinônimo de espada. A lógica mercantil complexificou e unificou o mundo dos homens, tornou-o mais dinâmico e universalmente integrado. Ela preside os rumos desse processo em todos os campos da atividade social (GENRO FILHO, 1987, p. 62).

Como bem exemplifica o autor com uma metáfora do trecho de um poema, trazendo para o campo jornalístico isto é, mesmo o jornalismo estando inserido no contexto da lógica mercantil, onde tudo se torna mercadoria e é o fator econômico que dá o direcionamento do que se torna necessidade coletiva de informação, não é por isso que a prática jornalística será sinônimo de ideologia.

Sem dúvida, é preciso superar tais análises “economicistas” e dissolventes do jornalismo, sem deixar de recuperar sua intenção crítica em relação a ideologia burguesa que, hoje, encontra na atividade jornalística um dos modos importantes de sua reprodução. Certamente, o controle, a manipulação e o engodo são partes integrantes do jornalismo burguês (GENRO FILHO, 1987, p. 63).

Ou seja, apesar de jornalismo não ser sinônimo de ideologia, o uso que está sendo feito dele é que distorce seu verdadeiro sentido crítico, seu valor de uso e com isso acaba servindo aos interesses de uma classe que detém o poder da concentração das mídias, a burguesia.

Diante dos fatos, podemos verificar que a ideologia é realmente orgânica, a qual permeia todas as esferas de nossa sociedade e consegue se manter na raiz de todo o processo de manutenção dessa estrutura minuciosamente racionalizada pela classe burguesa, como é o caso dos “donos da mídia” dentre muitos outros que detêm o poder da propriedade privada no “Brasil de poucos”, fazendo uso da expressão de Vieira (s/d).

3.2 Hegemonia

Para pensar este conceito é fundamental resgatar os estudos de Antônio Gramsci, o teórico marxista que mais insistiu com relação ao conceito de hegemonia. Mas, para percorrer esse caminho utilizar autores que também o estudam se torna imprescindível para a compreensão e apreensão do termo.

O termo hegemonia deriva do grego *eghestai*, que significa “conduzir”, “ser guia”, “ser líder”; [...] Por *eghemonia*, o antigo grego entendia a direção suprema do exército. Trata-se, portanto, de um termo militar. Hegemônico era o chefe militar, o guia e também o comandante do exército. [...] (GRUPPI, 1978, p. 01).

Desse modo é cabível perceber que o termo hegemonia está imbricado na questão do poder, onde cabe a um seletivo grupo – o exército na época dos gregos – dar direcionamento a um grupo maior.

Quanto a Gramsci, este percorre um caminho similar ao termo grego, porém de forma mais totalitária e reconhecendo a hegemonia de forma orgânica dentro do contexto social.

O conceito de hegemonia é apresentado por Gramsci em toda sua amplitude, isto é, como algo que opera não apenas sobre a estrutura econômica e sobre a organização política da sociedade, mas também sobre o modo de pensar, sobre as orientações ideológicas e inclusive sobre o modo de conhecer (GRUPPI, 1978, p. 03).

Tratar sobre hegemonia implica no tocante a luta de classes, entre burguesia e proletariado. E a partir da perspectiva desta última classe, haver conseqüentemente a superação de alguns paradigmas impostos ao longo da construção da história por meio do que desafia o poder da classe dominante, a contra-hegemonia.

Porém, como afirma Dantas (2008, p. 91) tratar sobre hegemonia e contra-hegemonia “é pensar no antagonismo entre as classes sociais que, a partir de sua

posição dominante ou subalterna no interior da sociedade e do Estado de classes, exercem, sofrem e disputam permanentemente o poder”.

Neste sentido, do modo como explicita Dantas, a contra-hegemonia diz respeito à negação direta da hegemonia vigente, a mantida pela burguesia, ou seja, é uma luta constante contra ela. Por um lado, Luciano Gruppi apresenta o projeto de hegemonia do proletariado de Gramsci, enquanto Dantas faz uma releitura do pensamento gramsciano e nos apresenta ainda um processo com a ideia de desfazer a hegemonia vigente, a partir de sua desmobilização.

Essa luta pela hegemonia, por meio da luta de classes, no decorrer da história passou a ser na verdade uma luta para obter “a apropriação dos meios de produção e de vida, da riqueza socialmente produzida e do poder político do Estado” (DANTAS, 2008, p. 91).

Assim, vale ressaltar que essa luta não se trata de uma disputa simples e muito menos de fácil resolução, pois a detenção dos meios de produção e de vida, da riqueza que é socialmente produzida e o poder político do Estado são mantidos e consolidados justamente para conseguir manter o controle e conseqüentemente o poder sobre a classe subalterna, o proletariado.

As relações sociais de produção, propriedade e poder que fazem de uma classe a classe dominante e determinam as condições da produção e da reprodução social da vida ao longo de toda uma época histórica determinam, na mesma medida, as condições materiais e imateriais da produção e da circulação de ideias (DANTAS, 2008, p. 91).

Tanto não é uma disputa simples e de fácil resolução, que tendo como ponto de partida que Dantas diz sobre a classe dominante ter o domínio do que é considerado material e imaterial, é perceptível que se trata de uma dominação mais abstrata de inconsciente. E ao que tange a essas condições categorizadas de material e imaterial, percebemos que o material são os meios de produção e o imaterial sendo um conjunto de ideias que prevalecem a partir do aparelho de poder do Estado.

Logo, a classe que detém o domínio dos meios de produção material e imaterial, automaticamente consegue obter o comando das condições objetivas e subjetivas e isso faz com que seja possível afirmar sua hegemonia sobre todas as outras esferas sociais.

No sentido vulgar do termo, a hegemonia acaba sendo uma ditadura silenciosa, onde as ideias são implantadas socialmente em uma dinâmica bem organizada onde

consegue formar a consciência socialmente determinada. Assim, seria capaz de sem a hegemonia a sociedade sofrer repressões mais violentas fisicamente, já com a hegemonia o contexto muda e a sociedade não deixa de sofrer repressões, porém de forma psicológicas e de modo inconsciente.

No cerne da hegemonia está também a ideologia, a qual é o espaço onde é possível haver a construção da subjetividade da hegemonia, como as condições intelectuais, imateriais, espirituais/religiosas, etc. Como bem sublinha Dantas (2008, p.94) o que constantemente está em disputa na ideologia é a sua “naturalização, a normalização e a legitimação das práticas e relações sociais que organizam uma determinada configuração histórica da produção e reprodução da vida”.

E dando continuidade ao pensamento do autor é possível afirmar que a ideologia somente é exercida em sua plenitude, a partir do momento em que está totalmente diluída e não é mais sequer percebida como ideologia. Afinal, intrínseca a questão do poder, Dantas (2008) ressalta de forma explícita e expressa a relação existente entre a ideologia e a hegemonia:

A ideologia só cumpre sua função social, política e cultural na produção da hegemonia na medida em que for capaz de se afirmar como espaço em que a correspondência entre o real e o racional é, permanentemente, construída, racionalizada e justificada (p.95).

Essa configuração historicamente construída mostra que a ideologia se mostra e sempre deve se mostrar como a própria forma da verdade universal, que mesmo havendo o antagonismo das classes, a ideologia exerce a função de firmar uma visão de como tudo fosse uma unidade bem relacionada, que é a hegemonia consolidada.

Além disso, também nada mais é que o sistema de poder capitalista que está vigente no contexto de nossa sociedade e a ideologia está a serviço de realizar a consolidação e ser a mantenedora deste modelo imposto. Sobre esta questão do capitalismo, Dantas (2008) também traz uma reflexão exemplar, o qual afirma que só existe um meio para que o antagonismo dividido das classes possa ser afirmado como realidade comum e experiência universalmente compartilhada:

[...] a ordem do capital deve poder introduzir e internalizar, na própria subjetividade do proletariado, as condições positivas de sua auto-afirmação como condições universais e insuperáveis da própria existência dos indivíduos socialmente determinados (p. 95-6).

Dessa forma a ideologia, e conseqüentemente a hegemonia, se materializa no que o autor explica ser o conjunto dialeticamente bem articulado de mediações, aparelhos e formas práticas (políticas, institucionais, jurídicas, estatais, morais, estéticas, educacionais, culturais, religiosas, gnoseológicas etc.) e assim consegue ter a manutenção da ordem em todas as esferas. Além disso, Luciano Gruppi (1978) complementa esta premissa nos termos do pensador italiano:

Gramsci acrescenta que a realização de um aparato hegemônico, isto é, de um aparato de direção – pode-se dizer, do aparato do Estado -, enquanto cria um novo terreno ideológico determina uma reforma das consciências, novos métodos de conhecimento, sendo assim um evento filosófico (p.04).

Gramsci deixa explícito que há relação estreita entre a supra-estrutura e a estrutura ideológica, onde a estrutura é a responsável por determinar a supra-estrutura e que segundo ele faz nascer uma estreita relação entre a política e a filosofia. Para o pensador, o “momento máximo da política é a revolução, a criação de um novo Estado, de um novo poder e de uma nova sociedade” (p. 04).

De fato, para o pensador italiano, é preciso que haja a revolução do proletariado e afirma ser possível com isso haver a hegemonia do proletariado. O mesmo visa que o proletariado ainda pode se tornar classe dirigente e dominante assim que conseguir criar um sistema de alianças de classe que seja possível mobilizar grande parcela da classe trabalhadora contra o capitalismo e conseqüentemente contra o Estado burguês vigente (GRUPPI, 1978).

A hegemonia é a capacidade de direção, de conquistar alianças, capacidade de fornecer uma base social ao Estado proletário. Nesse sentido, pode-se dizer que a hegemonia do proletariado realiza-se na sociedade civil, enquanto a ditadura do proletariado é a forma estatal assumida pela hegemonia (GRUPPI, 1978, p.05).

Assim, a hegemonia do proletariado se encontra possibilitada no bojo da sociedade civil para alcançar a emancipação dos paradigmas impostos pela burguesia. Enquanto que a ditadura do proletariado é o modelo político onde se encontra impressa toda a metodologia desde a conquista até a realização da hegemonia, porém do proletariado, quando este consegue a tomada do poder estatal.

Essa dinâmica ao mesmo tempo em que é de conquista também é de enfrentamento, pois é de fundamental importância para confrontar outro mecanismo

primordial da hegemonia burguesa, que é a sociedade do consumo. Pois, desviando a atenção do proletariado sobre a realidade e criando formas de espetáculo que elucidam o imaginário da população conseguem obter o domínio desta classe. “[...] a luta pelo domínio da subjetividade antagônica do trabalho se materializa na luta pelo domínio do inconsciente, do imaginário, da própria produção desejante do proletariado” (DANTAS, 2008, p. 96).

A luta para se ter o domínio sobre o imaterial – inconsciente, imaginário do proletariado – acaba se materializando na produção desenfreada, no regime alienante do trabalho e na criação da necessidade de consumir o espetáculo da mercadoria forjada de forma universal.

Na medida em que a lógica da reprodução ampliada do capital se baseia necessariamente na fabricação ininterrupta de novas necessidades, estas devem poder vir a dominar a produção desejante de toda a sociedade, até o ponto em que possam vir a se resumir na única pseudonecessidade de ampliar constantemente a esfera do que pode ser consumido (DANTAS, 2008, p.96-7).

Sobre o espetáculo, Dantas (2008) diz que este “se apresenta como a encenação universal e permanente do fascínio irresistível da mercadoria” (p.97). Dessa forma podemos relembrar o conceito de *fetichismo da mercadoria* utilizado por Marx e também o termo *reificação ou coisificação da mercadoria* cunhado por Lukács, onde ambos trazem a tona a problemática da mercadoria ser vista como espetáculo e o seu próprio criador, o ser humano, não conseguir se vislumbrar diante de sua criação. Porém, é influenciado pela classe dominante que dita padrões de estilos de vida a sentir uma grande necessidade de consumir tais produtos.

A hegemonia dispõe desses mecanismos de consumo para conseguir se introduzir e internalizar na subjetividade da grande massa que é o proletariado. Com isso, podemos perceber e inferir a sociedade do consumo ser uma ferramenta fundamental para a manutenção da soberania da hegemonia, pois quanto mais alienação, mais produção e conseqüentemente mais consumo, o qual mantém o ciclo vicioso da ideia hegemônica em constante manutenção e assim se torna cada vez mais difícil a sua fragmentação e extinção.

Por outro lado, essa realidade não é apocalíptica, pois o proletariado precisa e pode reagir, apesar de ser subalterno ao poder dominante, a classe trabalhadora é antagônica ao capitalismo, ou seja, mesmo sendo explorada pelo capital é ela quem o

mantém e com isso é a única classe que pode destruí-lo, para assim alcançar sua emancipação.

Debord assinala [...] que o sucesso da revolução proletária depende essencialmente de que o proletariado venha a se tornar a classe da consciência. [...] o proletariado só poderá construir sua hegemonia se ele vier a se tornar a classe da consciência que se desenvolve, numa época em que a apropriação consciente das estruturas produtivas e reprodutivas da vida social tende a se tornar, cada vez mais claramente, uma questão de sobrevivência para a espécie. [...] a ativação do poder social da ideologia crítica e emancipatória é a principal arma do proletariado na luta de classes e em sua necessária metamorfose numa luta que está em jogo [...] (DANTAS, 2008, p. 107-8).

É importante atentarmos para o que Guy Debord denomina de o proletariado se tornar a classe da consciência. Contudo, para complementar este conceito podemos retomar ao pensamento de Lukács, definido por Konder (2002), quando o primeiro se refere à *consciência possível*, isto é, o proletariado precisa tomar consciência sobre o poder que está intrínseco a sua classe para que se torne a classe da consciência ou ainda a única classe autêntica capaz de cometer uma mudança real.

Neste contexto merece consideração trazer à tona a reflexão acerca do cotidiano, além de ser necessário o indivíduo se reconhecer dentro dessa dinâmica. Lukács *apud* Konder (2002) ressalta a importância do ser humano ter acesso e conhecer a ciência e a arte por serem essas as principais esferas da vida humana, pois somente assim é possível ver o mundo em sua totalidade e não de forma fragmentada como tem se enxergado. Desse modo, sendo assim capaz de haver uma transformação real da humanidade.

Dentro deste cenário, podemos também ressaltar a importância de perceber a própria Comunicação Social, pois o chamado fenômeno da cultura de massa ou globalização acaba nos inserindo no mesmo bojo. Afinal, como bem sublinha Mauro Wolf (2001) a maioria das coisas que conhecemos e passamos a absorver diariamente (cotidianas) possui a mediação da mídia. Desse modo, isso nos alerta que conhecer a mídia é também conhecer o mundo que nos cerca e até nós mesmos.

Mas o proletariado jamais poderá se tornar a classe da consciência, desenvolver a sua própria atividade histórica independente e opor qualquer desafio significativo à ordem do capital enquanto sua consciência de classe e as próprias formas práticas, institucionais e organizativas de sua luta permanecerem defensivamente confinadas aos limites objetivos e subjetivos da sociedade e do Estado do capital (DANTAS, 2008, p. 108).

Está explícito: a classe trabalhadora precisa se desvincular das amarras que a deixam dependente e submissas ao Estado. A amarração com o Estado faz com que este tome conta dos direitos e da própria subjetividade dos trabalhadores. A classe precisa se conscientizar, se utilizando da *consciência possível*, onde nenhum poder é mais forte do que o íntimo do ser humano enquanto sujeito histórico.

Assim, não tem como pensar a história contra-hegemônica sem antes pensar em questionar o que historicamente vem sendo construído de modo complexo, que é a formação da subjetividade independente das classes subalternas. Não basta mudar somente a ideia, mas é essencial que se tenha a prática social. E o mais importante para tudo isso: é preciso questionar a ordem do poder.

3.2.1 Hegemonia e comunicação

Assim como a ideologia, a hegemonia também está relacionada ao campo da comunicação. Isso decorre devido à comunicação ser um dos aparatos essenciais para manter a superioridade das classes dominantes e assim deterem a direção moral, intelectual e cultural da sociedade.

A atuação dos meios de comunicação se dá através de vários mecanismos, dentre os quais podemos destacar: a difusão de normas culturais e ideológicas convenientes à manutenção do sistema capitalista; a legitimação da estrutura dominante através de uma abordagem “natural” da mesma [...]; seu papel conservador que perpetua [...] as relações de produção e as relações sociais; a própria construção da percepção da realidade pela sociedade, através das informações veiculadas (RUMMERT, 1986, p.133).

Dessa forma percebemos que a atuação dos meios de comunicação não são realizados de forma arbitrária, mas que no seu contexto possui uma lógica que vai muito além da ideia de comunicar, informar ou mesmo entreter. Sua principal intenção está a serviço da supremacia: a hegemonia, tornando-se assim os aparelhos de hegemonia.

Assim, através dos meios de comunicação de massa, a classe dominante consegue planejar e por em prática suas estratégias de domínio de manter a direção da sociedade por meio da difusão de sua perspectiva ideológica. Conseguindo, desse modo, fazer com que as suas ideias sejam tomadas pela população como vontade universal.

Por outro lado, esse desejo universal nada mais é que simples aparência, pois esconde e deixa latente o pano de fundo do antagonismo entre as classes sociais.

Transformando o que são totalmente díspares na visão de ser simples diferenças entre os indivíduos e sendo necessário somente o bom senso para conviver.

Os meios de comunicação, enquanto aparelhos de hegemonia, interferem diretamente na formação da opinião pública que, para Gramsci, está estreitamente ligada à hegemonia política e que se constitui no ponto de contato entre o consenso e a força (RUMMERT, 1986, p.135).

Em outra obra, *Maquiavel, a política e o Estado moderno*, Gramsci ressalta que “os órgãos de informação são portadores de uma força dirigente por vezes superior a dos próprios partidos políticos” (p.133). Outro fator que deve ser levado em consideração sobre esta questão dos meios de comunicação de massa ter influência na opinião pública, é pelo fato de em alguns países terem como proprietários o próprio Estado e já em outros a concessão para a utilização desses meios é diretamente realizada por meio do poder do Estado, como é o caso do Brasil. Além de ter sempre a disputa histórica pelo monopólio dessas mídias.

Neste contexto, podemos trazer um breve apontamento e que irá acrescentar em nossa reflexão. Assim como o príncipe para Maquiavel era alguém com poder, uma figura política; o príncipe para Gramsci era a hegemonia, incorporada pelo Estado, mas ambos envolvidos com a questão política; para Octavio Ianni existe o príncipe eletrônico, que é a mídia. O autor considera que o príncipe eletrônico não é esse partido político de seus príncipes antecessores, mas que ultrapassa essas duas e demais esferas.

O príncipe eletrônico é uma entidade nebulosa e ativa, presente e invisível, predominante e ubíqua, permeando continuamente todos os níveis da sociedade, nos âmbitos local, nacional, regional e mundial. É o intelectual coletivo e orgânico das estruturas e blocos de poder presentes, predominantes e atuantes em escala nacional, regional e mundial, sempre em conformidade com os diferentes contextos socioculturais e político-econômicos desenhados no novo mapa do mundo (IANNI, 1999, p.14).

Todavia, esse príncipe eletrônico continua sendo disputado e ainda facilita a ação do Estado. Por meio das mídias as ações do Estado se tornam incisivas e eficazes, ao mesmo tempo em que estão camufladas e se mostram amigas da sociedade. Ou seja, o que se chama de a função “educativa” do Estado, que é realizada através dos meios de comunicação de massa, é onde na realidade são concretizadas a manipulação e restrição

do conteúdo e dos determinados saberes que a sociedade deve ter acesso. Funciona na seguinte equação: o Estado possui o poder e dita o que a sociedade pode saber.

Os meios de comunicação de massa, por sua forma de atuação, regulam a quantidade e qualidade do saber que deve ser difundido na sociedade, através de recursos como a censura, o controle de informações, a forma de abordagem dos fatos e os critérios de produção de bens culturais [...]. Dessa maneira, é regulada também a extensão do poder do homem, sua capacidade de gerir seu próprio destino e sua percepção crítica na realidade social (RUMMERT, 1986, p. 137).

É perceptível que a mídia, enquanto aparelho de hegemonia, utiliza-se de mecanismos como a censura e o próprio controle das informações para colocar em prática uma ideologia que é contextual, que visa formar visões de mundo restringidas, ao passo que a classe que está no poder não possa perder o domínio da situação. Souza (2012) entendendo Gramsci ajuda a visualizar melhor este cenário:

[...] os aparelhos privados de hegemonia possuem o poder de garantir o consenso social, enquanto os aparelhos repressores estatais garantem seu poder por meio da força, de cima para baixo. O consenso é forjado nesses aparelhos tendo como direção moral e intelectual as ideias do bloco histórico dominante. Este bloco é composto pelas classes e grupos conjugados por interesses econômico-corporativos, tendo por base a conquista da direção das ideias predominantes na sociedade (p.16).

Além disso, vimos que a forma como os meios se realizam se torna um obstáculo para que os indivíduos consigam desenvolver sua capacidade crítica. Daí mais uma vez a importância de refletir acerca do que Lukács fala da ontologia do ser social, onde esses sujeitos são capazes de concretizar mudanças reais, porém estão alienados por esse sistema de poder capitalista.

Dessa forma, a política cultural do Estado capitalista estrutura-se em direção oposta ao conceito de cultura gramsciano, isto é, à cultura em seu sentido orgânico que, em essência, significa o desenvolvimento da capacidade crítica que objetiva, precisamente, a conquista da consciência de classe. Com este fator é imprescindível à transformação da cultura subalterna em cultura hegemônica [...] (RUMMERT, 1986, p. 137-8).

É extremamente necessário, como diz Gruppi (1978) interpretando Gramsci, haver uma revolução e conseqüentemente a ditadura do proletariado, onde a classe subalterna tem seu poder na sociedade civil e toma de assalto o Estado. Somente dessa

forma conseguirá alcançar a transformação do homem-massivo para o homem-sujeito-histórico. Afirmado assim o que Gramsci considera ser a transformação da cultura subalterna em cultura hegemônica.

Por outro lado, se levarmos em consideração os exemplos das manifestações de estado de consciência dessa classe subalterna, podemos verificar que a mídia as trata da forma mais banalizada possível, onde sempre os que procuram por seus direitos são rebeldes, vândalos, destruidores da lei, dentre outros estereótipos. Ou seja, as manifestações são tratadas como casos isolados, não tendo os meios de comunicação a preocupação de investigar e mostrar a raiz do problema, o contexto que ocasionou essa revolta, como a diferença de classe, por exemplo.

Algumas manifestações de luta, entretanto, devido à sua grande significação e repercussão na sociedade, não podem receber um tratamento simplificador. Tais manifestações são, então, abordadas como um fato perigoso, ameaçador da ordem social estabelecida, cuja ocorrência por si só, justifica uma ação coercitiva do Estado (RUMMERT, 1986, p. 138).

Nosso objeto de pesquisa MST é típico desse cenário, pois atualmente tomou grandes proporções e com o passar do tempo vem conseguindo se manter na pauta dos veículos de comunicação de massa, porém de forma negativa. E fazendo uso das palavras da autora, este movimento é abordado pelos meios como algo perigoso para o bem estar social e com isso apoia, por meio do discurso camuflado de informação, a ação de coerção do Estado e conseqüentemente influencia a sociedade a também ter preconceito para com este movimento. Maria Orlanda Pinassi (2009) nos ajuda a delinear melhor este cenário de confronto:

Não surpreende que, desde o início, o MST seja tratado como “caso de polícia”; no entanto, o espaço que aos poucos ocupou no cenário nacional, assim como desencadeia uma série de reações e de confrontos, serviu para cindir a opinião pública e divisar um horizonte menos previsível. [...] Juntos, Estado e capitalistas privados continuam criando os fatos mais sanguinários da história brasileira da atualidade: assassinatos recorrentes – isolados e em massa – de trabalhadores sem terra no exercício legítimo de suas reivindicações e daqueles que aceitaram o desafio de defendê-los (p. 64).

Os apontamentos tecidos por Pinassi deixam explícito o quanto é tensa essa relação entre o movimento social, Estado e propriedade privada. Além disso, na tese “*A mística no MST: mediação da práxis formadora de sujeitos históricos*”, Souza também

apresenta dados pertinentes de como o MST é tratado pela mídia massiva brasileira, como no exemplo retirado de um editorial do Estado de São Paulo, conforme se segue:

Desde que surgiu, o Movimento dos Sem-Terra (MST), sob o pretexto de realizar uma reforma agrária no país, tem se dedicado a práticas cuja ilegalidade jamais foi posta em dúvida, decerto nem por seus militantes, visto que desprezam o Direito "burguês" e a legislação penal, que considera crime as invasões de propriedades e outras formas de violência adotadas por esse movimento que se pretende social (O Estado de São Paulo, 17 de abril de 2010 apud SOUZA, 2012, p.15).

Por fim, não podemos esquecer outro pilar que rege a hegemonia dos meios de comunicação de massa, seu papel econômico a fim de serem mantenedores do sistema capitalista. Porém, o desenvolvimento deste fator econômico vai muito além do que a utilização em larga escala da publicidade, também transpassa o próprio conteúdo da programação que é transmitido pelos meios de comunicação. “Na medida em que veiculam a ideologia do consumo, os meios de comunicação de massa reforçam, de forma significativa, o sistema social do qual dependem para a própria sobrevivência” (RUMMERT, 1986, p. 142).

É claro que o poder da hegemonia dos meios de comunicação de massa não se encerra por aqui, pois ele consegue transpassar por todas as demais esferas sociais. Com isso, fica explícito que este poder é algo desenfreado, ao passo que está implícita a premissa de que uma forma de manter a direção é esconder a realidade e os meios de comunicação de massa são históricos e emblemáticos neste quesito.

Desse modo, para visualizarmos melhor o por que do MST se apresentar contra hegemônico é relevante entender o processo que se encontra inserido é de um Brasil que tem um modelo de desenvolvimento pautado pelo agronegócio, ou seja, trata-se de um negócio que tem como base a exploração da terra, dos recursos naturais, do trabalho, dentre outras implicações, mas possui financiamento público. O MST, por sua vez, procura combater este “modelo de desenvolvimento”, pois pondera ser este modelo o protagonista de haver maior concentração de terras no país e que conseqüentemente gera maior número de sem-terra para morar, cultivar e trabalhar na terra. Portanto, diante deste panorama, é possível observar por que acontece o duelo entre o hegemônico e o contra hegemônico, tendo como princípio ser este o MST.

É também pertinente considerar que apesar de o movimento estar inserido no sistema capitalista, unânime no contexto atual, a ideologia do MST se mostra divergente

e em constante duelo com este sistema hegemônico vigente no mundo contemporâneo. Por isso, estudar e entender a ideologia deste movimento dentro do contexto social é de fundamental importância, tendo em vista a curiosidade de que mesmo imerso no sistema do capital, passados 30 anos, este ainda não se deixou alienar pelas seduções argumentativas que tem esse sistema, além de sua contribuição para que haja mudanças no panorama socioeconômico e cultural do país.

3.3 Representação Jornalística

Estudar a representação jornalística implica tratar sobre os conceitos de agendamento, enquadramento e hegemonia (SOARES, 2009). Mas, ao tratar sobre hegemonia, conseqüentemente não se pode excluir a ideologia, pois enquanto a hegemonia está no âmbito mais concreto de efetivação na sociedade, a ideologia está no nível das ideias, é a parte mais abstrata, mas que compõe e mantém o consenso de consolidação do sistema capitalista.

Soares (2009) afirma que os conceitos de agendamento e enquadramento são os maiores destaques nas análises de representações jornalísticas, as quais constroem as várias percepções do universo social. Mas, vale ressaltar que para esta pesquisa iremos nos ater somente aos conceitos de enquadramento, hegemonia e ideologia para tratar sobre representação jornalística do MST nos livrereportagens.

Isso porque com base no conhecimento da hipótese de agendamento, levamos em consideração ser este um conceito aplicado e mais incisivo para a prática do cotidiano jornalístico, onde se torna possível e suscetível de realizar a construção dos fatos na agenda do público, como os assuntos sobre política ou mesmo grandes desastres. Wolf (1986) pontua que a principal premissa do conceito de *agenda-setting* são os efeitos a médio e longo prazo. Nesse sentido, o agendamento não pode ser aplicado ao que tange o livrereportagem, justamente pelo fato deste ser um veículo único e onde se concentra um assunto atemporal.

O estudo do enquadramento se dá por diversas vertentes, mas todas desaguam num só sentido: a capacidade das mídias em produzir e difundir uma dada interpretação/leitura de mundo, por meio de uma retórica. Soares (2009) cita Tod Gitlin (1980) como o pioneiro a propor uma sistematização do conceito de enquadramentos da mídia, onde afirma estes serem padrões das formas de conhecer, interpretar e apresentar

os conteúdos, por meio das categorias de *seleção*, *ênfase* e *exclusão*, dos quais as mídias os organizam de modo persuasivo em seus discursos de forma cotidiana.

Assim como os demais pesquisadores que tratam sobre enquadramento, Gitlin e Soares também se referem a este conceito sendo aplicado na construção de notícias. Porém, é importante ampliar esse horizonte e aplicar este conceito às demais produções jornalísticas, como as grandes reportagens e livrosreportagens. Vale ressaltar que estas produções também são realizadas por jornalistas, enquanto imersos em uma conjuntura que envolve empresa, preceitos ideológicos, sistema de poder e demais fatores que influenciam na escolha do enquadramento.

Soares (2009) citando Entman (1991) complementa que os enquadramentos são construídos por “palavras, metáforas, conceitos, símbolos e imagens visuais enfatizadas na narrativa noticiosa” (p.57). Adiante, o mesmo autor citado reforça a ideia e enfatiza que “ao fornecerem, repetirem e, portanto, reforçarem palavras e imagens que referenciam algumas ideias, mas não outras, os enquadramentos tornam algumas ideias mais salientes no texto, outras menos e outras inteiramente invisíveis” (p.57).

No entanto, muitas vezes esses fatores citados por Entman (1991) são orientações de enquadramentos que se tornam mais difíceis de serem verificadas no interior da construção das produções jornalísticas, devido transparecerem ser um caminho percorrido naturalmente pelos responsáveis da produção das mídias.

Mas esse “caminho percorrido naturalmente” não é tão natural quanto parece, pois está influenciado diretamente por um campo implícito, os pressupostos ideológicos que orientam a produção da notícia (GENRO FILHO, 1987). Neste contexto, para passar uma imagem de credibilidade para a população, o jornalismo se pauta nos conceitos clichês de objetividade, neutralidade, verdade, dentre outros.

Conceitos estes que fazem parecer o jornalista ter um distanciamento do fato, quando na realidade são movimentos orientados inteiramente, pelo que Adelmo (1987) cita serem as características ideológicas que orientam a produção da notícia e Soares (2009, p.58) indica ser “os vises implícitos na produção”, ou seja, envolve o fato da empresa jornalística estar inserida e envolvida com a questão ideológica e hegemônica.

Carragee & Roefs (2004) *apud* Soares (2009) “defendem que os enquadramentos expressam a distribuição do poder social e político, conectando-se dessa forma à hegemonia ideológica”. Ou seja, o sistema de poder, que também envolve os meios de comunicação, dissemina padrões de visão de mundo e com isso mantém

consolidada a manutenção da direção moral e intelectual dos sujeitos sociais, havendo desta forma a cooptação da subjetividade de um todo social.

Referente à ideologia, Soares (2009) destaca que em época que existe e é visível certa atenuação ideológica, as representações referentes à realidade social se expandem de maneira sutil nas mídias, como vestígios de matrizes doutrinárias, um bom exemplo são as reportagens. São realmente capazes de orientar o público sobre determinados assuntos de maneira rápida e eficaz, tanto para acompanhar a hegemonia quanto no sentido de oposição. Nesse último caso as mídias contra hegemônicas ou também chamadas “de esquerda”, são um bom exemplo.

Quanto à hegemonia, Soares (2009) aponta ter forte ligação com o enquadramento, pois este é orientado pela premissa da primeira. Isto é, os enquadramentos possuem um grande potencial em dominar o discurso, conseguindo alcançar o nível de serem absorvidos como senso comum ou descrições fiéis do fato ocorrido, ao invés de serem vistos como meras interpretações.

[...] os enquadramentos das elites são geralmente favorecidos, devido a seus recursos econômicos, à centralização da coleta de notícias em instituições e à tendência dos repórteres a atribuir maior credibilidade a fontes oficiais do que aos seus desafiadores (SOARES, 2009, p. 61).

Alguns pesquisadores consideram que os enquadramentos são desenvolvidos por diversos atores sociais, como organizações, políticos e até pelos movimentos sociais, onde as mídias são espaços de enquadramentos concorrentes destas esferas. Por outro lado, é importante enfatizar que os movimentos sociais são exatamente o que Soares (2009) afirma serem: os desafiadores do poder.

O autor nos traz esclarecimento sobre o assunto e pontua: “os movimentos sociais estão entre os mais importantes desafiadores dos valores hegemônicos e sua habilidade de fazê-lo depende da sua eficácia em influenciar o discurso dos meios” (p.62). Quanto à cobertura dos movimentos sociais pela mídia, Soares mostra o cenário de representação típico da imprensa brasileira massificada:

[...] os movimentos sociais e protestos populares têm uma cobertura menor e de cunho negativo, sendo apresentados como tumulto e desordem, enquanto decisões institucionais, mesmo prejudiciais, mas argumentadas, são tidas como legais, institucionais e, portanto, aceitáveis (SOARES, 2009, p. 58).

Para entender melhor acerca dessa reflexão de representação, é válido utilizar o conceito de Lima (2001). Apesar de voltar o olhar para o campo específico da política, o conceito de representação que desenvolve tem como referência básica a hegemonia, pois é neste aspecto que a pesquisa se apoia para definir e compreender o conceito de representação em que irá seguir na análise dos livros-reportagens.

Para compreender representação, é importante não desconsiderar outros conceitos trabalhados pelo autor, como o de “cenário de representação”. Sobre “cenário”, Lima (2001) considera este ser um espaço ou lugar onde algum fato acontece. E sobre as características desses “cenários” ele aponta a hegemonia como epicentro e afirma:

Se a *hegemonia* é “um sistema vivido de significados e valores [...], um senso da realidade”, podemos afirmar que ela se constitui e se realiza no espaço em que o sentido da vida e das coisas é construído, isto é, no espaço das *representações*. Dessa forma, podemos também afirmar que esses “cenários” são, de fato, ‘cenários de representação’ (LIMA, 2001, p.182).

Adiante, o autor prossegue com sua explanação e atribui sentido ao termo “representação”, para isso expondo duas possíveis vertentes:

De um lado, representação pode se referir apenas à existência de uma realidade externa aos meios pelos quais ela (realidade) é representada (teoria mimética). De outro, representação pode se referir não só a uma realidade refletida, mimética, mas também à constituição desta mesma realidade. Este último é o sentido do conceito gramsciano de hegemonia, “sistema vivido – constituído e constituidor – de significados e valores que [...] parecem confirmar-se reciprocamente”. Assim, em nossa articulação conceitual, representação significa não só representar a realidade, mas também constitui-la (LIMA, 2001, p.182).

Stuart Hall também problematiza e afirma “O modo como as coisas são representadas e os ‘maquinários’ e regimes de representação numa cultura desempenham um papel constituinte e não somente um papel reflexivo, após o evento” (HALL apud LIMA, 2001, p. 185).

Como é possível verificar, Lima (2001) apresenta dois caminhos do significado de representação, mas é sobre o último conceito que a pesquisa vai se ater. Este conceito se refere a vertente hegemônica gramsciana, em que leva em consideração que a

representação não é só uma realidade refletida, mas também que a própria mídia constrói e compõe essa realidade.

A partir dessa reflexão, considera-se este seja o conceito mais adequado a ser aplicado quanto ao *corpus*, pois se trata de duas mídias inseridas no *hall* do *mass media*, e com isso não podemos desconsiderar a origem ideológica e hegemônica que ambas estão inseridas.

Assim, é fundamental apontar que não se busca uma representação do MST como uma realidade externa dessas mídias, como afirma o primeiro conceito apresentado acima. Mas, estão sendo levados em consideração todos os fatores que existam e possam influenciar na construção da imagem do que realmente representa este movimento social enquanto inserido no contexto hegemônico em que ele mantém relação direta, a sociedade capitalista.

Ou seja, será verificado como está refletida a realidade do MST nos livrosreportagens, mas também buscar ir além e detectar como essas mídias tecem a construção do cenário de representação desse movimento social, bem como perceber a presença inevitável dos seus respectivos autores.

Ao desenvolver a análise, o pesquisador identifica as estratégias textuais e representações contidas em um *corpus*, podendo estabelecer, por exemplo, contrastes entre coberturas diferentes, as quais, em uma simples leitura, podem parecer semelhantes (SOARES, 2009, p. 58).

Um bom exemplo desse fato é o caso da análise nos livrosreportagens, pois é o que se busca explorar. Isto é, se há consonância ou dissonância entre o discurso da representação jornalística de ambos o *corpus* com o cerne ideológico que o MST vem construindo durante estes últimos 30 anos.

Por outro lado, Lima (2001) afirma que o conceito válido para hegemonia também é válido para o conceito de CR-P. Mas, explica que um aspecto principal os diferencia:

[...] é a ênfase no papel central da mídia na construção do hegemônico [...], logo se manifesta uma das implicações de seu caráter “constituidor da mídia” e “constituído pela” realidade: as “representações” que a mídia faz da “realidade” [...] passam a constituir a própria realidade. Aqui está o fundamento para a hipótese de que o CR-P, construído na e pela mídia, define e delimita o próprio espaço da realidade política no mundo contemporâneo (LIMA, 2001, p. 186).

Daí se parte um exemplo clássico, pois enquanto a mídia se ocupa por construir e consolidar um cenário de representação hegemônico, o CR-P é exatamente o produto desta construção realizada na e pela própria mídia. Assim como o CR-P, é importante verificar se ocorre o mesmo com o MST nos livros-reportagens, ou seja, se nessas mídias ele é reproduzido somente como mais um produto do meio, onde sua imagem é mera construção da mídia hegemônica. Em se tratando desta última, o autor também acrescenta ao conceito o termo contra-hegemonia ou hegemonia alternativa com a finalidade de diferenciá-los e mostrar seus epicentros fundantes.

É também neste sentido a importância de verificar a análise de nosso *corpus*, se constroem uma narrativa pelo aspecto hegemônico ou contra-hegemônico, tendo como hipótese o MST neste viés. Ou seja, se são deixados levar por um discurso unilateral, seja do poder hegemônico seja do movimento social (contra-hegemonico) ou se buscam construir uma narrativa que contextualiza este movimento dentro do cenário sócio-político do Brasil, levando em consideração os prós e contras dessa realidade.

Isso porque Lima (2001) leva em consideração o papel da mídia na construção do hegemônico e para isso aponta três principais fatores do exercício desta:

- O Estado que antes tinha poder coercitivo agora passa a ter nova roupagem, ou seja, ele se amplia e passa a ser formado por uma sociedade política e uma sociedade civil, a qual é constituída “pelo conjunto das organizações que elaboram/difundem as ideologias (escolas, igrejas, partidos políticos, sindicatos, mídia etc.)” (p.193);
- Utiliza-se do consentimento de uma maioria da população para exercer seu poder;
- Com a existência das divisões de classes, estas sempre vão estar em constante disputa pelo poder.

Fator este último também relevante, pois com a divisão de classes o MST está posicionado em uma classe menos favorecida e com isso acaba estando de certa forma subordinado a classe dominante. Mas, sabemos que o MST também possui seus preceitos ideológicos e conseqüentemente luta por seus direitos contidos na Constituição Brasileira e também por o que considera levar a sociedade à igualdade social e a emancipação humana. Enfim, é preciso analisar profundamente se o que o MST busca é realmente chegar ao poder ou se sua pretensão é justamente a fragmentação desse sistema de poder vigente, a fim de constituir uma realidade social diferenciada.

3.4 Jornalismo: uma forma e prática social de conhecimento

É sabido que desde os primórdios a prática da comunicação sempre foi essencial entre os seres humanos, tanto para transmitir algum pensamento quanto para apreender informação e conhecimento. Neste sentido, o nascimento do jornalismo também se encontra nesse bojo das necessidades dos indivíduos de informação dentro das relações sociais. Logo, entender o caminho percorrido pelo jornalismo, sua gênese e sua ligação direta e indireta com o contexto existente é importante.

Sobre o desenvolvimento dessa prática, Genro Filho (1987) cita Habermas o qual delineou três fases para o jornalismo. Habermas diz que na primeira fase o jornalismo trabalha em função de satisfazer “[...] as limitadas necessidades econômicas e comerciais geradas pelo capitalismo nascente [...]” (p. 58). Na segunda fase, passa a ser ferramenta dos interesses da sociedade burguesa, “[...] a imprensa de informação evoluiu para uma imprensa de opinião ou do chamado ‘jornalismo literário’ [...]” (p.58). E na terceira e última fase, surge uma prática jornalística mais voltada para o aspecto comercial, sendo que agora apoiada nas “[...] bases de capital e tecnologia, não mais artesanal, mas empresa capitalista [...]” (p.58), conseqüentemente servindo a fatores políticos e econômicos.

Desse modo, o jornalismo acaba tendo seu nascimento impulsionado pelo advento do capitalismo e as formas industriais de difundir as informações, isto é, passa a ser produzido em larga escala ou comumente chamado de mídia de massa, o que passa a comprometer a sua potencialidade devido a ser condicionado a servir a lógica do capital.

Dessa forma, o desenvolvimento das forças produtivas do jornalismo são tomadas pela lógica mercantil do capital. Exemplo disso pode-se verificar em Genro Filho (1987) que afirma haver contradições (não antagônicas) entre a ideologia pequeno-burguesa e os interesses políticos do capital. Ou seja, no primeiro caso podemos visualizar isso no trabalho intelectual, como o jornalismo, que neste modo de produção é afetado diretamente pelos interesses políticos do capital, a ideologia dominante.

A seu turno, Genro Filho (1987) considera ser o jornalismo muito mais que um servo dessa lógica capitalista, mas uma forma de conhecimento que pode transcender o capitalismo. Para explicar e consolidar sua afirmativa, baseado nas categorias de Hegel

que foram repensadas por Lukács, o autor traz a tona a tríade (singular, particular e universal) de cunho teórico-prático epistemológico a fim de fundamentar sua teoria marxista do jornalismo.

Existe [...] uma relação dialética entre singularidade, particularidade e universalidade, categorias lógicas que representam aspectos objetivos da realidade. Cada um desses conceitos é uma expressão das diferentes dimensões que compõem a realidade e, ao mesmo tempo, compreende em si os demais (GENRO FILHO, p. 1987, p. 94).

Em relação ao jornalismo servir ao capital, o autor nos instrui a realizar construções que sejam alternativas quanto às finalidades lucrativas sobre a produção da notícia. Devido a isso, ele propõe uma reformulação da produção jornalística por meio de uma compreensão do fazer jornalístico, ou seja, de cunho mais epistemológico por meio da chamada “pirâmide invertida”. Assim, essa luta de ir em oposição a lógica mercantil está na percepção das potencialidades do jornalismo. Vejamos a pirâmide e suas respectivas características para que possamos compreender cada etapa de forma minuciosa, de acordo com o que foi construído pelo autor:

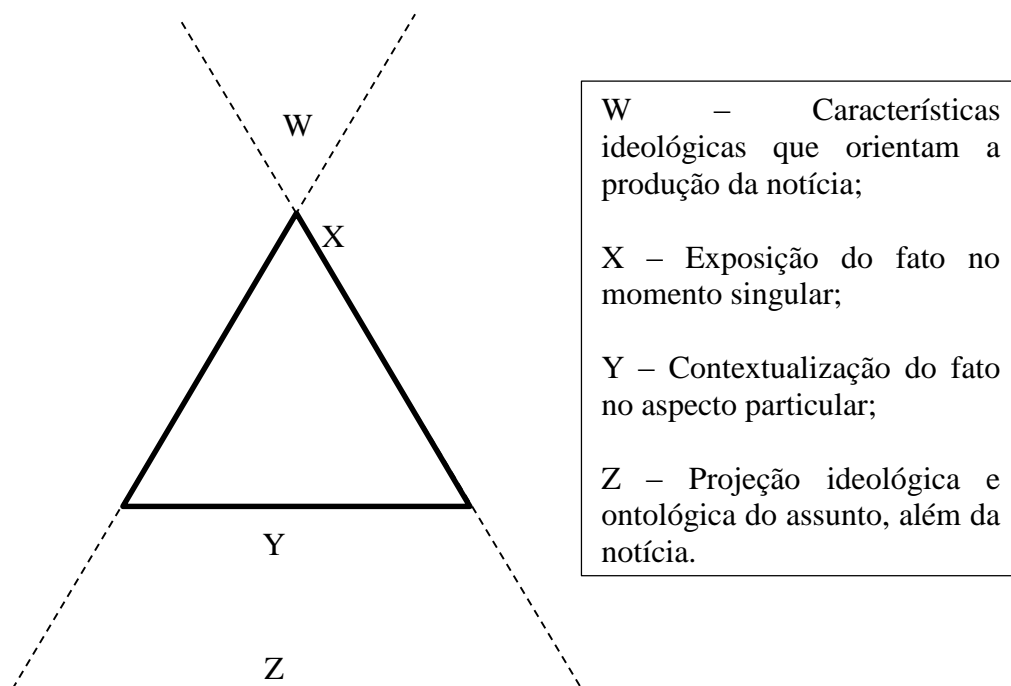


Figura 1: formato da estrutura da notícia proposta por Genro Filho (1987, p. 112).
Fonte: O Segredo da Pirâmide: uma teoria marxista do jornalismo.

Para o autor, esse gráfico é um modelo de compreensão do fazer jornalístico, mas que conseqüentemente vai desaguar na forma textual. Inicia-se a notícia expondo o singular (X) por meio das especificidades do fato, ou também comumente chamado de *lead*, o qual é o epicentro do singular devido ser onde se concentra a informação que mais caracteriza o fato, que o especifica de modo único. Toda a construção do processo, desde o singular até o universal o qual estão interligados, é orientada pela ideologia (W) que é herdada do âmbito social. Com o desenvolvimento, o singular caminha ao particular (Y), no qual é situado o fato no contexto. E finalmente, fornecer a relação do fato com a universalidade (Z), o qual este nem sempre é alcançado, porém está sempre diluído no singular e particular.

Para o autor, essa singularidade se realiza e se apresenta no *lead* da notícia, é a busca pela especificidade, o que também se convencionou chamar erroneamente de objetividade jornalística. Isso resulta que a singularidade é a compreensão do jornalista a partir de seu momento empírico, dada à prática vivenciada que “se manifesta na atmosfera cultural de uma imediaticidade compartilhada, uma experiência vivida de modo mais ou menos direto” (GENRO FILHO, 1987, p.92).

O resultado é que a singularidade é reificada pela compreensão espontânea do jornalista, que acaba aceitando implicitamente a particularidade e a universalidade sugeridas pela imediaticidade e reproduzidas pela ideologia dominante. Assim, a busca da “especificidade” na atividade jornalística limita-se a uma receita técnica de fundo meramente empírico, uma regra operativa que os jornalistas devem seguir sem saber o motivo, tornando presa fácil da ideologia burguesa e da fragmentação que ela proporciona (p.89).

É perceptível a presença da expressão “reificada”, em que essa compreensão espontânea é gerada a partir de mero entendimento do jornalista enquanto observador e mediador de determinado fato é imediata com relação a um mundo que é construído de forma mediada (ou mediata). É somente aquilo enquanto coisa/objeto mercadológico e não enquanto instrumento de conhecimento. Por isso o fato de Adelmo Genro Filho apontar a prática jornalística como uma regra operativa, pois a tendência cada vez mais tem sido seguir as regras impostas pela ideologia do sistema capitalista e conseqüentemente só reproduzir essas ideias e não questioná-las.

Além disso, o autor complementa com o pensamento que o singular é “[...] a matéria-prima do jornalismo, a forma pela qual se cristalizam as informações ou, pelo

menos, para onde tende essa cristalização e convergem as determinações particulares e universais” (GENRO FILHO, 1987, p. 95).

O desenvolvimento do singular caminha para culminar e ser melhor explicitado no particular, a partir do valor de conhecimento que está intrinsecamente agregado ao primeiro. Quanto à particularidade, o autor aponta este estágio ser o momento em que o singular vai ser contextualizado, ou seja, emerge, complementa e dá sentido a singularidade. Além disso, o autor também enfatiza que essa capacidade trazida no escopo da particularidade é melhor aplicada e absorvida na realização de reportagens e por que não dizer das grandes reportagens. Assim, podemos dizer que as informações que perpassam nosso cotidiano apresentam mais as características do singular e do particular, pois o singular apresenta o novo e o particular situa-o no contexto.

A particularidade se propõe no contexto de uma atmosfera subjetiva mais abstrata no interior da cultura, a partir de pressupostos universais geralmente implícitos, mas de qualquer modo naturalmente constituídos na atividade social. Somente o aparecimento histórico do jornalismo implica uma modalidade de conhecimento social que, a partir de um movimento lógico oposto ao que anima a ciência, constrói-se deliberada e conscientemente na direção do singular. (GENRO FILHO, 1987, p.92).

A particularidade vai se utilizar de conceitos simbólicos, socialmente criados, a partir de premissas universais mesmo que implícitas. E quanto ao jornalismo ser uma modalidade de conhecimento social a partir de um movimento oposto que anima a ciência, é a prática jornalística voltada a sua atenção para o singular, onde se preocupa em explicar as características dos acontecimentos. Genro Filho (1987) afirma que para o jornalismo, o singular não é uma escolha arbitrária, mas um ponto em que é ao mesmo tempo a superação do particular e do universal, ou seja, na produção jornalística o foco principal sempre é o fato em si.

O fato da singularidade alcançar a particularidade, mas sem ser superada por esta, é semelhante ao processo ocorrido na arte, porém é preciso deixar claro que enquanto a arte se cristaliza no particular o jornalismo o faz no singular. Assim, diz-se que a característica do particular se define também mais para a arte (literatura, pintura, cinema, escultura, etc.), por esta retratar mais o lado subjetivo e abstrato do interior da cultura ou do indivíduo. Ao passo que a relação existente entre o jornalismo e arte vem a ser mais precisamente no campo da literatura.

Dessa forma, para Adelmo (1987) esse recurso da literatura no jornalismo é uma ferramenta de dramatização, a qual tem maior capacidade para trazer a tona a particularidade e também a universalidade. Como já citamos acima, as reportagens e as grandes reportagens são as que melhor desenvolvem estas categorias. Em um livrereportagem, por exemplo, evidenciamos isso de forma clara, pois é onde percebemos o autor mais inserido no processo de forma subjetiva, como suas visões, posicionamentos, reflexões sobre determinados assuntos, seu lado sensitivo, etc.

[...] o essencial na reportagem [...] é que a particularidade (enquanto categoria epistemológica) assume uma relativa autonomia ao invés de ser apenas um contexto de significação do singular. Ela própria busca sua significação na totalidade da matéria jornalística, concorrendo com a singularidade do fenômeno que aborda e dos fatos que o configuram. Essa significação autônoma pode ser estética [...] teórico-científica [...] ou informativa [...] (GENRO FILHO, 1987, p.115).

É perceptível que Genro Filho afirma ser a particularidade o cerne da reportagem, estando este enquanto forma de conhecimento e que neste contexto consegue ter sua própria independência em relação ao singular. Além disso, na reportagem há também a possibilidade da escolha ser arbitrária, ou seja, o autor tem a liberdade de escolher os personagens, o enquadramento no qual deseja narrar, a condução sobre a narração e com o auxílio da literatura consegue ir mais além, fazendo que haja a possibilidade de o leitor sentir cada sensação e com isso também se ver como parte da história.

Isto é, na reportagem ou no livrereportagem existe a presença constante do recurso da literatura, instrumento este proveniente do chamado “novo jornalismo”. Sobre este, Genro Filho (1987, p. 116) explica que o mesmo possui a intenção de oferecer “algo que os leitores encontravam apenas na literatura: uma vivência subjetiva e emocional junto aos personagens”.

Como dito anteriormente, o recurso da literatura no jornalismo além de revelar a particularidade também é capaz de explicitar a universalidade, sendo que segundo Genro Filho (1987) esta não vai estar no formato textual concretizado, porém irá emergir a partir da própria singularidade e particularidade enquanto informação para além do que está posto, é uma forma de “ler nas entrelinhas”.

Em outras palavras, a universalidade tem seu sentido mais na objetividade, onde preza pelo distanciamento da participação do ser humano e lhe é relevante os conceitos mais gerais possíveis. Por isso, ela ser mais considerada para o âmbito da ciência.

Por mais específico que seja o objeto e por mais especializado que seja o saber, o conhecimento científico aspira sempre ao universal. Ele se projeta nessa aspiração e recebe sempre sua formulação adequada com base na busca da determinação de uma pluralidade ilimitada (GENRO FILHO, 1987, p. 92).

Na pluralidade ilimitada, assim se delinea a universalidade, ou seja, nas diversas singularidades e particularidades. O pesquisador marxista vai além e também define a diferença, relação e as especificidades entre essas três categorias como sendo:

No universal, estão contidos e dissolvidos os diversos fenômenos singulares e os grupos de fenômenos particulares que o constituem. No singular, através da identidade real, estão presentes o particular e o universal dos quais ele é parte integrante e ativamente relacionada. O particular é o ponto intermediário entre os extremos, sendo também uma realidade dinâmica e efetiva (GENRO FILHO, 1987, p.94).

Novamente podemos perceber que essas três categorias se relacionam entre si, porém estando mais presentes nas reportagens e grandes reportagens e aparecendo bem mais limitadas no fazer jornalístico cotidiano, chegando este somente até a singularidade e particularidade, não deixando a abertura necessária para a universalidade, o que obstrui a leitura do indivíduo sobre a mídia e conseqüentemente do universo social no qual está inserido.

Em sua teoria marxista do jornalismo, o autor propõe estas categorias e com elas a possibilidade de um fazer jornalístico diferenciado, como forma social de conhecimento. Para consolidar sua ideia inicial, o autor se utiliza também dos estudos de Walter Benjamin e Hans Magnus Enzensberger, onde ambos defendem os meios de comunicação ter grande potencial para superar o modo de produção ao qual estão atrelados, o da lógica mercantil. Para exemplificar este pensamento, citemos o trecho:

Ele nota uma função dos meios que ultrapassa as necessidades estritas de reprodução do capital: “Os meios eletrônicos não devem seu irresistível poder a nenhum artifício ardiloso, mas à força elementar de profundas necessidades sociais, que se manifestam mesmo na atual forma depravada de tais meios” (ENZENSBERGER apud GENRO FILHO, 1987, p. 102).

Tomando como ponto de partida as palavras de Enzensberger, podemos ampliar seu pensamento e trazer a tona um contexto mais cotidiano, o qual envolva todos os outros meios de comunicação, e assim perceber que ele também toma partido da prática jornalística enquanto mediadora do meio social e questionadora da “ordem” para que

assim possa atender ao que ele chama de “profundas necessidades sociais”. Mais adiante, Adelmo traz a tona um complemento com seu seguinte pensamento sobre a prática jornalística:

O jornalismo moderno possui não só um potencial crítico e revolucionário na luta contra o imperialismo e o capitalismo, mas um “potencial desalienador” insubstituível para a construção de uma sociedade sem classes. Ele permite, pela natureza mesma do conhecimento que produz, uma imprescindível participação subjetiva no processo de significação do ser social (GENRO FILHO, 1987, p. 103).

Todavia, não podemos esquecer que na lógica mercantil o jornalismo surgiu como uma forma social de percepção e apropriação da realidade. Por isso, Adelmo reformula esse pensamento e considera ser a prática jornalística mais do que isso. Ou seja, afirma e prova ser o jornalismo um instrumento que tem a capacidade de retirar o indivíduo da alienação por meio do conhecimento que este tem potencial para difundir.

Além disso, o pensador enfatiza que apesar do jornalismo ter nascido atrelado ao bojo da lógica mercantil, se o sistema capitalista for extinto a prática jornalística não sofrerá e muito menos desaparecerá com essa “tragédia”. Ao contrário, tanto seria um bem a sua existência que isso traria a grande possibilidade de expor suas potencialidades para enfim realizar a construção humanizada de um novo sujeito histórico.

O que Adelmo Genro Filho nos traz é a reflexão de que essas três categorias (singular, particular e universal) são fundamentais na concretização da constituição do fazer jornalístico como forma de conhecimento, seja cotidiano ou não periódico. O que importa é que traga um conhecimento não só no âmbito fatídico do momento vivenciado, mas que esse possa trazer uma reflexão mais aprofundada tanto para o jornalista quanto para os respectivos envolvidos, leitores, espectadores, etc.

Ele pretende fazer com que o ser humano consiga visualizar para além do fato, mas que aquilo que está sendo narrado tem relação direta com diversos outros fatores mais amplos, seja no âmbito social, cultural, político, geográfico, etc., ou seja, é a forma dialética, onde tudo possui interação constante. Assim, a proposta de Genro Filho é que toda essa reflexão possa trazer ao sujeito histórico a emancipação, isto é, que ele não somente tenha contato com a informação por ter, mas que essa informação tenha em seu contexto a preocupação de acarretar alguma mudança na vivência desse indivíduo dentro do contexto social no qual está inserido.

Ao ser o jornalismo uma forma e prática social de conhecimento, com a reportagem ou livrereportagem não haveria de ser diferente. Genro Filho (1987) dispensa atenção com cautela para a reportagem, pois acredita esta ser mais do que uma “notícia grande” ou apenas realizada de forma “operacional”. Mas afirma que o que essencial ser visto e trabalhado na reportagem é seu aspecto da *particularidade*, onde é o momento e o espaço em que esta não só complementa o *singular*, mas alcança autonomia.

A reportagem não nega a preponderância da singularidade no jornalismo em geral, mas implica um gênero no qual se eleva do singular uma particularidade relativamente autônoma que coexiste com ele (GENRO FILHO, 1987, p. 199).

Reportagem essa que quando mais trabalhada e lapidada pode ser condensada no livrereportagem. Entendendo que a reportagem e o livrereportagem diferem totalmente do trabalho jornalístico periódico, pois vale ressaltar que para LIMA (2009) é durante o desenvolvimento das etapas de *pauta, captação, redação e edição* na elaboração de uma reportagem que se confirmam as limitações da imprensa regular, mas que dão melhor abertura para a construção do livro.

Dessa forma, sendo o livrereportagem um misto de jornalismo e literatura, trazendo em si o conhecimento e descrições de sentimentos e emoções, simultaneamente. O que mostra ser o livrereportagem também produto de uma forma e prática social de conhecimento, um espaço onde as três categorias de conhecimento (singular, particular e universal) se dinamizam entre si, se apresentam, embora implicitamente, mas que são passíveis de serem identificadas mais facilmente e com isso sugerem conhecer melhor o mundo.

Por isso a importância de visualizar os livrosreportagens à luz da teoria marxista do jornalismo, compreendendo ser a prática jornalística de fundamental importância para trazer a tona conteúdos com informações que de fato possam trazer conhecimento, nesse caso sobre o MST. Sendo este um espaço de aprendizagem coletiva para o público e também para absorverem subsídios concretos que possam gerar mudanças significativas na vida de cada sujeito que obter uma relação mais próxima com esses livros.

Portanto, sendo possível a partir desse estudo aferir se os livrosreportagens conseguem representar jornalisticamente (reflete e refrata) este movimento social da

forma mais próxima ao que o próprio se apresenta ou se são somente mais um canal de difusão da voz predominante do poder hegemônico (mídia, governo, sociedade).

É estudando as partes (livroreportagem, MST) que se torna possível entender a realidade social, o movimento da história, como essas categorias (hegemonia, ideologia, representação, jornalismo) se relacionam e contribuem para a construção da realidade por meio de nosso *corpus*, os livrosreportagens, onde essas categorias se revelam por meio das contradições inerentes ao meio social.

4. O QUE TRAZEM O *CORPUS*?

4.1 Pioneiros do MST

É um livroreportagem que relata a história de vida dos primeiros dirigentes nacionais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O autor revela que esta ideia surgiu a partir de ter lido todos os nomes envolvidos no início com o movimento no Jornal Sem Terra de uma edição datada de 1985. A partir dessa leitura no jornal surgiram diversas perguntas que impulsionaram o autor ir em busca dos pioneiros, tais como:

Onde estão e como vivem essas 20 pessoas? Quantas ainda atuam no movimento? São assentadas? Como e por que elas chegaram àquele congresso? Quais são as suas origens? Quais são as histórias de vida dos primeiros diretores nacionais do MST? (SCOLESE, 2008, p. 11).

Quanto a construção do livro, o autor o faz em forma de perfis dos personagens pioneiros. Os capítulos são respectivamente: Barraco dos piás; Tralhas; Campo e Cozinha; Cangaceiro; Rodovia do Amor; Alphavela; Anticoncepcional; Bilhete premiado; Quarta série; Frei Carmelo; Lavadeira do São Francisco; Tropeiros do sertão; Mão Lisa; e Quarentinha. O título de cada capítulo é como uma característica marcante da história de cada personagem.

Um exemplo nítido é o capítulo 10, Frei Carmelo, que conta a história de Francisco Dal Chiavon. Frei Carmelo foi um pseudônimo inventado por Francisco para poder se comunicar por código com a família e integrantes do movimento para conseguir realizar as articulações de ocupações nas regiões onde vivia sem que as autoridades contrárias e os fazendeiros percebessem a movimentação. Além disso, sempre inicia o capítulo com uma frase marcante do entrevistado.

Durante o desenvolvimento dos 14 capítulos o autor segue uma narrativa semelhante para todos os entrevistados, ou seja, busca responder os questionamentos

iniciais da pesquisa, mas também apresenta outros aspectos como o envolvimento dos personagens com a política.

No início dos capítulos sempre descreve cenários e situa o leitor com relação à distância geográfica de um personagem para o outro. Feito isso, relata um pouco da história de vida dos personagens, onde mostra que a maioria é proveniente de família de agricultores ou passou parte da vida desenvolvendo atividades relacionadas ao campo, seja trabalhando na agricultura de subsistência ou mesmo para outros proprietários de terras.

Além disso, apresenta a trajetória percorrida para chegarem ao MST. A maioria deles começou de fato na militância porque sempre estiveram ligados às atividades da Igreja Católica e por isso logo passavam a integrar a Comissão Pastoral da Terra (CPT), as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) ou a Pastoral da Juventude, ambos braços apoiados pela Igreja. Foi graças à atuação da Igreja, e principalmente da CPT em muitos estados, que as ocupações foram incentivadas pelos padres. O que serviu como fase de gestação e posteriormente viria ser um forte impulso para a fundação do MST em 1984.

Desde o envolvimento com as mobilizações incentivadas pela Igreja e posteriormente quando já estavam envolvidos com o MST, muitas foram as ações realizadas enquanto integrantes e dirigentes nacionais do movimento. Diversas ocupações foram de insucesso, mas muitas vezes, apesar da demora burocrática, obtiveram a conquista da terra. Muitos estiveram presentes em grandes e históricas ocupações como a da fazenda Annoni, no interior do Rio Grande do Sul, marcada pelo confronto com a polícia e o governo, onde quem esteve a frente foi o pioneiro Darci Maschio. Dentre outras que arrastaram centenas de lavradores, meeiros, agricultores e muitos outros que sempre lutaram para ter um pedaço de terra.

Apesar de estes pioneiros mostrarem muita luta e garra para conquistar os objetivos do MST, muitos também tiveram que enfrentar diversos obstáculos por estar envolvido com o movimento. O primeiro deles foram as perseguições e ameaças de morte, as quais emergiam de todos os lados, dos capangas dos grandes proprietários de terra, dos fazendeiros e principalmente das autoridades públicas que ameaçavam os pioneiros e também seus familiares.

Outra dificuldade que precisaram enfrentar foi a distância da família. Devido estar envolvidos com os compromissos do movimento, como reuniões em outros estados e auxílio com as ocupações em outras regiões, ficava difícil de conciliar a dedicação ao MST e a atenção para a esposa/esposo e os filhos. Depois de alguns anos

numa rotina cansativa e estressante de viagens e noites mal dormidas, muitos chegaram a renunciar o cargo, outros como é o caso de Jandir Basso, o Cangaceiro, pensava: “Largo a minha família, mas não tiro a minha camisa” (SCOLESE, 2008, p.95).

Os questionamentos acerca dos pioneiros a serem assentados e se continuam a militar no movimento também são expostos pelo autor. Ele mostra que dos 14 entrevistados somente cinco ainda atuam ativamente no movimento, outros auxiliam como podem, nem que seja com conselhos aos sem-terra, como é o caso de Santos Luiz Silva; e pelo menos nove são assentados, resultado das lutas incansáveis da conquista pela terra.

Outro assunto tratado durante a narrativa dos entrevistados é concernente ao envolvimento dos mesmos com a política partidária. Após anos de dedicação ao MST e a sindicatos de trabalhadores rurais, dos 14 pelo menos nove se envolveram diretamente com a política. A atuação no movimento influenciou diretamente na formação e ampliação de suas visões entorno de se fazer política cotidiana, mas com o tempo resolveram seguir o caminho político também como crescimento profissional.

E assim, alguns deles participaram da fundação de partidos nas regiões onde moravam e até se candidataram, a maioria como vereador. O Partido dos Trabalhadores (PT) era o que predominava entre os pioneiros. Com o passar do tempo e chegando ao poder, atual governo do Brasil, apesar de procurar manter uma boa relação com os movimentos camponeses, esse diálogo entre os oito anos do governo Lula e os movimentos de caráter socioterritorial não foi tão significativo quanto o investimento de seu governo para com o agronegócio (SANTOS, 2011), o que o distanciou drasticamente de atender os objetivos e necessidades da reforma agrária movimento.

O autor também mantinha a intenção de fazer um registro sobre esses pioneiros, que até então eram desconhecidos para o próprio movimento. Além disso, apresentar de forma mais aprofundada sobre este movimento que se tornou assunto de polêmica e de críticas pela sociedade e pela mídia.

Pouco se sabe sobre essas pessoas que usam bonés e camisetas vermelhas e empunham foices e enxadas diante dos holofotes da imprensa. Homens e mulheres retratados pelo noticiário de maneira simplista e generalizada, em meio às barulhentas invasões de terra pelo país [...] (SCOLESE, 2008, Orelha do livro).

Portanto, esses são os principais assuntos abordados referente aos 14 personagens pioneiros do MST. O autor buscou mostrar a intimidade na relação entre os

pioneiros e o MST e com isso descrever “casos de tensão, drama, migração, assassinatos e disputas pela terra” (SCOLESE, 2008, Orelha do livro).

4.2 Rompendo a Cerca

Na primeira parte, tratam sobre a trajetória e expansão do MST, ou seja, desde sua origem até a consolidação como movimento nacional. Nesta etapa, assim como nas demais, as autoras descrevem com intensidade sobre a relação do contexto político do Brasil - desde a época das concentrações de terra do império português - com as mobilizações do MST – muito antes de se tornar consolidado nacionalmente - e mostram o quanto o movimento, em pouco tempo e apesar das adversidades da conjuntura política, passou a ser um dos maiores movimentos sociais da história.

Explanam também sobre as origens históricas do MST. Nesse momento narram de forma minuciosa a trajetória das primeiras mobilizações de sem-terra em alguns pontos do país e a partir disso fazem surgir as ocupações históricas e modelos de incentivo para os posteriores integrantes do movimento, como a ocupação da Encruzilhada Natalino.

Além disso, tratam sobre a consolidação do MST em meio ao contexto político da época, o qual era de Ditadura Militar, que teve início em 1964; os protestos da sociedade civil, onde povo pedia as Diretas Já!; os muitos golpes e armadilhas na política para desestruturar o movimento; o MST dentro do contexto da Nova República; a dificuldade de ocupação de fazendas desapropriadas pelo governo, mas que ainda assim o MST encontrava obstáculos para ocupar as terras; e também a derrota da reforma agrária no Congresso, mas que não impediu o crescimento do MST.

Dedica também espaço para a trajetória do avanço do MST para outros estados do Brasil, o qual passa a avançar do sul do país para as demais regiões na segunda metade da década de 80, inclusive para o norte, mas que encontra como obstáculo a não tradição de resistência dos trabalhadores rurais.

Na segunda parte, expõem a respeito da forma estratégica do movimento para conquistar a terra e o que já realizou quanto à agricultura e educação após a conquista da terra. Quanto a forma estratégica do movimento a fim de conquistar a terra, as autoras mostram que a ocupação é a metodologia fundamental e suficiente no MST. Nesse sentido, é esclarecido o significado de realizar ocupação para o movimento e seus integrantes:

Para o MST, o ato de ocupar a terra – que eles chamam de “cortar o arame” – é a pedra de toque do movimento. É o batismo de fogo para o militante, uma parte essencial da sua identidade. Desempenha papel-chave na mística, o momento do teatro coletivo e da formação do mito que marca o início de todos os eventos do MST (BRANFORD; ROCHA, 2004, p. 99).

Outro aspecto tratado é sobre os assentamentos, o qual é narrado de forma histórica o processo de como ocorre um assentamento do MST, pois “uma vez conquistado o título da terra, uma comunidade permanente estabelecida: o acampamento transforma-se em assentamento” (BRANFORD; ROCHA, 2004, p.130).

Porém, a luta por conseguir a terra é colocada de maneira insuficiente, pois o movimento busca ir além da conquista da terra,

[...] o objetivo do MST não é somente conquistar a terra para os sem-terra, mas também criar comunidades onde os trabalhadores rurais, antes excluídos, possam tornar-se cidadãos. E, em vez de marginalizados, tenham acesso a boa educação, saúde e lazer (BRANFORD; ROCHA, 2004, p. 97).

Neste sentido, o acesso à educação também se tornou uma bandeira de luta para o MST. “Onde quer que haja uma ocupação, acampamento ou assentamento do MST, há uma escola. [...] A luta pela terra se tornou, também, uma luta por educação, por escolas, pelo direito de saber” (BRANFORD; ROCHA, 2004, p.157).

Ou seja, o processo que os assentados passam para conseguir efetivar uma educação de qualidade dentro dos assentamentos é na maioria das vezes de grandes obstáculos, pois tem a intenção de montar uma forma pedagógica de ensino alternativa ao da educação tradicional.

Além disso, o movimento enfrenta também a dificuldade da ausência de auxílio por parte do governo, pois os professores que são enviados carregam consigo o estereótipo do preconceito para com o movimento. Por isso, o MST também carrega um objetivo quanto à educação: “estabelecer um sistema educacional capaz de produzir ‘novos seres humanos’” (BRANFORD; ROCHA, 2004, p. 161).

Na terceira etapa, são expostos os maiores obstáculos enfrentados pelo movimento, os quais vão desde a violenta repressão até a globalização da agricultura brasileira, a qual esta última reprime a agricultura sustentável, cultura largamente utilizada pelo movimento.

Inicialmente são dedicados dois capítulos para tratar dos conflitos ocorridos entre o MST e os fazendeiros dos Estados do Pará e Paraná, devido questões fundiárias em todo o país. O movimento chegou ao estado do Pará em 1989, “quando a região passava por um processo caótico de transformação. Desde 1920, a elite local vinha

fazendo imensas fortunas com a exportação de castanha-do-pará” (BRANFORD; ROCHA, 2004, p. 182).

A realidade da questão da terra no Pará sempre passou por entraves, como o caso de grandes empresas capitalistas e fazendeiros obtendo largos hectares de terras e colocando os trabalhadores rurais em situação de escravidão. Além disso, nove anos antes de o movimento chegar, em 1980, foi encontrado o garimpo de Serra Pelada, o qual foi descoberto quando a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), na época maior empresa estatal de mineração do país, iniciou um grande projeto de exploração de minério de ferro na serra de Carajás. Isso trouxe muitos problemas econômicos e principalmente sociais para a população local.

Foi neste contexto de conflitos que o MST adentrou no cenário de conflitos desse Estado. E logo em 1990 o movimento pensou numa estratégia para ocupar o sul do Pará e enfrentar o poder local, como a poderosa CVRD, os latifundiários e as autoridades públicas.

Mesmo assim o MST partiu em disparada e em 5 de março de 1996 começou a ocupar terras locais, mas pelas autoridades não negociarem, decidiram marchar para ir em busca de seus direitos. Com mais de um mês em marcha, passados alguns quilômetros de Eldorado de Carajás bloquearam a estrada e montaram acampamento.

Um dia depois, 17 de abril, às 16 horas os policiais militares cercaram os sem-terra. O confronto estava marcado. Segundo dados oficiais 19 militantes foram mortos neste conflito, mas um dos líderes do MST que estava presente afirma: “Tenho certeza: mais de 19 pessoas foram mortas, disse Garoto” (BRANFORD; ROCHA, 2004, p. 191). Além disso, até o lançamento do livroreportagem, nenhum dos policiais militares havia sido condenado.

Sobre a repressão no Paraná, as autoras mostram que devido o Estado ser mais organizado por isso havia maiores repressões e com isso mostra também o obstáculo de o MST se firmar nessas terras.

O que ocorreu no Paraná, um estado mais organizado, era diferente e, de certa forma, mais sinistro: a violação dos direitos humanos fazia parte de uma estratégia premeditada. [...] Isso ocorreu porque, numa consequência paradoxal da complexa interação de forças no sistema político brasileiro, o retorno ao governo civil, democrático, reforçou o poder das oligarquias, retrógradas e antidemocráticas, dentro do Estado (BRANFORD; ROCHA, 2004, p. 206).

Por este motivo, também teve um grande número de pessoas que foram expulsas das terras ocupadas. O principal fator apontado que influenciou os agricultores a serem

despejados das terras foi a construção da hidrelétrica de Itaipu, represa hidrelétrica que está entre as maiores do mundo.

Mesmo havendo forte repressão no Paraná é possível afirmar que também houve muitas conquistas do MST no Estado. “Até o final dos anos 1990, cerca de 15 mil famílias conquistaram terras no Paraná. Viviam em 233 assentamentos, que totalizavam quase 30 mil hectares” (BRANFORD; ROCHA, 2004, p. 208). Ou seja, apesar dos confrontos fortemente marcados no Estado, é perceptível que o movimento conseguiu alcançar mais seus objetivos, conflito nada comparável ao massacre de Eldorado de Carajás, no Pará.

Nos demais capítulos são apresentados outros obstáculos enfrentados pelo MST, como as mudanças no setor agrícola do Brasil, a qual se integrava ao cenário da agroindústria e com isso acelerou o conseqüente êxodo rural. Neste contexto surge a revolução verde, o que prejudicou ainda mais os pequenos agricultores, devido o modo de cultivo e investimento demandado pela revolução que passara a afetar diretamente lavradores sem perspectiva de vida.

Além disso, o governo também criou o Banco da Terra, a fim de financiar a compra das terras para os sem-terra, mas para isso era necessário que as famílias assinassem um contrato antes mesmo de tomar posse da terra financiada. O objetivo real era criar a classe dos “pequenos empreendedores rurais”. Plano que atraía muitos sem-terra e ao mesmo tempo preocupava o MST, pois a metodologia do movimento sempre foi a ocupação e não a compra forçada de terras.

Outro obstáculo foi a contraofensiva do governo do FHC, quando este tenta enfraquecer o movimento, criando plano para destruir e até incriminá-los. Também são acusados de defender ideias socialistas ultrapassadas e a mídia nacional passa a adotar uma atitude agressiva para com o movimento, o que prejudicou sua imagem ainda mais perante a população de todo o país.

Na quarta etapa, as autoras descrevem como o MST responde aos desafios enfrentados, a partir do desenvolvimento de uma alternativa econômica, a qual tem como base a agricultura orgânica e a tentativa de difundir um novo modelo cultural para defender os próprios valores do movimento.

Quanto ao desenvolvimento de uma alternativa econômica é apresentada no capítulo “A opção verde”, no qual é o método de uma agricultura orgânica criado pelo movimento para fugir da rota das sementes híbridas, para conseguir suprir a alimentação nos acampamentos, mas principalmente para contestar o investimento do agronegócio.

A partir desse pensamento foram criadas várias cooperativas e também contam com a conquista da Bionatur, empresa produtora de sementes orgânicas do MST.

Outra problemática é quanto a busca de manter a mobilização ativa, mas para isso precisam repensar a ideologia revolucionária que tem o movimento, onde esta precisa se manter forte e ser eficaz para atrair e quebrar paradigmas da visão conservadora de muitos camponeses e também para não deixar essa nova geração sem-terra ser aliciada e se tornar alienada pelos novos valores impostos pela sociedade do consumismo.

Por fim, são destacados outros movimentos históricos que se apresentam de forma similar ao movimento e também este dentro de um contexto histórico. São apresentados movimentos que ocorreram nos Estados Unidos, Inglaterra e alguns outros países da América Latina, os quais as autoras traçam algumas comparações dos respectivos perfis com o MST.

5. A REPRESENTAÇÃO JORNALÍSTICA DO MST NOS LIVROSREPORTAGENS “ROMPENDO A CERCA” E “PIONEIROS DO MST”

A partir da reflexão e compreensão acerca dos conceitos explanados, a saber: ideologia, hegemonia e teoria marxista do jornalismo, é pertinente ressaltar que estes serão empregados nas análises a seguir a fim de investigar como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) se encontra representado jornalisticamente nos dois livrosreportagens selecionados.

Neste sentido, é necessário esclarecer que não pretendemos realizar uma espécie de comparação referente às narrativas construídas sobre o movimento, mas fazer a análise de cada um levando em consideração e respeitando a proposta de abordagem de cada livroreportagem. Porém, ressaltando aspectos que aproximam ou distanciam um do outro no que tange a construção da representação jornalística do MST.

O MST é um movimento social que tem uma trajetória marcada por muitas lutas e uma delas é com a própria mídia. Mesmo assim, este movimento tem conseguido se manter na pauta dos meios de comunicação durante estes últimos 30 anos, apesar de a mídia de massa tradicional e conservadora deturpar a face do que esta organização pretende e estereotipar seus integrantes como “invasores de terras”.

Isto é, essa mídia o enquadra de forma negativa na pauta da opinião do público, fazendo com que o movimento seja representado e interpretado sob um olhar criminalizador, assim como diz Arbex Jr. (2003), conforme ressaltado no primeiro

capítulo³. Também sobre enquadramento das coberturas dos movimentos sociais, Murilo Soares (2009) aponta:

Já os movimentos sociais e protestos populares têm uma cobertura menor e de cunho negativo, sendo apresentados como tumulto e desordem, enquanto decisões institucionais, mesmo prejudiciais, mas argumentadas, são tidas como legais, institucionais e, portanto, aceitáveis (p. 58).

Essa disputa travada entre o movimento MST, assim como muitos outros, contra a mídia perversa e vice-versa, mostra o quanto a ideologia e hegemonia se fazem presente na comunicação. Isso porque, vale lembrar, os meios de comunicação atuam como os aparelhos privados de hegemonia (APH), ou seja, possuem uma lógica que vai além do tripé: comunicar, informar e entreter. Com isso, esses aparelhos fazem parte da estratégia de manutenção do *status quo*, propriedade privada (capitalismo), fazendo com que o antagonismo entre as classes sociais, proletariado (MST) e a classe burguesa, permaneça latente e tão implícita quanto a lama fétida que se esconde sob o Mar Morto.

As ações pela qual a hegemonia atua, como pela difusão de regras ideológicas apropriadas para manter o sistema capitalista; a confirmação da estrutura dominante por meio de sua naturalização; a função conservadora que passa de geração em geração nas relações de produção e sociais; a construção da percepção da realidade pela sociedade, através das informações veiculadas (RUMMERT, 1986), são vistas constantemente nas grandes mídias, tratando sobre os mais diversos assuntos que traga qualquer tipo de risco a perda do poder da burguesia.

Por outro lado, avaliando o discurso dos livrosreportagens, é notória a preocupação dos autores de manter o MST na pauta da prática jornalística, porém de forma diferenciada. Quanto ao enquadramento ou a construção do sentido que é arquitetado durante ambas narrativas, são distintas e se diferem de como é realizada pelas mídias de massa tradicionais, como os telejornais e revistas/jornais impressos nacionais.

É possível fazer esta afirmativa devido alguns fatores notados durante a leitura dos livrosreportagens, tais como: tempo dedicado para a apuração jornalística, a experiência de vivenciar o movimento, composição da narrativa, divisão temática como

³ Ver tópico 1.3 – MST: para além da luta pela terra

dinamizam o texto e também pelo tratamento dispensado ao movimento seja por meio de expor sua trajetória de luta ou mesmo dando voz aos integrantes deste movimento.

Vale ressaltar aqui que o tempo dispensado pelo jornalista Eduardo Scolese, autor de *Pioneiros do MST*, foram três anos de busca para localizar os pioneiros do movimento. Para o processo de apuração de ida a campo foram somente agosto e setembro de 2007. “Foram 45 dias de viagem e 11 mil quilômetros percorridos, cruzando 11 estados e ainda o Distrito Federal” (SCOLESE, 2008, p.13).

Enquanto que as jornalistas autoras de *Rompendo a Cerca* dedicaram 18 meses para todo o processo viajando pelo Brasil “de avião, ônibus, canoa e carroça, para ouvir as histórias de dezenas de sem-terra, os homens e mulheres que lançaram o MST [...]” (BRANFORD; ROCHA, 2004, p.17).

Com isso, os autores mostram que o trabalho de um livreiroreportagem vai muito além do que uma notícia ampliada. Trata-se de um trabalho que passa pela pauta, captação, escrita e edição (LIMA, 2006), com um espaço de tempo muito mais prolongado e com tratamento diferenciado das demais produções jornalísticas do cotidiano. Fator tempo que conseqüentemente também influenciou no quesito envolvimento dos autores para com o movimento, sua compreensão acerca do mesmo e na construção da própria narrativa.

Além do tempo percorrido em busca dessa trajetória do MST, as jornalistas também vivenciaram de perto e de dentro a prática do movimento, sentindo na pele os obstáculos no cotidiano dos sem-terra na luta pela terra. “Certa noite, nós e 40 sem-terra dormíamos nas barracas de lona preta de um acampamento quando chegaram 30 pistoleiros para expulsar-nos dali” (BRANFORD; ROCHA, 2004, p.17).

Já o jornalista Eduardo Scolese como tinha a proposta de resgatar a história dos primeiros dirigentes do MST e mostrar os mesmos como se encontravam na situação atual, não teve tempo suficiente para se envolver com o movimento de modo como, por exemplo, a vivenciar o cotidiano de um assentamento. Talvez por isso, durante a construção da narrativa, o autor descreve suas sensações sobre o que viu nos cenários por onde passou e ao entrevistar os pioneiros, porém dá mais ênfase em narrar como sujeito observador às histórias contadas pelos entrevistados.

Assim, quanto ao quesito de envolvimento, as autoras se preocuparam mais em realizar uma apuração aprofundada e também em vivenciar um pouco do dia-a-dia da realidade e das dificuldades enfrentadas por estes sem-terra. Configurando assim um

trabalho jornalístico que humaniza seu sujeito e não espetaculariza ou mesmo cria estereótipos preconceituosos sobre o que se trata o MST.

Não estamos afirmando que Scolese tenha feito esse tipo de tratamento para com o movimento, porém mesmo com uma proposta diferente da que as autoras apresentam, o jornalista poderia ter se envolvido mais durante o processo ao ponto de quem sabe vivenciar a realidade junto a alguns pioneiros assentados.

Esse caso nos remete ao que Genro Filho (1987) nos alerta sobre sujeito e objeto, onde o jornalista (sujeito) procura manter distância com o fato (objeto). Isto é, mesmo havendo implicitamente uma relação dialética entre o “sujeito” e o “objeto”, o jornalista enquanto sujeito, ao não perceber esse processo no momento de reportar, torna a narrativa jornalística uma descrição reificada, onde visa somente o mercadológico e não a humanização. E ao não perceber isso, ocorre conseqüentemente a alienação, o que ocasiona indiretamente a aceitação da ideologia e uma percepção parcial da realidade. Fato este que encontramos durante a construção da narrativa de *Pioneiros do MST*, onde é perceptível o distanciamento entre jornalista (sujeito) e entrevistados (objeto).

Outro fator que podemos apontar é quanto à divisão temática que os livrosreportagens apresentam. *Pioneiros do MST* apresenta uma proposta de resgatar a trajetória dos primeiros dirigentes do movimento e para isso constrói uma espécie de mosaico de perfis desses personagens; já o *Rompendo a Cerca* encontra-se dividido em quatro partes: 1) a trajetória e expansão do MST; 2) estratégia do movimento para a conquista da terra e o que realizou com relação a agricultura e educação depois de conquistar a terra; 3) o MST e os obstáculos enfrentados; e 4) a resposta do movimento aos desafios enfrentados.

Nesse momento é possível perceber o enquadramento delimitado pelos autores, no qual buscam dar um enfoque nitidamente diferenciado do que é mostrado pela mídia tradicionalmente massiva, mesmo que de formas distintas. Com isso, sendo possível refletir enquadramento ser a construção de sentido que é dado aos fatos cotidianos ou atemporais, por meio de ferramentas como a *seleção*, *ênfase* ou *exclusão* de determinados assuntos (SOARES, 2009).

Neste caso trata-se do que estes meios de comunicação, embora também de massa⁴, julgam ser mais relevantes ou de interesse público, que é mostrar o MST por outra vertente, talvez uma perspectiva que muitos desconhecem. E até mesmo mostrá-lo de perto e de dentro, buscando trazer à tona a face de um movimento que busca as mudanças da realidade social.

Neste sentido, referente ao *Pioneiros do MST* sobre a *seleção* (enquadramento) é perceptível quanto a escolha dos personagens selecionados para serem entrevistados, ou seja, escolheu remontar, “localizar e contar a história de vida dos primeiros dirigentes nacionais do movimento” (Orelha do livro).

Referente ao quesito *seleção* (enquadramento) do desenvolvimento do *Rompendo a Cerca*, durante as quatro etapas é possível verificar que as autoras vão além e conseguem relatar de forma minuciosa sobre as mais diversas ações do MST perante tantos obstáculos impostos.

Ressaltam que estes obstáculos vão desde a sociedade que ainda criminaliza o movimento até a problemática de ter que se reinventar várias vezes diante de gerações que vem surgindo dentro deste ambiente, mas que ao mesmo tempo vem perdendo o valor que tem essa mobilização em busca por mudanças no contexto social, seja na conquista da terra, na luta por uma reforma agrária ou mesmo pela educação.

Nesse contexto de enquadramento um fator influente deve ser levado em consideração, pois segundo Genro Filho (1987) são os pressupostos ideológicos que orientam a produção da notícia ou ainda o que Soares (2009) intitula serem os vieses implícitos da produção.

Isto é, cada autor está inserido num contexto ideológico diferente: suas respectivas procedências profissionais e as próprias editoras de cada livroreportagem. *Pioneiros do MST* tem como autor o jornalista Eduardo Scolese da Folha de São Paulo e foi lançado pela Editora Record, a qual faz parte de um dos maiores grupos que detém o poder sobre as telecomunicações do país⁵ e o jornal Folha de São Paulo é uma empresa que faz parte de um grupo hegemônico da mídia.

Já o *Rompendo a Cerca* tem como autoras duas jornalistas estrangeiras que residiram por vários anos no Brasil e fizeram diversas coberturas sobre casos envolvendo o MST, a reforma agrária, dentre outros assuntos polêmicos; além disso, o

⁴ Trabalhamos os livrosreportagens como veículos de massa por considerar suas potencialidades, como sua maior periodicidade, que o difere dos outros veículos com periodicidade regular, como revistas e jornais impressos, que ao contrário do livro possuem um tempo de vida útil limitado.

⁵ Ver capítulo 2 – Ideologia

livro foi lançado pela Editora Casa Amarela, que não faz parte de nenhum grupo que detém o poder sobre as telecomunicações brasileiras, e se apresenta com visões de mundo contra-hegemônica.

Fator este relevante, pois a carga ideológica sem dúvida influencia no momento da escolha do enquadramento, mesmo que de forma implícita e indireta. Logo, podemos perceber a diferença do interesse de ambos sobre o movimento nos seguintes trechos de dos livros. Rompendo a Cerca e Pioneiros do MST, respectivamente:

Nosso interesse pelo MST vem de longa data [...] cobrimos muitos assuntos relacionados à questão da terra – conflitos, invasões, violência, a construção de hidrelétricas e estradas, o avanço da fronteira agrícola (BRANFORD; ROCHA, 2004, p. 19).

[...] seja em casa, no trabalho ou entre os amigos, tornou-se comum os brasileiros serem provocados a responder se apoiam ou se condenam as invasões de terra. Independente da resposta, o tema é recorrente (SCOLESE, 2008, p. 14).

Como é possível perceber, o modo como cada autor se refere ao MST ocorre de forma diferenciada. Enquanto as jornalistas o veem e o aponta dentro de um contexto sócio-político delicado, utilizando expressões que marcam a trajetória do movimento isso não ocorre com o jornalista da Folha.

Mesmo as autoras utilizando o termo “invasões” na fala acima, as mesmas diferenciam “invasão” de “ocupação” na totalidade do livroreportagem. Por outro lado, assim como o autor de *Pioneiros do MST* utiliza a expressão “invasões de terra” na citação acima, o mesmo ocorre durante toda a construção de sua narrativa do livroreportagem, como na orelha do livro que está escrito: “homens e mulheres retratados de maneira simplista e generalizada, em meio às barulhentas invasões de terra pelo país, aparecem neste livro de forma diferente” (SCOLESE, 2008).

Ou seja, como o autor pode afirmar que os integrantes do MST aparecem de forma diferenciada em seu livro, se acaba cometendo o mesmo erro que as demais mídias de massa, que é estereotipar os sem-terra como “invasores”? Neste sentido, temos a resposta no contexto da hegemonia, pela qual influencia diretamente também em como o dado assunto encontra-se representado. Isto é, que opera na estrutura econômica e política, no modo de pensar, nas tomadas de decisões e, principalmente, no modo de conhecer da sociedade (GRUPPI, 1978).

Ao entender hegemonia, podemos perceber claramente que o modo como o MST aparece no livroreportagem *Pioneiros do MST* é em diversas vezes como a

hegemonia o constrói. Ou seja, a forma como está representado devido alguns termos e é dado a conhecer para o leitor está implicitamente regido pelas orientações ideológicas que o autor carrega em sua bagagem de visão de mundo.

Aqui também cabe outra problemática quanto a utilização do autor com relação ao termo “invasão” e “ocupação”, pois por diversas vezes durante a construção da narrativa Scolese menciona os dois termos como se fossem equivalentes. De fato se parecem quando pesquisados nos dicionários comuns, mas em se tratando de forma jurídica, são termos equidistantes.

Quando os termos são pesquisados no Dicionário Aurélio é possível encontrar os seguintes significados para ambos: Invadir; conquistar; entrar à força ou hostilmente em; ocupar à força. É possível perceber que o próprio Dicionário não apresenta diferença entre estes termos, tornando assim confuso o entendimento sobre eles. Mas, é importante deixar claro a distinção entre os dois termos, principalmente no que diz respeito à atuação do MST.

Alguns juristas como Fábio Konder Comparato, Luiz Edson Facchin e Régis de Oliveira, explicam que existem fortes diferenças entre ocupar e invadir. Ocupar quer dizer preencher um espaço vazio – sendo neste caso, terras que não estão cumprindo sua função social. E invadir quer dizer ato de força para tomar algo ou alguma coisa de alguém em proveito particular (MORISSAWA, 2001).

Neste sentido, é perceptível o equívoco também por parte da imprensa, pois muitas vezes utiliza o termo “invasão” ao invés de “ocupação” para se referir as ações do MST quando entram e montam o acampamento no interior de uma fazenda. “É preciso que fique claro que a área ocupada pelos sem-terra é sempre, por princípio, terra grilada, latifúndio por exploração, fazenda improdutiva ou área devoluta” (MORISSAWA, 2001, p. 132).

Isto é, a ocupação é o principal instrumento utilizado pelo movimento como forma de resistência, luta e, principalmente, de reivindicação pela busca de ter o acesso a terra. Ao realizar uma ocupação, conseqüentemente, os sem-terra passam a almejar a possibilidade de negociar com o governo e posteriormente conquistar e converter esta terra em bem de uma coletividade. Diferente do que propõe o termo invasão, segundo os conceitos demonstrados anteriormente.

Com isso, percebemos uma fragilidade e um equívoco por parte do autor Scolese. Dantas (2008, p.95) nos ajuda a compreender melhor esse processo e afirma:

A ideologia só cumpre sua função social, política e cultural na produção da hegemonia na medida em que for capaz de se afirmar como espaço em que a correspondência entre o real e o racional é, permanentemente, construída, racionalizada e justificada.

Em outras palavras, pelo modo como o jornalista constrói a narrativa: o emprego inadequado dos termos “invasão” e “ocupação” e alguns questionamentos não aprofundados sobre as ações do governo, nos mostra que sua ação não é proposital. É mais utilizado como uma forma da referenciação jornalística, onde se faz presente o recurso do revezamento entre vários termos para se remeter a algo dito anteriormente sobre determinado assunto. É necessário somente quatro curtos parágrafos para perceber isso no livro *Pioneiros do MST*:

A ordem, a partir daquele momento, era convencer os colonos da região a encarar uma **ocupação** de terra, deixando sempre claro a todos os riscos de uma ação nesses moldes.

Em outros estados, recentes **invasões** haviam terminado em violentos despejos policiais. De porta em porta, de reunião em reunião, Geraldo citava o caso da Encruzilhada Natalino como uma forma de estimular as famílias de colonos.

Em agosto de 1984, Geraldo estava convencido de que as conversas com os sem-terra haviam surtido efeito. Afirmava aos demais líderes locais que pelos menos 100 famílias haviam se comprometido a participar de uma primeira **ocupação** de terra.

Animados, agendaram para o dia 28 a **invasão** de uma área improdutiva do governo do estado, no município de Santo Augusto, a cerca de 120 quilômetros de Três Passos (p.49, grifos nossos).

Como podemos perceber, o autor repete por duas vezes o termo “ocupação” e outras duas o termo “invasão”, sendo que de forma alternada. É desse modo que ele segue sua construção do texto, por isso inferimos que se trata mais de uma questão de referenciação jornalística do que de modo intencional. Tanto o é, que existem outras passagens que comprovam o uso desses termos de forma indevida, como na frase: “No dia 11 a polícia **invade** a fazenda” (SCOLESE, 2008, p. 39, grifo nosso).

Com isso, o autor apresenta também não conhecer o movimento em sua essência, mas na aparência, e sem perceber essa lacuna é preenchida pela sua aceitação da ideologia hegemônica, a qual é transferida em seu discurso mesmo que de forma camuflada, como quando utiliza esporadicamente o termo “invasão”. É a ideologia exercendo a função de firmar uma visão de como tudo fosse uma unidade bem relacionada, daí a hegemonia consolidada.

Aqui também cabe um paralelo ao pensamento do qual Konder (2002) afirma que para Marx com a captura da subjetividade os seres humanos ficam bloqueados para

compreender suas próprias ações e que com isso não sabem ao certo o que fazem, porém fazem. Isso é, Scolese pode estar reproduzindo um discurso já consolidado pela hegemonia, sobre o MST, sem ter certamente a consciência plena acerca disso. Como exemplo, Scolese afirma traçar os perfis por uma perspectiva diferenciada: “homens e mulheres retratados de maneira simplista e generalizada, em meio às barulhentas invasões de terra pelo país, aparecem neste livro de forma diferente” (SCOLESE, 2008, orelha do livro). Em uma mesma frase, o autor se mostra crente de estar fazendo um trabalho diferente, porém usando termos pejorativos e situações análogas a grande mídia. É a ideologia exercendo a função de deixar o indivíduo “livre” para escolher e desenvolver seu discurso, mas que na realidade não é dele, é mais uma forma de reprodução da ideologia pelo dominado, mas que culmina como ideologia dominante, o que confirma seu caráter orgânico.

Por isso a importância do indivíduo compreender-se imerso no que Lukács intitula ser o *cotidiano*, a fim de ser possível ter a noção da totalidade e como Gramsci complementa ser um indivíduo com espírito crítico, mesmo inserido nesse contexto de alienação (KONDER, 2002). Na contramão é como bem destaca Dantas (2008), o que a ideologia disputa é justamente a sua naturalização e autenticidade nas práticas e relações sociais e isso configura uma determinação histórica no modo da produção e reprodução dessas relações.

Outra questão que deve ser levada em consideração é o fator *ênfase* (enquadramento), enquanto construtor da representação jornalística do MST nesses livros-reportagens. Vale lembrar que este fator também está imbricado por fatores determinantes, como o contexto da hegemonia e ideologia, que orientam a produção da notícia.

Em *Rompendo a Cerca* o fator *ênfase* é dado para salientar o quanto o MST está envolvido com o cenário histórico político do Brasil e sua luta constante por mudanças reais no contexto social e para efetivação do que é chamado de democratização. Relacionado a trajetória política do país, no livro fica explícito o quanto esta sempre influenciou diretamente a caminhada de luta pela terra e por outros direitos do movimento, sendo muitas vezes prejudicado devido as várias investidas de cunho criminalizador do poder político de vários estados, mas também pelo próprio governo do país.

Neste sentido é apresentada a trajetória de luta do MST, pois as autoras mostram-no inserido nos vários momentos marcantes da política no Brasil e que

tiveram, à sua maneira, participação direta para o fortalecimento do MST, como a Ditadura Militar, Diretas Já! e a discussão acerca do agronegócio, onde este último tem recebido forte incentivo e investimento do governo durante décadas como forma de “desenvolvimento” do país.

Mesmo de forma indireta, as autoras conseguem fluir a narrativa atrelada ao contexto de poder hegemônico. Mostram que nas mais diversas épocas da história política do país, os blocos dominantes e seu conjunto dialeticamente bem articulado – Estado, mídia e outras instituições enquanto aparelhos de hegemonia – agem de forma consolidada e utilizam discursos que obtenham o máximo de persuasão a fim de que o antagonismo entre as classes sociais não ganhe destaque e a massa (proletariado) internalize isso como uma realidade compartilhada por todos os seus iguais (DANTAS, 2008).

Esse discurso de que “incentivar o agronegócio serve e traz desenvolvimento para o país”, nada mais é que uma ideologia criada pelo bloco histórico dominante para continuar afirmando a ordem do capital como mantenedor de uma ditadura silenciosa, onde essas ideias são implantadas socialmente para manter o poder sobre os meios de produção material e imaterial no bojo da sociedade. É como Gramsci citado por Gruppi (1978) afirma que a efetivação de um aparato hegemônico, como o Estado, ao mesmo tempo em que cria uma nova ideologia isso determina uma reforma das consciências, novos meios de conhecer o mundo a seu redor.

Isto é, a hegemonia por meio de seus aparatos – e a mídia é um forte apoio – busca consolidar a ideia de ser o agronegócio um investimento necessário para o crescimento do país e por isso as reivindicações do MST por terra, pela extinção do uso de agrotóxicos, por maior investimento para agricultura familiar, dentre outros, são considerados pensamentos ultrapassados de forma unânime pelo bloco dominante. Nesse sentido, pode-se considerar o MST ser a possibilidade de realizar o que Gruppi (1978) enfatiza ser ditadura do proletariado, ou seja, um modelo político que consegue a tomada do poder estatal pelos trabalhadores a fim de haver a extinção do sistema instaurado e fazer surgir um novo sistema metabólico que supere o capital.

Mas, retornando ao livro quanto à construção da narrativa, as autoras partem de uma ordem cronológica: do MST que surge quando ainda eram realizadas reuniões consideradas semiclandestinas e o movimento não era consolidado como nacional nem conhecido internacionalmente; o histórico da concentração fundiária no Brasil; as ações e os embates do MST com governantes e latifundiários; a história para conseguir

concretizar a ocupações e depois consolidar os assentamentos; a mística do movimento, o que representa cada símbolo; o histórico de como se desenrolou as ocupações, as conquistas e as derrotas; a contraofensiva do governo a fim de eliminar o movimento; e algumas problemáticas de natureza interna do movimento.

Com relação a dar voz aos integrantes do MST, as autoras o fazem tanto interno ao texto, utilizando trechos das entrevistas realizadas como aspas para contar um fato ou confirmar algo que apresentam quanto ao final de cada capítulo, onde dedicam espaço para o depoimento de uma a duas pessoas que já passaram ou ainda integram o movimento e que estão relacionadas com o assunto tratado durante o tópico.

Por esses fatores, as autoras conseguem alcançar o objetivo de envolver o leitor e transmitir um conhecimento mais aprofundado sobre a trajetória de luta do movimento pela terra, educação e mudanças reais dentro do contexto social em que vivem. Dessa forma as jornalistas também conseguem alcançar o que Genro Filho (1987) considera ser o jornalismo uma forma social de conhecimento, ou seja, tornando o livro um meio coletivo de aprendizagem.

Em *Pioneiros do MST* o fator *ênfase* aparece de modo comparável ao outro livro, porém diferindo em alguns aspectos. Por este ter uma proposta de abordagem diferente, construção de perfis, o autor apresenta uma espécie de roteiro, sendo este composto da seguinte forma:

1) Intitula cada capítulo com uma característica marcante do personagem perfilado. Exemplo é o nono capítulo intitulado “Quarta série”, isso porque o personagem cursou quatro vezes a mesma série. “[...] sou um especialista em quarta série. [...] brinca Betão, depois de cursar essa série uma vez em Belmonte, duas vezes em Teixeira do Progresso e outra vez em Teixeira de Freitas” (p.195);

2) Como complemento para iniciar cada capítulo, utiliza uma citação em destaque que considera marcante do personagem entrevistado; para exemplificar podemos citar a seguinte do quarto capítulo, onde o personagem Jandir Basso se expressa quanto a ser pressionado pela mulher para abandonar a militância e dar mais atenção para a família: ‘Largo a minha família, mas não tiro a minha camisa’(p.84).

3) Adiante realiza uma descrição do trajeto de onde se encontra até a chegada do local a que se destina; identifica o personagem com algumas características físicas e da vida atual; a própria trajetória de vida - o que o levou a se envolver com o MST; quais as dificuldades que enfrentou enquanto estava envolvido com o movimento; se é assentado; se ainda atua no movimento; etc. – enfim, nos mostra claramente os

caminhos e descaminhos percorridos pelos primeiros dirigentes desse movimento tão enfatizado pelo autor como “marcante” e “polêmico” dentro da nossa sociedade.

Mas, o que podemos afirmar que Scolese também se preocupa em dar *ênfase* em sua narrativa é no tocante a questão dos personagens com o envolvimento político. Mesmo que de forma superficial, mostra a relação de influência da trajetória política do Brasil com o desenvolvimento do MST, mas também a captura de alguns desses pioneiros para a política partidária, principalmente para o Partido dos Trabalhadores (PT). Partido este que atualmente se encontra a frente no governo Brasileiro e é considerado pelo movimento como um dos maiores obstáculos para a efetivação da reforma agrária no Brasil devido ao grande investimento realizado ao setor do agronegócio, apostado como fator de “desenvolvimento” para o país.

Reforma agrária esta considerada uma dívida histórica e motivo de luta ideológica travada entre o MST e o poder hegemônico nacional. Luta ideológica complexa, pois ao mesmo tempo em que o movimento está inserido no contexto hegemônico, este também criou seus mecanismos ideológicos que fazem parte de seu regimento interno.

Isso significa que, não por acaso, os preceitos ideológicos do MST se tratam de um embate direto com a ideologia hegemônica. Isso porque, como vimos no capítulo sobre Ideologia, a classe dominante ao possuir o poder *material e imaterial* dos meios de produção (MARX; ENGELS apud KONDER, 2002) acabam sendo também as ideias dominantes de suas épocas.

Logo, percebemos que essa classe dominante não é o MST, mas que este é justamente o contra poder ou também o que se chama contra hegemônico. Nesse caso, o MST é o que entendemos ser aquele sujeito que mesmo dentro de um contexto de alienação tem conseguido, na medida do possível, ativar a *consciência possível* e paulatinamente reconhecer suas potencialidades e o processo de totalização, percebendo que a classe proletária também tem a capacidade da mudança, mas que ainda não compreende a fundo seus poderes. Permitindo apreender a história como processo com unidade (não linear) para superar a ideologia dominante estabelecida e com isso alcançar uma determinada *emancipação* humana.

De certa forma o MST é aquilo que Debord diz ser a *classe da consciência*, onde o sucesso para haver a revolução proletária só depende da própria classe. Isso inclui, principalmente, o proletariado não viver confinado às amarras e limites impostos pelo Estado e pelo capital (DANTAS, 2008). Atitude essa que o movimento vem adotando, o

qual busca fugir da rota de vínculos que o deixem dependente e submissos a lógica do sistema capitalista, mas que ainda é um dos obstáculos a ser enfrentado.

Porém, é relevante lembrar que existem obstáculos para a realização dessa *emancipação* em sua plenitude, afinal não dá para o MST viver uma realidade paralela sem ser influenciado pelo contexto de hegemonia em que se encontra inserido. Certamente os obstáculos são inúmeros, mas baseado em Souza (2012) é possível pontuar dentre eles que um dos principais é sem dúvida o sistema de governo instaurado em nossa sociedade.

Segundo o autor, com a chegada de Lula ao poder, sendo um personagem que fala a linguagem popular e com a promessa de estreitar as relações com os trabalhadores, cria-se uma nova forma de governar, o chamado lulismo. “Para Pinassi (2011), o lulismo seria expressão da maioria burguesa da política atingida pelo Estado brasileiro” (SOUZA, 2012, p. 126).

Mas esse lulismo gera um problema ainda maior. Apesar de o MST apresentar certa discordância com o modelo e lógica do sistema instaurado, ainda existem determinados nichos no movimento que acreditam ser o Estado o mediador para alcançar as reivindicações.

A cisão que o lulismo gera entre os trabalhadores organizados é ampla e profunda. No MST, há setores que aderiram à noção de que, sendo o Estado brasileiro o promotor da Reforma Agrária, um governo petista, por seu vínculo histórico com o movimento, poderia ser mais sensível às reivindicações dos trabalhadores sem-terra (SOUZA, 2012, p.127).

Oliveira (2010) também ajuda a entender esse panorama do governo Lula para com os movimentos sociais:

Já no primeiro mandato, Lula havia sequestrado os movimentos sociais e a organização da sociedade civil. O velho argumento leninista-stalinista de que os sindicatos não teriam função num sistema controlado pela classe operária ressurgiu no Brasil de forma matizada. Lula nomeou como ministros do Trabalho ex-sindicalistas influentes na CUT. Outros sindicalistas estão à frente dos poderosos fundos de pensão das estatais. Os movimentos sociais praticamente desapareceram da agenda política. Mesmo o MST vê-se manietado por sua forte dependência do governo, que financia o assentamento das famílias no programa de reforma agrária (p.25).

Todavia, percebe-se que existe um antagonismo extremo entre esses nichos que veem com bons olhos o lulismo e a realidade vivenciada pelos sem-terra, ou seja, os assentamentos, ocupações, dentre outras dificuldades que compõem a verdadeira base do que é o movimento. Mesmo assim, percebe-se a fragilidade e forte dependência da classe dos miserabilizados às políticas assistencialistas, enquanto que o lulismo se relaciona e oferece retorno financeiro para os banqueiros, latifundiários do agronegócio e setor industrial.

(...) sua política remunerou como nenhuma outra as diversas frações burguesas e, no extremo oposto da pirâmide social, onde encontramos os setores rurais desorganizados e empobrecidos da população brasileira, que dependem das doações do Estado para sobreviver, ofereceu uma política assistencial, sem tocar sequer minimamente em nenhum dos dois pilares estruturantes da tragédia brasileira (ANTUNES, 2011 apud SOUZA, 2012, p. 125).

Isso explica o pensamento de Arbex Jr (2011) quando afirma que estamos vivendo a barbárie social em nosso cotidiano. Se por um lado esse governo cria mecanismos de repressão para os estratos miserabilizados, por outro ele também cria caminhos para que esse mesmo estrato social seja “compensado”, seja com o assistencialismo ou ainda com a possibilidade de poder alcançar seus sonhos de consumo.

Vale ressaltar que esse assistencialismo tem caráter de amenizar certas especificidades e com isso se isenta de resolver o problema, é o que Ruy Braga (2012) intitula ser a política do precariado. Seja por meio do assistencialismo ou pelas linhas de crédito, a classe proletária continua sofrendo de alguma forma a barbárie, pois mesmo tendo alcançado “tudo que sonhava”, ainda assim permanece oprimida e agora com mais dívidas.

Porém, esse contexto de embate via MST e poder hegemônico acaba entrando no *hall* do fator *exclusão* (enquadramento) do livroreportagem *Pioneiros do MST*.

Nessa tarefa, notei que o próprio MST desconhecia o destino da maioria dessas pessoas, o que deu fôlego e importância ao projeto. Ou seja, o trabalho de localização desses primeiros diretores nacionais seria algo inédito e útil. Inclusive ao movimento (SCOLESE, 2008, p. 13).

Além da citação, mas por todo o conteúdo que apresenta, o autor dá mais importância ao quesito *quantidade* em detrimento da *qualidade*. Utiliza como critério a quantificação dos pioneiros do MST como sendo mais importante do que os próprios motivos (qualidade) que fizeram estes fundar o movimento.

Daí a dialética entre a *quantidade* e a *qualidade*, pois o autor seleciona e dá ênfase a este movimento eminentemente pela sua *quantidade*, ou seja, por ele ser “o mais pautado na mídia”, “mais polêmico”, “mais barulhento”, “o maior”, dentre outros adjetivos, normalmente pejorativos. Já a *qualidade*, fica em segundo plano, ou seja, as causas da existência do movimento, suas lutas por mudanças sociais e todo o contexto de poder e embate que se encontra inserido, nos quais são contradições provindas do sistema do capital.

Essa relação dialética entre *qualidade* e *quantidade* dá origem ao fato jornalístico. Para Genro Filho (1987), o conteúdo jornalístico provém das contradições sociais (universalidade), por outro lado, será sua quantificação que se fará presente, porém completada pela qualidade.

Nesse sentido, o que Scolese desenvolve em seu livroreportagem é um conteúdo jornalístico que se prende mais na compreensão singular dos fatos, devido a isso se mantém no aspecto da quantidade, enquanto que é a qualidade provinda das contradições sociais (universalidade) que daria significação ao livro.

Ele traça o seguinte caminho: destaca os fatos de forma *quantitativa*, as quais surgem em relação com as *qualidades*, que são frutos das contradições, mas que na construção da narrativa jornalística do livro não progride, fato este que não gera sentido para um entendimento ampliado sobre o assunto. Portanto, essas *quantidades* primeiramente enumeradas parecem existir totalmente fora da história, pois aparecem fora de um contexto que o situem de modo complementar.

Quanto ao fator *exclusão* (enquadramento) analisado no livroreportagem *Rompendo a Cerca* apresenta mais *qualidade* que *quantidade*, pois dá destaque para o embate travado entre o MST e o poder hegemônico.

Escrevemos este livro para relatar uma das maiores histórias ainda não contadas do Brasil moderno: a dramática luta de milhares de homens e mulheres para fugir da pobreza e da degradação e encontrar uma nova vida, tornando-se cidadãos ativos, em vez de pessoas de segunda classe, à margem da sociedade (BRANFORD; ROCHA, 2004, p.19).

Além da citação, mas por todo o conteúdo que apresenta, as autoras dão mais importância ao quesito *qualidade* à *quantidade*. Utiliza como critério contar a trajetória do MST (*qualidade*) como sendo mais importante do que detalhes que o quantificam, pois com a preocupação em mostrar as causas que impulsionam o movimento inserido no contexto de poder hegemônico, conseqüentemente conseguem alcançar e equalizar entre ambos os resultados.

O MST tem conseguido grande parte de seus objetivos. Contava, em 2003, com cerca de 1 milhão de membros e conquistou perto de cinco milhões de hectares (50 mil quilômetros quadrados) de terra. Aproximadamente 160 mil crianças estudam nas escolas do movimento. Apesar de os assentamentos representarem uma pequena fração das terras agricultáveis do Brasil, trata-se de um sucesso impressionante para um movimento surgido há somente 20 anos (BRANFORD; ROCHA, 2004, p.20).

Nesse trecho, as autoras muito se parecem com a forma da construção jornalística que Scolese caminha. Mas, logo depois da citação acima, elas continuam: “Ainda mais importante do que os números, é o exemplo oferecido pelo MST” (BRANFORD; ROCHA, 2004, p.20). Descrição que confirma como as autoras dão mais destaque para o fator *qualidade*, pois mais do que se ater em números o que elas intencionam expor é o movimento enquanto uma necessidade para a transformação da realidade social devido os agravantes problemas emergidos da contradição social provinda do sistema de poder capitalista.

Além disso, as autoras desenvolvem seu livreiroreportagem com um conteúdo jornalístico que não se prende na compreensão singular dos fatos (aspecto da *quantidade*), mas na *qualidade* provinda das contradições sociais (universalidade), o que dá significação ao livro.

Sobre isso, é válido citar no tocante a composição da narrativa. Essa se refere ao modo de como as autoras constroem a história em torno da trajetória do movimento e dos mais diversos acontecimentos da história do Brasil, nos quais ambos durante vários momentos se entrelaçam numa caminhada marcada de muita luta e opressão por parte dos considerados desafiadores do poder, o MST.

Seria inviável expor todos os trechos em que é possível verificar tamanha destreza das autoras durante a composição da narrativa, mas vale uma citação para exemplificar sobre o que é romper a cerca:

Para o MST, o ato de ocupar a terra – que eles chamam de “cortar o arame” – é a pedra de toque do movimento. É o batismo de fogo para o militante, uma parte essencial da sua identidade. Desempenha papel-chave na *mística*, o momento do teatro coletivo e da formação do mito que marca o início de todos os eventos do MST. Participar de uma ocupação é um enorme passo para uma família rural pobre... (BRANFORD; ROCHA, 2004, p. 99).

Dessa forma durante a maior parte da descrição e construção do texto é possível que o leitor tenha maior proximidade com o que está sendo narrado. Além de ser um texto de fácil acesso, pois não utilizam palavras eruditas e conseguem conduzir o leitor de modo como se este estivesse também vivenciando e visualizando cada momento da história tanto do movimento quanto da conjuntura política do país.

Isto é, elas conseguem ir além das meras descrições sobre o movimento (singular), mas durante a narrativa alcançam a contextualização do mesmo, desde o seu cerne ideológico e sua *mística* até o processo de embate quanto ao poder hegemônico (particular) e para, além disso, conseguem fazer com que o leitor, a partir dos aparatos demonstrados na leitura das entrelinhas do livro, consiga realizar uma reflexão que consegue ir além do entendimento sobre o que se trata o movimento, mas também de todo um contexto social, econômico, político, cultural, dentre outros aspectos que envolvem não só o MST como os demais movimentos e principalmente a necessidade da *emancipação* humana (universal).

Portanto, são essas *qualidades* priorizadas que fazem a narrativa existir dentro da história, pois aparecem totalmente contextualizadas, situadas dentro de uma linha do tempo. Porém, não esquecendo que essa *qualidade* sempre se relaciona com a *quantidade*, a qual também aparece no livrereportagem de forma equilibrada.

O significado social de uma informação jornalística está intimamente relacionado tanto ao aspecto quantitativo quanto ao qualitativo. Um evento com probabilidade próxima de zero é jornalisticamente importante mesmo que não esteja vinculado às contradições fundamentais da sociedade (GENRO FILHO, 1987, p. 68).

Desse modo, realizando uma reflexão em torno de tudo que foi analisado é importante avaliarmos os livrosreportagens à luz da teoria marxista do jornalismo, a fim de verificarmos suas potencialidades enquanto exercício como forma e prática social de conhecimento (GENRO FILHO, 1987).

Sobre a relação do *singular* com o jornalismo Genro Filho (1987) afirma ser no *singular* que se encontra a necessidade de uma prática de campo, onde o *sujeito* tem

maior contato com seu *objeto*, sua percepção é importante para uma boa apuração, dentre outros aspectos que só se podem ser avaliados quando se tem a aproximação de uma ida a campo prático. Fato este que o difere do *particular* e *universal*, os quais são mais impulsionados por um determinado nível de abstração.

É a dimensão objetiva da singularidade que diferencia o jornalismo da arte. Esse compromisso prioritário com a singularidade objetiva impede que o *particular* possa cristalizar-se – pelo menos em regra – enquanto categoria estética, como ocorre na produção artística. Na arte, o *particular* resulta de uma síntese na qual a subjetividade se impõe como ato essencialmente livre do criador. Por outro lado, é a exigência da singularidade em manter-se como tal que impede o jornalismo de tornar-se uma forma de conhecimento científico ou mero epifenômeno da ciência (GENRO FILHO, 1987, p. 66).

Em relação ao livroreportagem *Pioneiros do MST*, avaliamos que a forma de como é construído é bastante semelhante à reflexão que Genro Filho (1987) desenvolve. Isso porque é perceptível que Scolese ao ir a campo realizar as entrevistas, fazer descrições de suas impressões sobre o que vê, dentre outros aspectos que compõe a prática da apuração jornalística, insere bastante essas ações em seu livro, ficando em demasia no *singular*.

Desse modo, o autor se prende no aspecto *singular* da prática de reportar, o que abre para um *particular* que mostra os personagens num contexto de suas trajetórias enquanto engajados na luta pela terra na posição de dirigentes nacionais do movimento; suas necessidades em comum, como todos desde cedo serem envolvidos de forma direta com a prática do campo de pequenos agricultores; geralmente por serem também do interior; o envolvimento da maioria com a política partidária (PT) com a expectativa de conseguir a mudança da realidade social. Dentre outras particularidades que, no entanto, abrem pouco espaço para o aspecto *universal*, o que faz com que não seja possível entender o contexto do movimento envolvendo a luta de classes, a divisão social do trabalho, a implicação da propriedade privada e conseqüentemente do capital. O que mostra este trabalho está mais restringido a apresentar o movimento via pioneiros, sem a implicação maior de fatores externos.

Enquanto que o livroreportagem *Rompendo a Cerca* consegue trazer um trabalho mais denso, ou seja, a narrativa mostra que mesmo as autoras indo a campo, inclusive experienciar o dia a dia do movimento e suas ações, elas conseguem construir muito mais que descrições etnográficas (*singular*), mas realizam uma abstração sobre este: o situam dentro de um contexto de embate social (*particular*).

Para além do livrereportagem, deixam uma mensagem de reflexão para o leitor, onde mostra que o MST não é somente os adjetivos impostos a ele, como “o mais barulhento”, “o mais polêmico” ou por “estar mais pautado na mídia”, mas que esse movimento representa uma parte de uma realidade social deficiente, seja em educação, cultura, política e os mais diversos segmentos sociais, desse modo atingindo a meta do universal.

Contudo, daí é possível encontrar a “fórmula” de o jornalismo ser uma forma e prática social de conhecimento. Uma prática social, pois existe a necessidade da ida a campo, a busca pela apuração mais próxima ao fato, tendo em vista que o *sujeito* ao entrar em contato com seu *objeto* e dialeticamente se relacionando com ele pode haver a troca de experiências. Também diretamente relacionado e simultaneamente uma forma social de conhecimento, pois além do aprendizado pela relação *sujeito-objeto*, o produto final também é uma forma coletiva de aprendizagem, como no caso de um livrereportagem.

[...] a própria ideia de totalidade, na acepção da dialética marxista, implica um todo estruturado que se desenvolve e se cria, e não na simples pressuposição *holista* de que o todo é superior à soma das partes. Ora, se o todo se desenvolve e se cria, sendo por isso uma *totalidade dialética*, isso envolve contradições internas que são as verdadeiras fontes do desenvolvimento e da transformação, o que contraria a ideia de uma ontologia meramente funcional das partes em relação ao todo (GENRO FILHO, 1987, p. 75, grifos do autor).

Ou seja, esse processo ocorre de forma dialética, jornalismo como forma e prática social de conhecimento, pois ao mesmo tempo o todo e suas partes estão interligados, sempre se relacionando e também sendo produtor e produto dessas relações sociais. Relação essa que nos remete a outra perspectiva fundamental:

A complexidade do fato jornalístico decorre da contradição inerente a produção do próprio mundo social. Essa contradição nasce da relação axiomática do sujeito com o mundo objetivo, na mesma medida em que a objetividade vai constituindo o substrato que confere realidade à autoprodução do sujeito. Logo, ***qualquer gênero de conhecimento é tanto revelação como atribuição de sentido do real***; assim como a projeção subjetiva não pode ser separada da atividade prática, a revelação das significações objetivas não pode ser separada da atribuição subjetiva de um sentido à atividade (GENRO FILHO, 1987, p. 66, grifos nossos).

A citação nos confirma sobre as características complexas do fato jornalístico, a qual como já tratamos é provinda das contradições sociais. Mas, como podemos

perceber na expressão grifada, toda forma de conhecimento tanto apresenta algo quanto o constitui dando-o sentido, ou seja, tanto é produtor quanto produto. Isso nos remete a representação jornalística, onde utilizando as palavras de Lima (2001), podemos vislumbrar mais claramente esse cenário “[...] representação pode se referir não só a uma realidade refletida, mimética, mas também à constituição desta mesma realidade” (p.182).

Contudo, é válido trazer esta reflexão acerca de nosso *corpus*, os quais mesmo com conteúdos jornalísticos mais densos que difere das mídias cotidianas, também são mídias de massa, logo também constroem uma representação jornalística. Mas, também não podemos generalizar quanto à análise dessa representação em ambas as mídias, por isso sendo preferível avaliá-las individualmente.

Ao que se refere ao livroreportagem *Pioneiros do MST*, o autor procura refletir a realidade (representação) desse movimento social por meio das descrições dos perfis dos primeiros dirigentes. Percebe-se que Scolese tem a preocupação de mostrar a trajetória desses militantes não só enquanto envolvidos com o movimento, mas busca resgatar suas histórias desde a infância, onde a vida da maioria desde muito cedo já era marcada pelas dificuldades da dura realidade de ser agricultor. Demonstrando com isso, não ser por acaso seus envolvimento com o MST. É inviável expor todos os casos dos personagens nesta análise, mas é possível visualizar algumas dessas realidades, como na história de Agnor Bicalho Vieira, conhecido por todos no MST como Parafuso.

Lá, na terra de seus avós maternos, Parafuso ganhou, do pai, a primeira enxada. Tinha apenas 6 anos de idade, mas já era obrigado a mexer com a lavoura de café. [...] O trabalho na roça e na criação de suínos era duro, e as refeições, limitadas (SCOLESE, 2008, p. 104).

Como também a história de Sílvio Manoel dos Santos mais seis irmãos que cresceram trabalhando na roça e longe da escola.

Além da produção de farinha de mandioca, o pai e os seis filhos [um deles era Sílvio] tocavam juntos uma pequena lavoura de subsistência e mantinham alguns porcos e algumas cabeças de gado no terreno. O trabalho na roça era pesado, principalmente cortar com o machado e depois queimar a madeira da propriedade (SCOLESE, 2008, p. 146).

Ou ainda a história de vida e de indignação em Três Passos, no Rio Grande do Sul, onde nasceram Darci José Antunes Maschio mais sete irmãos que tiveram a infância e adolescência marcadas por restrições e distante de regalias.

Em Três Passos, a quem interessasse, Darci deixava transparecer a sua indignação com certas realidades. Expunha aos amigos, em voz alta, a indignação pelo pouco-caso do governo com aquela região do estado. O jovem rebelde trabalhava na terra dos pais e produzia somente o necessário para a subsistência da família. Nas fazendas vizinhas, para completar o orçamento, fazia bicos em plantações de milho, de feijão e de soja (SCOLESE, 2008, p. 20).

Por outro lado, o autor também é construtor dessa realidade (representação), pois se entende que por meio dos termos utilizados em seu discurso, como “invasão”, “ocupação”, “mais polêmico”, etc., o autor acaba confirmando e reproduzindo uma realidade já construída pelo poder hegemônico, a qual mostra um movimento estereotipado e conseqüentemente o que o torna criminalizado pela mídia e sociedade.

Daí uma reflexão é possível e necessária, pois com os dados apresentados pelo autor enquanto procura refletir a realidade (representação) do movimento, o serviria claramente como fator de *qualidade* para o livroreportagem, tendo em vista essa “*dura realidade de ser agricultor*” ser provinda de uma problemática maior, a qual é a ausência de um planejamento e efetivação de reforma agrária por parte do Estado, além de outros setores deficitários como a educação, cultura, etc.

Novamente é perceptível ser essa falta de planejamento e efetivação de mudanças da realidade social um problema antigo e que insiste em permanecer na conjuntura do modo de governo lulista. Aliás, uma característica marcante da atual concepção hegemônica, pois atua com alto grau de camuflagem de populismo e defesa dos trabalhadores, mas que trata com desprezo a situação instaurada da pobreza.

Como forma de tentar sanar uma dívida histórica com o povo brasileiro, o lulismo cria mecanismos como resolução das profundas mazelas sociais. O lulismo passa a ser marcado pela sua característica de assistencialismo, ou seja, cria vários programas que visam beneficiar a parcela proletária da sociedade, como Bolsa Família e a abertura de Linha de Crédito, que incentiva ao consumo e conseqüentemente causa o endividamento dos trabalhadores.

O sistema de crédito, os meios de comunicação aperfeiçoados e as organizações patronais, são os meios mais importantes que produzem,

segundo Bernstein, a adaptação da economia capitalista (LUXEMBURGO, 2010, p. 29).

Isto é, na realidade esses programas só confirmam e precarizam ainda mais a realidade palpérrima da classe dos trabalhadores. Ainda sobre essa Era do lulismo, Pinassi (2011) *apud* Souza (2012) define e articula suas características afirmando que este:

[...] faz a mediação entre os interesses do grande capital e os produtos mais incontroláveis do padrão de acumulação imposto: desemprego estrutural, fome e destruição ambiental. O seu prestígio vem, principalmente, do fato de fazer tudo isso sem provocar qualquer mudança substantiva ao país historicamente marcado pela condição de colonialidade crônica, de desigualdade social endêmica, de debilidade – até aqui não-superada – de sua posição pífia no ranking do mercado de bens de produção, de sua inferioridade na geração de tecnologias da permanente instabilidade da sua economia e política internas (p.127).

O que confirma o fato de que a hegemonia para ter domínio sobre o *imaterial* (imaginário proletário) se materializa na produção desenfreada, no regime do trabalho alienante e na criação da necessidade de consumir o espetáculo da mercadoria. É o *fetichismo da mercadoria* de Marx ou ainda a *reificação ou coisificação* de Lukács, conseguindo se internalizar na subjetividade da grande massa em um conjunto bem articulado para manter a hegemonia política consolidada.

Por outro lado, quanto ao livroreportagem *Rompendo a Cerca*, as autoras optaram refletir a realidade (representação) desse movimento por meio de uma narrativa onde mostra a trajetória do MST relacionado dialeticamente com a trajetória sócioeconômica política do Brasil. Com isso, simultaneamente, também constroem uma realidade sobre o movimento, que buscam quebrar paradigmas impostos durante décadas pelo poder hegemônico, como o discurso de os sem-terra serem “invasores de terras”, “rebeldes sem causa”, dentre outros estereótipos.

Além desses fatores, para refletir e refratar (representação) uma dada realidade sobre o movimento, ao construírem suas narrativas, os autores se utilizam dos enquadramentos dos perfis dos militantes do MST. No caso do *Rompendo a Cerca*, o depoimento de pessoas que em algum momento de alguma forma já contribuíram com o movimento.

Quanto ao livroreportagem *Pioneiros do MST*, como dito anteriormente, a proposta do autor é narrar uma parte da história do movimento por meio da construção

de perfis. Fato este que proporciona maior destaque para os personagens apresentados em sua narrativa, onde expressam seus pensamentos ou confirmam alguma informação importante sobre a trajetória do movimento e seus militantes.

Mas, o que se percebe de como são apresentados os militantes em ambos os livros, é que no *Pioneiros do MST*, mesmo este tendo uma proposta de perfis, de dar voz a esses militantes, o modo como o autor constrói acaba ofuscando um pouco esses personagens. Tendo vista que o autor, diversas vezes, não dá continuidade ou profundidade ao que o personagem se refere, como por exemplo, no trecho em que um militante se expressa quanto a conjuntura política e logo em seguida Scolese utiliza o recurso “***” encerra e dá início a outro assunto. Vejamos o trecho:

“Não há diferença entre governo de situação e de oposição. Eles se unem em termos de classe dominante. Escolhem o melhor caminho para continuar explorando. Estão em partidos diferentes, mas com o mesmo objetivo, que é dominar. Os governos estaduais não tem proposta para os sem-terra. O próximo governo federal continuará com a mesma política agrária” (SCOLESE, 2008, p. 26).

Ao não dar continuidade ao pensamento do personagem, o autor leva a cabo o suposto desinteresse pelo assunto e até mesmo ofusca os interesses do personagem em se referir ao contexto político e econômico que influencia nas direções tomadas pelo movimento.

Por outro lado, apesar de as autoras do livroreportagem *Rompendo a Cerca* não terem a mesma proposta que Scolese, ao final de cada capítulo são apresentados uma espécie de autobiografia de pelo menos dois militantes do movimento, onde cada um conta com suas próprias palavras de forma resumida sua trajetória dentro do MST. Também aparecem durante a construção da narrativa das autoras, principalmente para explicar momentos únicos e marcantes dessa trajetória traçada pelos militantes ou dá ênfase a algo muito particular do movimento, como quando um integrante explica o que significa a *mística* para eles.

[...] “A *mística* expressa o otimismo e a determinação emanados de nossa indignação contra a injustiça, bem como de nossa crença na real possibilidade de construirmos uma nova sociedade. Por essa razão, não se trata de simples diversão para ajudar-nos a escapar do desapontamento e dificuldades do dia-a-dia. É uma injeção de vitalidade, que nos proporciona determinação e ousadia, de modo a superarmos o pessimismo e forçarmos o caminho de nosso projeto adiante, no sentido de incluirmos os excluídos, na libertação do povo brasileiro” (BRANFORD; ROCHA, 2004, p. 55).

Já a forma como esses militantes são apresentados no *Rompendo a Cerca*, percebe-se que se tem uma preocupação em preservar o que eles pensam sobre si, sobre o movimento e o significado de suas ações dentro desse contexto de luta. Preocupação essa que gera um sentido de humanização para os personagens, ou seja, os mostra mais que simples fontes de informação, mas como construtores de suas próprias histórias, que também são tanto do movimento quanto do país.

E a construção de suas próprias histórias, enquanto sujeitos históricos são realizadas por meio de lutas travadas com o poder dominante e latifundiários, muitas delas ideológicas, mas também muitas vezes em forma de batalhas sangrentas.

O significado dessas lutas apresentado por Scolese é o mesmo apresentado pelas autoras Branford e Rocha. Ou seja, retratam a busca desses milhares de homens, mulheres, crianças, jovens e idosos pela busca por mudanças sociais, por melhorias de vida para aqueles que não têm acesso a direitos básicos, como o acesso a terra, é a luta por incluir os marginalizados à sociedade, tornando-os todos com direitos iguais.

Mas, a falha detectada no *Pioneiros do MST*, é que Scolese não deixa claro o motivo do problema de haver as lutas desses sem-terra com o poder dominante, enquanto é nesse ponto que as autoras se apoiam e mais se aprofundam, ou seja, explicar as causas dessas lutas se torna fundamental para o entedimento do que é esse movimento.

Um exemplo claro é possível visualizar no seguinte trecho do livro de Scolese (2008, p.59): “Lá, seguindo umas das três obsessões-chave do MST, Geraldo tenta derrubar a cerca da ignorância. No movimento, busca-se também a destruição do capital e, mais claramente, do latifúndio”. E encerra o assunto, pois não explica e nem dá subsídios para o leitor compreender o porque o MST objetiva destruir o capital, o que pode ser interpretado como um movimento “rebelde sem causa”. Sobre o mesmo assunto, mas em outras palavras, as jornalistas de *Rompendo a Cerca* explicitam as “obsessões-chave” do movimento da seguinte forma:

[...] E foram definidos quatro objetivos: lutar pela reforma agrária; lutar por uma sociedade justa, fraternal e pelo fim do capitalismo; incluir os trabalhadores rurais, arrendatários, meeiros e pequenos agricultores na categoria de trabalhador sem terra; e garantir que a terra seja de quem nela trabalha e dela viva (BRANFORD; ROCHA, 2001, p. 42).

Isto é, as autoras contextualizam os motivos que o movimento busca concretizar e com isso situa o leitor de que o MST idealiza. Isso devido serem considerados fatores que podem proporcionar a justiça e mudança da realidade social para os pobres, excluídos, desempregados, enfim todos que se identifiquem com a proposta do movimento e queiram colaborar para a efetivação dessas lutas por mudanças sociais.

Mas essas lutas estão inseridas num contexto mais amplo, que é o cenário da democracia. Conceito este tomado aqui como ponto de partida tendo como o pilar central da cidadania real e não uma cidadania imaginária, constituída pelo sistema capitalista, onde constrói a ideia de igualdade formal para manter a desigualdade real (GENRO FILHO, 1987).

Na perspectiva marxista, essa cidadania apresenta, então, aspectos formais (relativos à igualdade) que devem ser concretizados e, de outro lado, aspectos concretos (exploração e opressão) que devem ser erradicados (GENRO FILHO, 1987, p. 171).

E quanto à representação da democracia nos livrosreportagens, fica perceptível que as autoras de *Rompendo a Cerca* mostram o MST, seus integrantes e seus anseios como uma forma eficaz e que há possibilidade de se concretizar dentro do atual modelo de sistema capitalista em que estão inseridos, chegando a conclusão que os assentamentos são “espaços abertos para o desenvolvimento da cidadania e para construir uma alternativa viável ao modelo econômico do governo” (BRANFORD; ROCHA, 2001, p.380).

Essa defesa das autoras não é exatamente a necessidade de haver por parte do movimento uma superação da ideologia hegemônica, ou seja, não se trata de uma luta direta contra o capital, mas que é possível o movimento acontecer dentro dos moldes políticos e econômicos em que está inserido ou até mesmo na possibilidade da cidadania real se concretizar havendo somente uma troca de governo e não a ruína desse sistema atual.

As autoras parecem acreditar realmente na mudança da realidade social por meio do reformismo, ou seja, com certos ajustes no modelo da conjuntura atual de governo ou mesmo a troca de governo para haver a mudança. Elas não cogitam a ideia da necessidade de haver uma ruptura do sistema instaurado ao que aponte para uma revolução ao invés da simples reforma.

Mesmo conseguindo mostrar o MST por uma abordagem macrossociológica onde o modelo capitalista afeta diretamente o movimento, as autoras apontam para uma

reforma do sistema e não percebem que isso é insuficiente para trazer a tona uma mudança no plano real para a sociedade e que somente isso será possível por meio da revolução, o que significa extinguir o modelo capitalista e pensar um novo modo de metabolismo social.

Vale lembrar, a deficiência do sistema não ser solucionada somente por meio da reforma ou pela troca de gestor, tendo em vista que no cenário vivenciado mudam-se os governos, partidos, “ideologias”, mas na realidade acabam todos buscando e traçando sempre o mesmo caminho. É como bem explicita o pioneiro Darci Maschio sobre a conjuntura política do país “Não há diferença entre governo de situação e de oposição. Eles se unem em termos de classe dominante. [...] Estão em partidos diferentes, mas com o mesmo objetivo, que é dominar. [...]” (SCOLESE, 2008, p.26).

[...] a longa “era da invenção” forneceu a direção moral da sociedade brasileira na resistência à ditadura e alçou a questão da pobreza e da desigualdade ao primeiro plano da política. Chegando ao poder, o PT e Lula criaram o Bolsa família, que é uma espécie de derrota do *apartheid* (OLIVEIRA, 2010, p.24).

Fato que remete e confirma o modelo instaurado na estrutura do capitalismo ser o próprio problema, onde a mudança no plano real somente é possível por meio da revolução que gere a fragmentação do sistema socio-metabólico do capital a fim de transitar para um novo modelo de “gestão”. Exemplo é o modelo da política assistencialista do lulismo que não consegue ir à raiz dos problemas sociais, o que a torna uma farsa camuflada de populismo, o que faz a reforma ser insuficiente e traz a necessidade emergente da revolução.

Já no *Pioneiros do MST*, este não apresenta a intenção de mostrar o movimento, seus integrantes e desejos por esta perspectiva, mas somente em resgatar e mostrar a história dos primeiros dirigentes do movimento, independente de preceitos de cidadania ou democracia.

O que mostra mesmo o livro tendo o intento de apresentar os pioneiros e ainda que de forma indireta e superficial tratar no tocante a questão da conjuntura hegemônica que sempre funcionou como obstáculo na caminhada do movimento, o autor não aponta para uma revolução, talvez para uma reforma do sistema instaurado, mas que também não se encontra explícito em seu discurso.

Essa democracia também influencia em outros fatores, como a questão da reforma agrária, um dos maiores objetivos do MST e que merece espaço de análise em

ambos os livrosreportagens. Isso porque o movimento busca a realização da *cidadania real* em que trata Genro Filho (1987), e não a *cidadania imaginária*, construída pela burguesia dominante.

Concepções de cidadania essas que são distintas, mas duvidosa quanto à prática do conceito de *cidadania real*. Isso porque enquanto a *cidadania imaginária* é aquela que criada pelos mecanismos da hegemonia, onde faz com que os indivíduos se sintam participativos e que suas escolhas de fato ajudam a decidir os rumos a ser tomados na gestão do país, como se a democracia estivesse sendo efetivada. A *cidadania real* é aquela no plano formal, onde se encontra bem delineada na teoria, é basicamente a “igualdade formal como garantia da desigualdade real” (GENRO FILHO, 1987, p.71).

Conceito este de *cidadania real* deságua em certa problemática, pois a implicação dessa cidadania permanece latente, pois por ser extremamente formal não consegue tomar fôlego para emergir no plano do contexto real. É como os direitos e deveres que estão impressos na Constituição Brasileira (plano formal), mas não são seguidos a risca pelas autoridades e sociedade de modo geral (plano real). Vale lembrar que esta problemática está ligada as impossibilidades efetivas do sistema capitalista, ou seja, o formal não consegue ser real no capitalismo, sua estrutura é arraigada na exploração e na desigualdade social.

Quanto ao livroreportagem do autor Scolese, percebe-se que a questão da reforma agrária não se trata de um fator prioritário na construção de sua narrativa. Isso fica claro durante alguns trechos dos perfis dos personagens, onde na mesma velocidade que o autor começa a se referir sobre o assunto, este o encerra de modo súbito.

No Rio Grande do Sul, a base do MST foi criada muito por conta da expulsão dos colonos do campo depois da modernização da agricultura, a partir da década de 1970. A maioria deles, aliás, recusara o convite da ditadura militar para migrar para os projetos de colonização. Preferiam ficar no estado e brigar por um pedaço de terra (SCOLESE, 2008, p.25).

Outro trecho mais adiante mostra uma situação semelhante:

A prioridade pelo gado, tanto de corte como de leite, é uma forma que a cooperativa socialista encontrou para escapar da contradição da soja: a plantação de soja orgânica não prosperou e, para investir na convencional, teriam de se render ao adubo químico, abominado pelo comando do MST.

Na Cooptar, todos são MST por inteiro (SCOLESE, 2008, p. 36).

Quando o autor parece que vai dar fôlego ao assunto logo o encerra, o que caracteriza que ainda buscou se aprofundar, talvez na questão da reforma agrária, mas acaba retornando ao seu ponto inicial, sem explicar por que o “adubo químico é abominado pelo MST”, por exemplo. Assim, ao tratar de forma incompleta, a narrativa se torna sem êxito sobre essa questão pôlemica, mas necessária no que tange ao avanço da democracia (cidadania real) e conseqüentemente para o MST.

Já no livroreportagem das jornalistas Branford e Rocha, a questão da reforma agrária aparece como um dos pilares em que se concentra a construção da narrativa. É em particular no capítulo “A globalização da agricultura brasileira” que é possível visualizar de forma mais clara essa referência à reforma agrária.

Em vez de realizarem a reforma agrária, os militares formaram uma aliança com empresas multinacionais e promoveram a modernização da agricultura. As novas e “mágicas” sementes híbridas [...] possibilitaram um grande aumento no rendimento dos cultivos [...] O entrave ao desenvolvimento econômico desmoronou. A partir daquele momento, não havia tanta necessidade econômica de uma reforma agrária radical (BRANFORD; ROCHA, 2001, p. 236).

Decisão essa dos militares que acabou desencadeando outros problemas mais agravantes, como prejudicar os pequenos agricultores, causando o êxodo rural, e a própria questão ambiental no Brasil. Adiante, as autoras complementam:

Há muito tempo, o MST argumenta que um programa radical de reforma agrária, que fixe as famílias na terra e reverta a concentração fundiária, é uma maneira de acabar com o êxodo rural. Mas o governo FHC visualizou a globalização como um fato imutável da vida moderna e pensou seriamente em adotar tal programa. [...] o governo apresentou um programa de reforma agrária orientado para o mercado, que apenas cedia aos trabalhadores rurais áreas marginais de terras, já descartadas pelos fazendeiros modernos bem-sucedidos (BRANFORD; ROCHA, 2001, p. 251).

Diferente do jornalista Scolese, que parece se referir mais a reforma agrária a âmbito estadual em vez de em âmbito federal, as autoras conseguem resgatar com fôlego a temática em relação a sua influência direta para com o MST. Além disso, também conseguem se posicionar quanto ao assunto, onde nesse caso realizam uma crítica relacionada à decisão tomada por parte do governo federal quanto a não realização da emergente reforma agrária e as conseqüentes mazelas que isso acarreta na realidade social dos que se encontram à margem da sociedade.

Diante desse panorama sobre aspectos do MST contidos nos livros-reportagens analisados, chegamos ao questionamento: que lição fica sobre o movimento? Uma pergunta pertinente, mas com a resposta que não é tão simples quanto parece. Isso porque ambos os livros trazem perspectivas distintas sobre esse movimento, não que difiram quanto a ideologia do movimento, mas quanto a perspectivas dos próprios autores.

Quanto ao *Pioneiros do MST* deste fica um movimento mais como um relato biográfico de seus integrantes do que mesmo os motivos reais do que acarreta a necessidade da existência dessas biografias. O livro, por meio dos perfis, deixa claro o MST das primeiras décadas de batalha, como enfrentar latifundiários e o governo; as dificuldades para se mobilizar diante de uma Ditadura Militar; as mudanças que os pioneiros tiveram de enfrentar com a chegada da modernização da agricultura; a vontade de mudar a realidade social, muitos buscando o caminho por meio da política, a maioria pelo grande aliado da época PT.

O autor escolhe mostrar o movimento por uma perspectiva mais histórica e não se atém, diante dessas histórias, em evidenciar um campo mais amplo da problemática desse contexto situacional e quando o faz aparece de forma aligeirada e vaga, o que se torna ineficaz para deixar seu recado para as autoridades ou mesmo sugerir a *universalidade*, como no trecho:

Parece inacreditável, mas o assentamento no qual lavradores não podem usar o próprio banheiro de casa por conta da falta d'água está, linha reta, a exatos 15 quilômetros do rio São Francisco. As mesmas autoridades que prometem a transposição de parte do leito para outros estados não conseguem inaugurar um canal d'água entre o rio e o assentamento (SCOLESE, 2008, p. 257).

Este último parágrafo citado igualmente encerra o capítulo. Este fato de o autor não se aprofundar nas questões concernentes ao governo seja estadual ou federal, não dá os subsídios necessários ao leitor para realizar uma reflexão acerca do mundo, do sistema em que vive, enfim se torna reificado, é o caso isolado por ele mesmo. Isto é, o não conhecimento das bases estruturais do que é o MST e o contexto que está inserido, faz com que o autor crie uma representação parcial da realidade.

Por outro lado, o livro *Rompendo a Cerca*, revela o movimento por uma perspectiva mais sociológica, onde mostra a imagem de pessoas que querem e fazem por onde acontecer a mudança da realidade social, de luta que não se encerra quando

alcança a conquista pela terra, mas que lutam para ter acesso a educação, cultura, saúde de qualidade, dentre outras bandeiras para realizar a concretização da *cidadania real*. De fato, as jornalistas não levantam uma discussão quanto aos tipos de cidadania sobre as quais nos referimos anteriormente baseado em Genro Filho, mas é possível fazer esta assertiva a partir do discurso construído que remete a uma *cidadania real*, mesmo nos moldes da reforma, modelo pensado pelas autoras.

Também deixam claro que toda a trajetória política e econômica do Brasil está diretamente ligada as bases que compõem o MST, pois se não fosse a divisão de classes, a concentração de terras nas mãos de uma minoria, o investimento e aposta extrema do governo federal no agronegócio como fonte de “desenvolvimento” interno, a entrada das multinacionais investindo no mercado e fazendo com que o país exporte todas as suas produções de ponta como a soja e a laranja, dentre outras questões agravantes, mas bancadas por todos os governantes até o momento. Enfim se todas as potencialidades do Brasil fossem aproveitadas para seu desenvolvimento e se fosse dada a chance para os próprios trabalhadores rurais trabalharem na terra e assim produzirem, não haveria a necessidade de existir um movimento de massa reivindicando seus direitos.

Além disso, as autoras também investem na desmistificação de paradigmas como “invasores de terras”, “baderneiros”, “barulhentos”, “rebeldes sem causa”, dentre outros estereótipos criados tanto pela imprensa massificada conservadora quanto pela sociedade. Ou seja, mostram que o movimento possui sim suas causas, mas pra isso o situam dentro de um contexto mais geral, como no âmbito político econômico e social do Brasil.

Contudo, ao refletir sobre a prática jornalística dos três autores é perceptível o interesse de colocar em pauta e trazer a tona o MST. Por outro lado, ao mesmo tempo em que os autores buscam uma maior aproximação com o movimento, seja por meio dos pioneiros ou resgatando a trajetória do MST numa perspectiva histórica, isso também traz certo distanciamento para com o movimento.

No caso de Scolese, isso ocorre devido que mesmo enfatizando que vai trazer o movimento por outra perspectiva, além daquela mostrada pela imprensa generalizada e de maneira simplista, o autor acaba levando a cabo a mesma ideia da mídia regular, o que o distancia da realidade do movimento.

Quanto a Branford e Rocha, apesar de essas também se dedicarem a mostrar o movimento por uma perspectiva diferenciada e até se envolverem com as ações do movimento, por outro lado, não conseguiram enxergar o MST dentro de um sistema

alienante e que precisa não somente ser reformulado, mas que a luta deve ser contra a raiz que forma a estrutura do sistema capitalista.

Ou seja, faltou os autores perceberem que a lógica mercantilista do agronegócio, da indústria, a concentração de terras pelos latifundiários, o *fetichismo da mercadoria* ou *reificação* criado pelo capital, os diversos programas assistencialistas forjados pelo Estado, são as várias facetas construídas no interior da sociedade como forma de manutenção da hegemonia.

É necessário identificar também ser este modelo de governo intrínseco ao capitalismo uma forma alienante de poder, e por isso surge a necessidade de haver uma ruptura profunda (revolução) desse sistema para que seja possível emergir um novo metabolismo social, trazendo a desalienação e emancipação do sujeito histórico, tal qual sugere a ideologia do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O MST emerge do despertar de milhares de homens e mulheres que vão de encontro com a ideologia que alimenta o bloco histórico dominante. A luta do movimento não é mais somente pela terra e reforma agrária, mas por um mundo mais igualitário, onde os indivíduos tenham consciência do poder que possuem de transformar o mundo a seu redor e conseqüentemente de alcançar seus objetivos e direitos.

O movimento acredita e faz valer a potencialidade dos sujeitos históricos, onde constroem sua própria história e assim não se contentam com a cidadania imaginária que o sistema capitalista tem imposto por meio da sociedade burguesa. Essa classe que detem os meios de produção material também detem poder sobre os meios espiritual da sociedade, a fim de se manter no poder.

Nesse sentido, a representação jornalística do MST nos livrosreportagens se encontra tanto refletida como também é construída pelos autores. No *Pioneiros do MST* é perceptível que o autor Scolese tem somente a intenção de apresentar a história do movimento por meio do resgate da história de vida dos primeiros dirigentes, sem procurar narrar e se aprofundar nos motivos reais em que levaram e levam esses dirigentes e o próprio movimento a se mobilizar.

Por outro lado, o *Rompendo a Cerca* busca uma narrativa mais aprofundada, onde nas entrelinhas mostra o MST ser uma consequência da trajetória política econômica do Brasil. Ou seja, o movimento traz a tona uma dívida histórica do país para com os seus próprios moradores. E por isso, vai de encontro à lógica mercantil que movimenta as engrenagens do sistema capitalista.

Para compreender a representação jornalística é de fundamental importância entender que a ideologia e hegemonia são inseparáveis, principalmente ao que tange a produção jornalística. Isso porque ao analisar os livrosreportagens a princípio certos fatores poderiam ser meras coincidências, mas chegado ao final do trabalho fica clara certas distinções, duas delas são marcantes.

Mesmo demonstrando ter a melhor das intenções, Eduardo Scolese durante a narrativa de seu livroreportagem, por diversas vezes, tratou os militantes como “invasores”, “movimento mais barulhento”, etc. Não à toa, verificamos que o autor trabalha na Folha de São Paulo, uma grande empresa de comunicação, e que conseqüentemente carrega uma carga ideológica movida pela lógica do capital. Outra

coincidência notada é ser publicado pela editora Record, que compõe um dos maiores grupos que detém o oligopólio da comunicação no país. Fatores estes que podem ter influenciado nas escolhas do discurso durante a narrativa do jornalista.

Enquanto que o livroreportagem *Rompendo a Cerca* traz sempre um discurso mais despreocupado com certas amarras ideológicas. Não por um acaso, as autoras são estrangeiras e trabalharam como jornalista durante muitos anos no Brasil. Além disso, o livro fora publicado pela editora Casa Amarela, uma empresa de comunicação de porte menor, que não é atrelada a nenhum grupo político e é uma editora aberta a propostas alternativas à hegemonia. Isto é, tem uma visão que também vai de encontro a essa lógica do sistema capitalista e muitos a chamam ser “de esquerda”. Fatores esses que certamente influenciaram no direcionamento das escolhas das autoras para a narrativa do livroreportagem.

Isto é, fica possível perceber que a carga ideológica e o contexto hegemônico em que os jornalistas estão inseridos também influenciam na forma como os fatos sobre a realidade são enquadrados, a escolha das expressões que se apresentam no discurso, a profundidade ou a superficialidade, dentre outros comportamentos que dão direcionamento a construção sobre determinado assunto. Em alguns essa influencia é mais forte e incisiva, como é o caso de Scolese que acabou reproduzindo e sendo mais um produto do meio, e outros agem com mais resistência, como é o caso de Branford e Rocha, que resolveram dá um tratamento mais humanizado a causa do que é o MST.

Mesmo sendo considerado irrelevante, criminalizado e pautado em larga escala pela mídia como um movimento que causa “desordem social”, dentre outros adjetivos que o torna negativo, é nessa conjuntura de luta que vive o MST nas ultimas três décadas. O MST de hoje continua com as mesmas ideias de 30 atrás, só que agora muito mais fortalecido. Sua demanda não é mais somente a conquista pela terra, com o passar do tempo sua proporção se transformou e percebeu que quer e pode conseguir mais, como ter acesso a educação, querer o fim do racismo, da desigualdade social, a criação de um sistema político onde a população realmente tenha vez e voz, a democratização da comunicação, dentre outras necessidades emergentes para a concreta mudança da realidade social.

Por outro lado, é importante levar em consideração demais questões ao que concerne sobre outras abordagens em que o trabalho tem potencial para se aprofundar em futuros estudos, a saber:

- Fazer o levantamento de outras bibliografias pautadas em movimentos sociais, ideologia, hegemonia, capitalismo, etc., para melhor embasar o debate acerca da pesquisa;
- Analisar demais livrosreportagens com a temática sobre o MST, a fim de verificar como este se encontra pautado na mídia;
- Realizar uma crítica ao próprio movimento MST com relação a sua ligação com a realidade socioeconômica do país e os posicionamentos políticos que diversos nichos de frente combativa do grupo tem tomado partido.

Portanto, essas são sugestões em que esta temática possa ser aprofundada com futuras pesquisas, considerando que este trabalho alcançou seus objetivos almejados, porém entendendo que o conhecimento acerca do assunto ainda é um vasto leque a ser explorado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRAGA, Ruy. **A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista**. São Paulo: Boitempo, 2012.

BRANFORD, Sue. **Rompendo a Cerca: a história do MST** / [tradução Rubens Galves Merino]. – 1. Ed. – São Paulo : Casa Amarela, 2004.

DANTAS, Rodrigo. Ideologia, Hegemonia e Contra-hegemonia *In Comunicação e contra-hegemonia: processos culturais e comunicacionais de contestação, pressão e resistência* / organizador Eduardo Granja Coutinho. – Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

GENRO FILHO, Adelmo. **O Segredo da Pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo**. Porto Alegre: Tchê, 1987, disponível em www.adelmo.com.br

_____. **O Segredo da Pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo**. Porto Alegre: Tchê, 1987.

GRUPPI, Luciano. **Conceito de hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro, Edições Graau, 1978.

ANDRIOLI, Antonio Inácio. **A reforma agrária e o Governo Lula: entre a expectativa e a possibilidade** disponível em <http://www.espacoacademico.com.br/031/31andrioli.htm> acesso em 26/06/2014 às 10h

RAMOS, Vanessa. **Política agrária do governo Lula valorizou o agronegócio** disponível em <http://www.mst.org.br/Politica-agraria-do-governo-Lula-valorizou-o-agronegocio>, acesso em 26/06/2014 às 10h40.

MST. **Nossas bandeiras** disponível em <http://www.mst.org.br/taxonomy/term/329> , acesso em 26/06/2014 às 10h45.

IANNI, Octávio. **O príncipe eletrônico**. São Paulo: Perspectivas , 1999.

KONDER, Leandro. **A questão da ideologia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

LIMA, Venício A. de. **Mídia: Teoria e Política.** Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

LÖWY, Michael. **Ideologias e ciência social:** elementos para uma análise marxista. Michael Löwy. – 19. Ed. – São Paulo : Cortez, 2010.

LUKÁCS, György. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social:** questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível. Tradução de Lya Luft e Rodnei Nascimento; supervisão editorial de Ester Vaisman. - São Paulo : Boitempo, 2010.

MORISSAWA, Mitsue. **A História da luta pela terra e o MST /** São Paulo : Expressão Popular, 2001.

OLIVEIRA, Francisco de. Hegemonia às avessas (p.21-7) *in* orgs Francisco de Oliveira; Ruy Braga e Cibele Rizek. **Hegemonia às avessas:** economia, política e cultura na era da servidão financeira. São Paulo: Boitempo, 2010.

PINASSI, Maria Orlanda. **Da miséria ideológica à crise do capital:** uma reconciliação histórica. São Paulo : Boitempo, 2009.

ROTHBERG, Danilo. **O conceito de enquadramento e sua contribuição à crítica de mídia.** In: CHRISTOFOLETTI, Rogério. **Vitrine e vitraço:** Crítica de Mídia e Qualidade no Jornalismo. Covilha: LabCom Books, 2010.

RUMMERT, Sonia Maria. **Os meios de comunicação de massa como aparelhos de hegemonia.** Rio de Janeiro, 1986.

SANTOS, Rafael de Oliveira Coelho dos. **O que teve de reforma agrária no governo Lula?.** Artigo produzido a partir do Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita filho”) – São Paulo, 2011.

SECRETARIA NACIONAL DO MST. **MST: Lutas e Conquistas.** 2ª Ed: São Paulo, 2010.

SOARES, Murilo César. **Representações, jornalismo e a esfera pública democrática.** São Paulo : Cultura Acadêmica, 2009.

SOUZA, Rafael Bellan Rodrigues de. **A mística no MST**: mediação da práxis formadora de sujeitos históricos. Tese (Doutorado em Sociologia) Universidade Estadual Paulista (UNESP), Araraquara - São Paulo, 2012.

STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava Gente**: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. Editora Fundação Perseu Abramo – 2001.

VIEIRA JR., Vilson. **Oligopólio na comunicação**: um Brasil de poucos. s/d.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. Lisboa: Editorial Presença, 1986.

CRONOGRAMA

Nº	Descrição	Ago 2013	Set	Out	Nov	Dez	Jan 2014	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul
01	Leitura e apreensão dos conceitos trabalhados na pesquisa (etapa cumprida)	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
02	Leitura e fichamento/análise e do <i>corpus</i> (etapa cumprida)		X	X	X	X							
03	Elaboração de critérios de análise do <i>corpus</i> (etapa cumprida)				X	X	X						
04	Elaboração e entrega do relatório parcial da pesquisa (etapa cumprida)				X	X	X						
05	Realização do primeiro objetivo específico (etapa cumprida)						X	X	X	X	X	X	X
06	Realização do segundo objetivo específico (etapa cumprida)						X	X	X	X	X	X	X
07	Realização do terceiro objetivo específico (etapa cumprida)						X	X	X	X	X	X	X
08	Finalização do objetivo geral (etapa cumprida)						X	X	X	X	X	X	X
09	Análise e elaboração contínua do resumo e Relatório Final (etapa cumprida)						X	X	X	X	X	X	X
10	Elaboração do Resumo e Relatório Final (etapa cumprida)										X	X	X

11	Preparação da Apresentação Final para o CONIC (etapa em andamento)							X	X	X	X	X	X
-----------	--	--	--	--	--	--	--	----------	----------	----------	----------	----------	----------